

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA E CONEXÕES ATLÂNTICAS:
CULTURAS E PODERES
MESTRADO EM HISTÓRIA

LUIZ CARLOS NOLETO CHAVES

**“O CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO: CONTEXTO,
PROTAGONISTAS, BASES IDEOLÓGICAS E AÇÕES POLÍTICAS E PEDAGÓGICAS
(1979-1984)”**

São Luís - MA

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA E CONEXÕES ATLÂNTICAS:
CULTURAS E PODERES
MESTRADO EM HISTÓRIA

LUIZ CARLOS NOLETO CHAVES

**“O CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO: CONTEXTO,
PROTAGONISTAS, BASES IDEOLÓGICAS E AÇÕES POLÍTICAS E PEDAGÓGICAS
(1979-1984)”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas: Cultura e Poderes (PPGHIS) da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Josenildo de Jesus Pereira

São Luís - MA

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Chaves, Luiz.

O CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO:
CONTEXTO, PROTAGONISTAS, BASES IDEOLÓGICAS E AÇÕES
POLÍTICAS E PEDAGÓGICAS 1979-1984 / Luiz Chaves. - 2025.

83 p.

Orientador(a): Josenildo de Jesus Pereira.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História/CCH,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. . 2.. 3.. 4.. 5. I. Pereira, Josenildo de Jesus. II. . III. Título

Dedico este trabalho às
minhas netas Aymée, Maytê,
Hadassa e Pérola e
ao meu neto Elizeu.
Que eles nunca
esqueçam de buscar
conhecimento em
qualquer idade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os trabalhadores e trabalhadoras que disponibilizam parte da sua mais-valias para o financiamento do ensino público.

Aos meus ancestrais maternos e paternos, que permitiram minha existência e contribuíram para que, aos sessenta e um anos, eu tenha capacidade intelectual para poder disponibilizar um pouco do meu conhecimento para a humanidade.

Aos meus filhos, Geovani Noleto, Carliuse Noleto, Ayana Noleto, Flávila Santos e Naiá Chaves, por serem a minha inspiração para continuar estudando.

A todos e todas professoras do curso Liesafro e do Mestrado em História da UFMA pela transmissão de conhecimentos que me permitiram chegar à construção deste trabalho.

Agradeço a Luciana Carla Duailibe, pela revisão deste trabalho.

Aos discentes e docentes que compartilharam comigo no mestrado momentos de conhecimentos e alegria.

À direção atual do CCN-MA, por me permitir acessar documentos originais do seu acervo. Ao amigo Jorrimar, que me concedeu dois relatórios do CCN-MA que foram fundamentais para a construção da escrita do trabalho.

A Isidoro Cruz, Silvia Black e Antonio Vieira por disponibilizarem seu tempo para a entrevista oral.

Por fim, um agradecimento muito especial ao meu orientador e amigo, Dr. Josenildo Pereira, pela paciência e orientação na pesquisa e também por me brindar com dois examinadores muito qualificados, a Prof^{ra} Dr^a Fabiana Schleumer e o Dr. Petrônio José Domingues, que na fase de Qualificação contribuíram, com suas orientações, para que o trabalho atingisse o seu objetivo com mais qualidade e aprofundamento.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA E CONEXÕES
ATLÂNTICAS: PODERES, POLÍTICAS E SOCIABILIDADES
MESTRADO EM HISTÓRIA

**“O CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO: CONTEXTO,
PROTAGONISTAS, BASES IDEOLÓGICAS E AÇÕES POLÍTICAS E PEDAGÓGICAS
(1979-1984)”**

LUIZ CARLOS NOLETO CHAVES

BANCA DE AVALIAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Prof. Dr. Josenildo de Jesus Pereira. – PPGHIS/UFMA
Orientador

Profª Drª Fabiana Schleumer – PPGH/UNIFESP
Avaliadora Externa

Petrônio José Domingues – PROHIS/UFS
Avaliador Externo

São Luís – MA

2025

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo apresentar as conexões históricas que vão propiciar a criação do CCN-MA e contribuir para sua formação ideológica. Discorre-se sobre as origens do Pan-Africanismo e da Negritude, sua conexão com o Socialismo e sua importância para o Movimento Negro Mundial e Nacional, além de narrar as várias fases do Movimento Negro no Brasil no período contemporâneo. Também faremos uma breve incursão sobre a economia, a política e cultura maranhense. Ao final descreve-se a origem do CCN-MA, a importância de alguns militantes fundadores e as ações pragmáticas desta entidade entre 1979 e 1984. Serão apresentados também os conceitos de Movimento Social e Negro, Cultura, Consciência, Ideologia e Materialismo Histórico.

Palavras-chave: CCN-MA; Pan-Africanismo; Negritude e Movimento Negro no Mundo.

ABSTRACT

This dissertation aims to present the historical connections that will lead to the creation of the CCN-MA and contribute to its ideological formation. We will also present the origins of Pan-Africanism, Negritude and how they connected with socialism and the debates that this will lead to in the World and National Black Movement, in addition to narrating the various phases of the Black Movement in Brazil in the contemporary period. We will also make a brief foray into the economy, politics and culture of Maranhão. At the end, the origin of the CCN-MA is described, the importance of some founding activists and the pragmatic actions of this entity between 1979 and 1984. The concepts of Social and Black Movement, Culture, Consciousness, Ideology and Historical Materialism will also be presented.

Keywords: CCN-MA; Pan-Africanism; Negritude and Black Movement in the World.

RESUMEN

Esta disertación tiene como objetivo presentar las conexiones históricas que conducirán a la creación del CCN-MA y contribuirán a su formación ideológica. También presentaremos los orígenes del Panafricanismo, la Negritud y cómo se conectaron con el socialismo y los debates que esto dará lugar en el Movimiento Negro Mundial y Nacional, además de narrar las diversas fases del Movimiento Negro en Brasil en el período contemporáneo. También haremos una breve incursión en la economía, la política y la cultura de Maranhão. Al final se describe el origen del CCN-MA, la importancia de algunos activistas fundadores y el accionar pragmático de esta entidad entre 1979 y 1984. También se presentarán los conceptos de Movimiento Social y Negro, Cultura, Conciencia, Ideología y Materialismo Histórico.

Palabras clave: CCN-MA; Panafricanismo; Negritud y movimiento negro en el mundo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALEMA - Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.

ALUMAR - Consórcio Alumínio do Maranhão.

APRUMA - Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão.

CAEMA - Companhia de Água e Esgotos do Maranhão.

CCN-Ma - Centro de Cultura Negra do Maranhão.

LABORARTE - Laboratório de Expressões Artísticas.

LIESAFRO - Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiros.

REFFSA - Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima.

SEDIHPOP - Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

UFMA - Universidade Federal do Maranhão.

VALE - Siderúrgica Brasileira (antes, Vale do Rio Doce)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 : Gilberto Gil na quarta reunião do CCN-MA em outubro de 1979	47
Figura 2 : Placa da Sede do CCN.....	51
Figura 3: Professora Mundinha Araujo	53
Figura 4: Professor Luizão.....	53
Figura 5: Professor Isidoro Cruz Neto.....	55
Figura 6: Silva Black.....	56
Figura 7: Magno Cruz.....	59
Figura 8: Antonio Vieira (Chapéu).....	60

SÚMARIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO.....	19
2.1 Fragmentos da Formação Cultural no Brasil	20
2.2 O Movimento Negro no Mundo	21
2.3 O Movimento Negro Brasileiro (MNB).....	23
3 CCN: CONTEXTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	28
3.1 Contexto Econômico do Maranhão.....	29
3.2 Contexto Político do Maranhão.....	37
3.3 Fragmentos da Formação Cultural Maranhense.....	42
3.4. Os Centros Culturais no Mundo Ocidental.....	44
3.5 A Gênese do Centro de Cultura Negra do Maranhão	45
4 CCN: PROTAGONISTAS E SUA BASE POLÍTICA/ IDEOLÓGICA.....	48
4.1 O CCN-MA: Alguns Protagonistas de sua Gênese.....	52
4.2 CCN: Base Política e Ideológica	64
4.3 CCN-MA:Atuação Política, Pedagógica e Cultural	69
4.3.1 Curso de Formação no CCN-MA.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS.....	81

INTRODUÇÃO

Nesta quadra histórica em que as ideias fascistas voltam a se expressar no mundo e no Brasil, os ataques racistas na sociedade brasileira ganham mais nitidez e força. Recentemente vivenciamos quatro anos do governo Bolsonaro¹ – (2019 a 2022)¹, que contribuíram enormemente para isso. As notícias de jornais e denúncias de entidades dos Direitos Humanos se alastram como pólvora, mostrando o quanto está tóxica a sociedade brasileira

Em tal contexto, as entidades do Movimento Negro Brasileiro (MNB) voltam a ter a importância que sempre tiveram no passado recente. Então, apreentar nuances da historicidade de uma dessas entidades que tem uma ação expressiva no Estado do Maranhão contribui para que a sociedade, em geral, e a academia se conectem com ela para que, juntos, possam se organizar no combate ao fascismo. Essas entidades são partes importantes do Movimento Social Brasileiro, no seu recorte de Movimento Negro (MN), pois são defensoras dos valores culturais dos nossos ancestrais africanos e diaspóricos.

A entidade, em tela, é o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-Ma). Ela foi criada no dia 03 de março de 1980, na cidade São Luís, capital do estado Maranhão, cuja maioria de sua população é formada por negros, isto é, os pretos/as e pardos/as, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A importância desta entidade, mesmo depois de mais 40 anos de fundação, é muito relevante para os povos negros do Estado e para o Brasil. Neste sentido, a relevância da pesquisa está em apresentar para o povo negro e a sociedade o papel fundamental do CCN-MA para o aprimoramento da democracia brasileira e, em particular, para o aprimoramento dos Direitos Humanos no país, em interface com outras organizações nacionais do Movimento Negro Brasileiro.

A minha primeira formação foi em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a segunda, pela mesma instituição, foi em Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiros. Não é demais salientar que esta licenciatura só existe em razão da promulgação da Lei 10.639/2003, a qual indicou novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana reforçada, cinco anos depois, com a sanção da Lei 11.645/2008, que incluiu a obrigatoriedade do ensino da cultura e da história indígena no currículo oficial da rede de ensino pública e privada em todos os estados brasileiros/².

Foi em contato com essa nova graduação que conheci mais profundamente o

¹ O Governo Jair Bolsonaro foi um período da história política brasileira, que teve início no dia 1º de janeiro de 2019 e chegou ao fim em 31 de dezembro de 2022. O militar reformado Jair Bolsonaro foi eleito o 38º presidente do Brasil no dia 28 de outubro de 2018, com 55,13% dos votos válidos no segundo turno das eleições presidenciais, derrotando o candidato do PT, Fernando Haddad, que obteve 44,87% dos votos válidos. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Governo_Jair_Bolsonaro).

² As duas Leis (10639/2003 e 11645/2008) alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e dos povos originários na rede ensino. (nota de Chaves, Luiz).

pensamento africano. Também percebi o quanto são invisibilizados os intelectuais negros.

Descobrir que vários deles, alguns economistas, nunca me foram apresentados ao longo da minha primeira graduação, apesar de existirem vários no Brasil e em outras partes do Globo Terrestre. Então decidir contribuir para mudar essa situação. De início, busquei conhecer os intelectuais negros nas diversas áreas de conhecimento e eles são muitos. Alguns são originários do Continente Africano, como Kwame Nkrumah, Amílcar Cabral, Léopold Sédar Senghor, outros diaspóricos como Alexander Crummell, Aimé Fernand David Césaire, William Edward Burghardt Dubois, Frantz Omar Fanon, Malcolm Ivan Meredith Nurse (George Padmore), Booker T. Washington, Edward Wilmot Blyden, Marcus Garvey, Malcolm X, Abdias Nascimento, Ironides Rodrigues. Nas aulas do mestrado, descobri o economista Wilson do Nascimento Barbosa, cuja existência me foi desconhecida ao longo da graduação em Ciências Econômicas.

Dentre os autores mencionados, optei por fazer o trabalho monográfico sobre Kwame Nkrumah. Este líder, nascido em Gana, foi um dos principais articuladores do pan-africanismo e o primeiro a realizar a libertação de um país africano no pós Segunda Guerra Mundial. No processo de pesquisa sobre esse intelectual, foi inevitável o encontro com a ideias do pan-africanismo, da negritude e da relação entre esses movimentos e o socialismo científico. Também acabei por conhecer mais profundamente as organizações do Movimento Negro no mundo e no Brasil.

Quando surgiu a oportunidade de concorrer a uma vaga de Mestrado em História, com foco nas conexões atlânticas entre os povos, resolver buscar pesquisar a história da fundação de uma entidade do Movimento Negro Brasileiro - o CCN-MA. No entanto, não se trata apenas de traçar uma linha do tempo histórico da sua fundação, sua vanguarda de militantes inicial e suas principais ações. A ideia é ir além e identificar as bases ideológicas dos protagonistas de sua gênese. Ao longo dos estudos das disciplinas e de discussão com o orientador, a ideia inicial foi alterada; mas, sem mudar a estratégia geral focada no CCN-MA.

Este trabalho tem como objetivo geral compreender os fundamentos geradores da emergência do CCN, no contexto maranhense, por meio da análise documental e o diálogo com a historiografia deste tema. Para tanto, em termos específicos foi imperativo analisar e discutir em qual medida as proposições dos Movimentos Pan-Africano, o Negritude e o Marxismo contribuíram para a formação do Movimento Negro Maranhense, a partir dos anos 1970.

No longo prazo, consideramos que a criação do CCN-MA não teria sentido se não fossem os efeitos socioculturais da Escravidão Atlântica organizada pela Burguesia ocidental Europeia e, sobretudo, pelo modo como foi abolida no Brasil. Os povos escolhidos para contribuir, forçadamente, com a expansão do capitalismo mundial foram os povos negros do Continente Africano. Eles foram trazidos, a ferro e fogo, para os territórios

localizados a oeste da Europa e Áfricas ocidentais. Estes foram renomeados como América, e nele o Brasil – no início um conjunto de capitanias hereditárias e, depois, províncias após 1822, com a proclamação da independência, como eram chamados os atuais Estados brasileiros à época do Império Luso-brasileiro sustentado pela escravidão como a principal relação social de trabalho.

Nesse contexto, a província do Maranhão recebeu uma enormidade de escravizados oriundos do citado continente. Ao longo do trabalho vamos comprovar isso, sem entrar a fundo no debate sobre como e o porquê dessa escravidão no mundo e nas Américas, em particular.

No Boletim Social do Estado do Maranhão de 2022, verifica-se um corte racial populacional, em que são destacados os pardos, com 66,4%, e brancos, com 20,1%. Assim sobra para amarelos e negros um percentual de 13,5%. A população amarela atinge no máximo 1%, enquanto a população negra no Maranhão gira em torno de 12,5%³. No entanto, se considerarmos que a maioria dos pardos são declarações de pessoas que, de forma consciente ou não, não se consideram negras, é possível inferir que esta é a cor da pele que prevalece na população do Maranhão. No decorrer da narrativa acerca de nuances da historicidade do CCN-MA, verificar-se-á que as suas atividades com as respectivas orientações políticas e ideológicas, bem como pedagógicas, entre os anos de 1979 e 1984, eram totalmente direcionadas para esse público.

Não se trata de um trabalho simples, mas de uma análise mais ampla interrelacionando teorias ou pensamentos filosófico/político de grande importância na história social mundial que alteraram, significativamente, as formas de compreensão da história das sociedades, tensionando as relações de poder e sociabilidade em grande parte do planeta. Por meio deste procedimento compreendemos ser possível identificar as bases ideológicas dos protagonistas da gênese do Centro de Cultura Negra do Maranhão.

E o que entendemos por ideologia e consciência, bem como foram eficazes na articulação da ideia, da fundação e na orientação das práticas políticas e pedagógicas da primeira geração de militantes do Centro de Cultura Negra no Maranhão?

Para tal empreita, nos baseamos no Materialismo Histórico (MH) de Marx e Engels como método teórico, com as suas categorias analíticas que orbitam em seu universo teórico, tais como - Ideologia, Consciência, Alienação, Classes Sociais, Movimento Social e Movimento Negro, Cultura e Cultura Negra.

Nas minhas andanças como Educador Popular, perguntava aos participantes dos cursos se sabiam a diferença entre idealismo e materialismo. As respostas se reportavam sempre ao ideal de vida e ao apego ao consumo. Tais respostas estavam longe de atender à demanda contida na pergunta, pois, de forma resumida, idealismo nos remete à primazia da ideia como construtora do pensamento e dos objetos, enquanto o materialismo vai no sentido inverso: é

³ (<https://www.ma.gov.br/noticias/boletim-social-do-maranhao-analisa-a-populacao-maranhense-no-censo-2022>)

na experiência e na vida material que construímos o sentido e as lógicas das coisas e do nosso pensamento. O fundamento da história não estava na proposição René Descartes “Penso, Logo Existo”; mas, no seu contrário proposto por Marx e Engels - “Existo, Logo Penso”.

Para MARX, (1998, 24), “o ponto de partida da historia não pode ser a ideia, nem qualquer conceito”. O ponto de largada “de toda historia humana é a existência de indivíduos humanos viventes. Neste fato concreto se funda o materialismo histórico”. Nós nos distiguimos dos outros animais, pois produzimos nossos meios de vida, nossa sobrevivência, “associados em agrupamentos” e o que somos “depende, portanto, das condições materiais” do que produzimos. É neste diapasão que produzimos também história e isso é o MH.

Começamos pelo “Processo de Consciência”, ideologia e alienação. A partir das proposições de Marx, Iasi (1999, p. 14) conceitua consciência como processo, pois ela não é algo que adquirimos, mas que resulta de um movimento dialético entre fases de superação e a retomada de outras que, aparentemente, foram abandonadas. As fases em que elas se apresentam de forma metamorfoseada são o “senso comum”, “a consciência em si” e a “consciência para si”.

Na fase do senso comum “a consciência expressa-se como alienação” e, por isso, ela “será a base, o terreno fértil, onde será plantada a ideologia como forma de dominação. Nestes termos, a alienação é diferente de ideologia, a qual não é “o falseamento da realidade, pois o que é falso é a base (a consciência) na qual ela vai agir. E por último, ideologia também não é um conjunto de ideias (IASI, 1999, p. 17-24). Assim sendo, a ideologia

não pode ser compreendida apenas como um conjunto de ideias, que pelos mais diferentes meios (meios de comunicação de massas, escola, igrejas, etc.) são enfiadas na cabeça dos indivíduos. Isto levaria ao equívoco de conceber uma ação antiideológica como a simples troca de velhas por "novas" ideias. Quando, numa sociedade de classes, uma delas detém os meios de produção tende a deter também os meios para universalizar sua visão de mundo e suas justificativas ideológicas a respeito das relações sociais de produção que garantem sua dominação econômica. "As ideias da classe dominante são em cada época as ideias dominantes" (MARX apud IASI, 1999, p.24).

Os conceitos de Movimento Social, Movimento Negro e Classes Sociais, estão muito imbricados. Não é propósito deste trabalho aprofundar este debate, mas apenas formular concordância com os conceitos aqui expostos.

Não é demais destacar que os movimentos sociais contemporâneos são muitos e diversificados quanto aos seus temas e pautas. Alguns são mais permanentes, como o Movimento Sindical, Movimento de Mulheres, Movimento Feminista, Movimento de Mulheres Negras, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), etc. e outros efêmeros tais como o Movimento pelas Diretas Já (1984) e o Movimento dos Caras Pintadas (2001), que apoiava o Impeachment do Presidente Collor de Melo no Brasil.

Minha primeira profissão foi de Eletricista. Por meio dela obtive o meu primeiro emprego como operário fabril, em 1982, no Consórcio de Alumínio do Maranhão – ALUMAR. Foi lá que conheci e compreendi a luta sindical, na prática, ainda que não compreendesse, teoricamente, nada sobre o que era estar em um sindicato. Lá participei de várias greves. Este movimento reunia homens e mulheres por seus interesses comuns. A luta era contra o Capital, ainda que na época eu nem soubesse o que isso significava. Do outro lado estavam operadores, eletricitas, mecânicos, motoristas, etc. Na minha compreensão, à época, éramos apenas vários profissionais lutando por melhorias salariais; mas, hoje, eu sei que aquilo era muito mais - era luta de classes.

A partir desta experiência, compreendo que Movimento Social deve ser entendido como uma organização de homens e mulheres que se movimentam para saírem de uma situação que dificulta sua vida econômica, política, cultural, etc. É uma ação política de trabalhadores contrária a uma ação política patronal que lhes imobiliza. Em termos teóricos, tomo por referência a formulação de Maria da Glória Gohn, Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, em sua obra intitulada “Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e Contemporâneos”. Para ela,

Está implícito em nossa longa e densa conceituação que os movimentos sociais sempre têm um caráter político (não confundir com partidário), que criam e desenvolvem um campo político de forças sociais na sociedade civil, contribuindo para o seu desenvolvimento político. [...] Trata-se de [Movimentos] coletivos que no processo da ação sociopolítica desenvolvem uma identidade, de forma que se apresentam como atores coletivos. Ainda que alguns atores individuais possam se destacar mais, eles atuam como representantes e veículos de expressão dos movimentos e suas mensagens e ideologias são as dos movimentos. O líder não fala por si próprio, mas o faz em nome do coletivo (GOHN, 1997, p. 252). (GOHN, 2022, p. 82)

Sob esta perspectiva, salientamos que o Movimento Negro possui características gerais de Movimento Social, com as suas particularidades devido ao corte identitário baseado no discurso racial.

Acrescente-se ainda, conforme alguns autores, que se pode incluir na categoria de Movimento Social “as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros [...]”. Neste grande chapéu, podem-se incluir as “entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia]” e as “ações de mobilização política, de protesto antidiscriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, como variáveis do Movimento Negro (SANTOS; BARBOSA, 1994, p. 157). (FAVORETO, 2022, p.83)

Este conceito de Movimento é muito amplo. Esse alargamento foi considerado por

Lélia Gonzalez (1982, p. 18) quando escreveu sua obra “Lugar de Negro”. Ela dedica um capítulo sobre o tema onde a dicotomia Movimentos Negros ou Movimento Negro estava colocada. Inicia afirmando que “falar do Movimento Negro implica no tratamento de um tema cuja complexidade, dada a multiplicidade de suas variantes, não permite uma visão unitária. Afinal, nós, negros, não constituímos um bloco monolítico, de características rígidas e imutáveis. Neste sentido, o MN é, em última instância, uma luta de classe contra classe, aqui entendida como a união dos trabalhadores em luta pelos seus interesses e não pelo lugar que ocupam na produção. No MN existe divergência sobre qual conceito tem a primazia nas táticas de luta contra o racismo: a Raça ou Classe?

No entanto, mesmo que houvesse consenso sobre classe ou raça, estaríamos longe de encerrar esse dilema sobre qual o conceito mais apropriado para MN. Lélia Gonzalez (1982) afirma que pelo fato dos negros serem muitos e de virem forçados de várias partes do continente africano (iorubás ou nagôs, daomeanos, malês ou muçulmanos, angolanos, congolese, ganenses, moçambicanos, etc.) eles possuíam valores culturais diversos e diferentes. Isso nos leva ao próximo conceito: Cultura.

Conforme Marilena Chauí (2008), cultura significa, em sentido amplo e não restrito, “cuidar e cultivar”. O CCN-MA criou um Bloco Afro intitulado Akomabu, que significa “a Cultura não pode ou não deve morrer”. No Brasil, apesar da cultura negra ser muito ampla pelo fato de os afrodescendentes serem a maioria, se considerarmos que temos pardos e pretos, na maioria da população brasileira, temos ainda influência dos europeus e dos povos originários das “Américas”.

Em termos de procedimento metodológico, a pesquisa foi desenvolvida com base na revisão bibliográfica (leitura e análise de livros, artigos, dissertações, teses, matérias jornalísticas disponíveis em sites da rede mundial de computadores) relativa aos seus temas-problemas; além de pesquisa documental (leitura e análise minuciosa dos documentos originários do processo de fundação e institucionalização do CCN-MA - ata de fundação e de reuniões subsequentes, o estatuto, relatórios, fotografias) e memórias de fundadores do CCN que ainda estão vivos e de outros militantes, por meio de entrevistas, conforme orientação metodológica da História Oral.

Todos os entrevistados vivos foram militantes, hoje, com faixa etária já avançada. No caso de Mundinha Araujo, eu aceitei a sua recusa em conceder a entrevista por afirmar que para o tema proposto não se precisava mais de fonte oral. Para além de seu argumento, eu não insiti em razão da sua idade e assim respeitei o seu direito de descanso.

As entrevistas seguiram um roteiro de perguntas, informadas previamente aos entrevistados, e foram noventa por cento comum a todos e adequadas ao propósito da pesquisa, evitando divagar ou fazer perguntas inoportunas. Antes procurei conhecê-los mais do que eu já sabia de encontros na vida cotidiana da cidade.

As perguntas aos três entrevistados (Isidoro Cruz, Silva Black e Antonio Vieira) seguiram o mesmo roteiro: Quando e como ocorreu seu contato inicial com o CCN-MA? Você participou da Direção do CCN-MA? Antes de participar da Direção, fez curso de formação? Na sua iniciação no CCN-MA, teve contato com autores negros de origem africana ou somente com brasileiros? Na sua convivência no CCN-MA, percebeu que orientação ideológica prevalecia? Na sua percepção, o CCN-MA de hoje está muito distante do inicial? O que desejaria acrescentar sobre sua experiência com o CCN-MA?

As transcrições foram realizadas por mim e em tempo célere (a IA é uma importante ferramenta neste sentido), em formato de texto, que posteriormente foram devolvidas aos entrevistados para aprovação final. Assim, acabei cumprindo uma das orientações éticas exigidas.

Dos protagonistas examinados, no capítulo específico, os que não conseguimos entrevistar foram Mundinha Araujo, pela sua recusa, Magno Cruz e Professor Luizão por não estarem mais entre os vivos. Então, a saída encontrada foi usar as suas memórias apresentadas em outros textos acadêmicos e em documentos do CCN e do SNI.

O primeiro entrevistado foi o Professor Isidoro Cruz Neto. Nascido em Santos-SP, cursou Educação Física na FEFIS-Santos, foi atleta de vôlei de praia e basquete. É professor aposentado da Universidade Federal do Maranhão, onde ingressou em 1977. Atualmente tem se dedicado ao movimento cineclubista, sendo vice-presidente do Conselho Nacional de Cineclubes - CNC. É produtor e diretor de cinema e Membro da Associação Maranhense de Produtores de Cinema - APROCIMA. Coordena o Projeto CEV Curta Esporte. É membro fundador do CCN-MA. (<https://cev.org.br/qq/zizi2/>). Tal entrevista ocorreu no ano de 2023, no Beco Catarina Mina, localizado no Centro Histórico de São Luís - Maranhão.

A segunda entrevistada foi Silvia Cristina Leite, conhecida com Silva Black, natural de São Luís, formada em Serviço Social pela UFMA e atua, profissionalmente, no setor de Saúde do Município de São Luís do Maranhão. Ela foi uma das militantes que esteve presente nas primeiras reuniões de fundação do CCN-MA, na Rua da Saavedra, em 1979. Hoje, faz parte da Direção do CCN-MA. A entrevista correu no ano de 2024, na sua residência, que fica na Estrada de Ribamar, cidade que faz parte da Região Metropolitana da Ilha de São Luís.

O terceiro entrevistado foi Antonio Vieira dos Santos, graduado em Ciências Econômicas pela UFMA e pós-graduado pela mesma Universidade em Educação e em Antropologia Sociocultural pela Universidade de Barcelona, cidade onde vive até hoje. A entrevista foi realizada por meio da ferramenta do whatsapp, no ano de 2024. Foram enviadas as perguntas por escrito e ele optou por responder no formato de voz.

O militante Magno Cruz, nasceu em São Luís do Maranhão, em 25 de maio de 1951, era Engenheiro Civil, formado pela Universidade Estadual do Maranhão, em 1976. Ele foi

funcionário da Companhia de Água e Esgotos do Maranhão (Caema) desde 1980, e Presidente do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) por dois mandatos consecutivos - de 1984 a 1988. Ele presidiu o Conselho Diretor da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos/SMDH e diretor de formação do Sindicato dos Urbanitários do Maranhão, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os fragmentos de sua memória foram extraídos da Tese de Doutorado de Amilcar Pereira (2010), de documentos do SNI (1988) e do Relatório dos cinco primeiros anos da entidade (1979 a 1984).

Caminho semelhante ocorreu com Maria Raimunda Araújo (Mundinha), que nasceu em São Luís em 8 de janeiro de 1943. Ela formou-se em Comunicação Social pela Federação das Escolas Superiores do Maranhão, em 1975. Mundinha Araújo, como é conhecida, foi fundadora do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), em 1979, tendo sido a primeira vice-presidente da entidade, de 1980 a 1982. No mandato seguinte, de 1982 a 1984, assumiu a função de presidente. Foi diretora do Arquivo Público do Estado do Maranhão entre 1991 e 2003. Dessa forma, busquei aspectos de sua memória na Tese de Doutorado de Amilcar Araujo Pereira e no Relatório dos primeiros cinco anos da entidade objeto deste trabalho. (PEREIRA, 2010, p.264) (RELATÓRIO-CCN, 1984).

Outro militante importante do CCN-MA que não tive oportunidade de entrevistar, para este trabalho, foi o professor Luiz Alves Ferreira, mais conhecido Professor Luizão. Mas, antes da sua partida tivemos várias conversas e aprendi muito com ele. Nascido na comunidade de Saco das Almas Santa Cruz, no município de Brejo (MA), em 16 de outubro de 1944, formou-se em medicina pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em 1971. Foi o primeiro médico negro provindo daquele município. Fez residência em patologia, na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da USP, entre 1972 a 1974, ano em que se tornou professor adjunto do Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina da UFMA. Foi um dos fundadores do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), em 1979, e primeiro presidente da entidade, entre os anos de 1980 e 1982. Mestre em patologia humana pela Universidade Federal da Bahia, em 1992, foi secretário da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), regional do Maranhão. As suas memórias e posições foram pesquisadas também na Tese de Doutorado de Amilcar Araujo Pereira (2010), e no relatório relativo aos primeiros cinco anos do CCN, e em minhas memórias de conversas informais que tive com ele.

A dissertação está composta por três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Movimento Negro Contemporâneo”, fazemos uma exposição de seu desenvolvimento ao longo da história do Movimento Negro no Mundo e no Brasil.

No segundo capítulo, intitulado CCN: contexto histórico e articulação institucional, fazemos uma breve radiografia histórica do Estado do Maranhão, na qual emergiu o CCN-Ma, examinando a formação econômica e política do Maranhão no contexto da economia

brasileira desde os tempos da Colônia e no período republicano, principalmente após a década de 1950, com ênfase no estudo da Oligarquia Sarney no Maranhão e, nela, as condições de vida da maioria do povo negro pobre do Estado, após derrotar a antiga oligarquia de Vitorino Freire.

Neste contexto, também apresentamos fragmentos da cultura maranhense e como surgiram os centros de cultura no mundo ocidental e encerramos com a discussão a respeito da gênese do CCN-MA, tendo por suporte os escritos de autores maranhenses, o relatório elaborado pelo CCN-MA sobre suas atividades entre 1979 e 1984, bem como os fragmentos de memória de seus fundadores.

No terceiro capítulo, intitulado CCN: protagonistas, bases ideológicas e práticas pedagógicas, apresentamos alguns protagonistas participantes dos momentos iniciais da fundação e outros que chegaram depois, mas que têm a mesma importância para esta entidade do MNB; as suas bases ideológicas e ações pedagógicas desenvolvidas para atingir os objetivos da entidade.

2. MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO

Por Movimento Negro contemporâneo, nas “Américas”, compreendemos o conjunto de ações políticas, sociais e recreativas articuladas por militantes negros e negras, a partir da década de 1960, com o propósito de organizar a população negra no enfrentamento do racismo.

No Brasil, a historiografia deste tema aponta a década de 1970 como o marco temporal da gênese da periodização do Movimento Negro contemporâneo. Em 1978, em decorrência da morte do estudante Robson da Luz⁴ emergiu, no cenário da gênese da considerada transição democrática, o Movimento Negro Unificado (MNU), em São Paulo, irradiando-se para outros estados brasileiros, dentre os quais o Maranhão, em cuja capital, a cidade de São Luís, mais de um ano depois, foram realizadas as primeiras reuniões que resultaram na criação do Centro de Cultura Negra do Maranhão/CCN-MA.

No conjunto dos movimentos negros brasileiros, a pauta política, como já sublinhado, era a articulação de forças para o enfrentamento do racismo no país. Para tanto, as táticas e estratégias desenvolvidas pelos seus protagonistas fundamentavam-se na necessidade do fortalecimento da identidade negra desde a sua estética visual, isto é, o corpo negro, até as variáveis da cultura afro-brasileira, com as diversificadas linguagens contidas na cultura negra.

⁴ Robson Silveira da Luz era um jovem negro, torturado e morto, aos 21 anos, por policiais no dia 4 de maio de 1978, nos porões de uma delegacia. Sua morte é historicamente atrelada ao surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU) em 18 de junho daquele mesmo ano. (<https://www.geledes.org.br/o-emblematico-caso-do-jovem-robson-morto-pela-ditadura-esta-aberto-ao-publico-o-que-isso-significa-em-tempos-de-genocidio-da-populacao-negra/>)

Portanto, o Movimento Negro Brasileiro é, também, um importante movimento social que tem conseguido colocar parte de sua pauta na agenda do estado brasileiro, promovendo, em termos formais, a inclusão social de negros e negras brasileiras, por meio das políticas de ações afirmativas.

2.1 Fragmentos da Formação Cultural no Brasil

Existe um certo anacronismo histórico quando afirmamos que o português Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil. Cabral, na verdade, ao aportar no território hoje conhecido como o estado da Bahia, estava entrando em contato com uma diversidade de povos originários de várias etnias que aqui já existiam há milhares de anos. Urquiva (2010) esclarece:

Os estudos históricos do etnólogo Curt Nimuendaju registraram que antes da colonização europeia existiam cerca de 1.400 grupos indígenas em território brasileiro. Segundo o antropólogo João Pacheco de Oliveira, “eram povos de grandes famílias linguísticas – tupi-guarani, jê, karib, aruak, xirianá, tucano, etc” (OLIVEIRA, 2006, p. 21). Mas a incapacidade dos europeus em subjugar os diversos grupos indígenas era grande que acabavam identificando os índios como “Tapuios”. Tal identidade silenciava e ocultava os indígenas quanto a sua organização e cultura (OLIVEIRA, 2006; CUNHA, 1992; apud URQUIVA, 2010, p. 9). Com a continuidade do processo de colonização, os portugueses foram dominando alguns desses grupos e outros foram dizimados através de batalhas desiguais. Isso ocorreu tanto pela letalidade das armas utilizadas pelos portugueses contra as flechas simples dos indígenas, como pela transmissão de doenças trazidas pelos europeus, contra as quais os indígenas não possuíam nenhuma forma de imunidade. Esses povos chamavam seu território de Pindorama, o lugar das Palmeiras.

O que nós chamamos hoje de Brasil tem início com o contato dos europeus e os Povos Originários e vai amalgamar-se com os povos trazidos à força do Continente Africano. Esse deslocamento forçado de povos africanos de diversas etnias está relacionado com a necessidade de expansão do capitalismo, aliado às dificuldades que os portugueses encontraram na escravização dos povos originários. Os escravizados africanos pertenciam a uma variada gama de etnias. Para evitar que se unificassem, eles foram divididos em diversas regiões do território ocupado pelos portugueses. Segundo Souza:

A maior parte dos africanos trazidos para o Brasil veio da África Atlântica, ou seja, da parte ocidental e centro ocidental, destacando-se dois grandes grupos, segundo as suas procedências e características culturais e linguísticas: sudaneses e bantos. Sudaneses oriundos da África Ocidental, Sudão e da Costa da Guiné, trazidos principalmente para a Bahia [...] Bantos: oriundos de Angola, Congo, Moçambique e Cambinda (Sul da África) que predominavam no Sudeste [...] existindo também em menor escala no Ceará, Maranhão, Pernambuco, Alagoas e litoral do Pará [...] também não se podem esquecer as minorias fulas e mandes (malês), carregado de fortes influências mulçumanas [...] (FARIAS, 2015, apud SOUZA, 2018, p.4)

Esta distribuição forçada de povos do continente africano pelas regiões do território original do Brasil será decisiva para a formação cultural do povo brasileiro. A contribuição dos escravizados africanos para a formação cultural brasileira é percebida em diversos

aspectos que vão desde a dança, música, religião, culinária e idioma que se espalha e influencia numa enorme parte do país, “especialmente em estados como Bahia, Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, contudo a presença dos africanos deu-se em todo o território nacional, em maior ou menor escala”. Os termos africanos que encontramos no dicionário brasileiro e que usamos constantemente nos dão a dimensão da origem africana. Palavras como “abadá, caçamba, cachaça, cachimbo, caçula, candango, canga, capanga, carimbo, caxumba, cochilar, corcunda, dengo, fubá, gibi, macaco, maconha, [...] macumba, marimbondo, muquirana, muvuca, comprovam essa dimensão da cultura africana em nosso país. (SOUZA, 2018, p.4)

A partir desse breve resumo da formação cultural brasileira, fica demonstrada a influência gigantesca dos povos africanos e esclarecido o porquê do corte racial negro na formação do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA).

Quando da formação desta entidade, observa-se pela leitura da Ata de Fundação que o primeiro ponto de discussão e decisão na reunião de fundação foi sobre qual deveria ser o nome da entidade. A Sra. Maria Raimunda Araújo defendia o nome de “Centro de Estudos da Cultura Negra” e o Sr. Luiz Alves Ferreira, o nome “Centro de Cultura Negra do Maranhão”. A proposta vencedora foi a do Professor Luiz Alves, por unanimidade. Aqui é possível supor que o Professor Luizão, por já ter um cabedal de conhecimento prévio sobre o movimento negro antes da fundação do CCN-MA, não tenha sugerido esse nome apenas pela forma, mas por entender o conteúdo e a importância da cultura negra.

2.2 Movimento Negro no Mundo (MNM)

O movimento pan-africanista será um dos mais importantes atores políticos do MNM. Embora ele tenha atingido grande parte do planeta (África, América e Europa), na sua constituição original não continha a denominação de pan-africanista e nem fora criado por atores ou autores africanos. Sua origem ocorre nos países de língua inglesa, através de povos negros integrantes da diáspora africana. Sua perspectiva ideológica estava restrita ao binômio: libertação e integração. (PAIM, 2014, p.88).

Sua estratégia era se opor ao tráfico escravista nas Américas, Ásia e Europa. Para além disso, buscava à igualdade das populações africanas fora da daquele continente. Era apenas um movimento de solidariedade em uma área “restrita às populações de ascendência africana das Antilhas Britânicas e dos Estados Unidos”. Essa limitação original do movimento se comprova na linguagem utilizada na primeira reunião que o grupo organizou. Nela, a expressão “Pan-Africanismo” não existia. O chamado ao encontro denominava-se “Conferência dos povos de cor” e foi organizado por Henry Silvester Williams, nascido em Trindade e Tobago, uma antiga colônia espanhola ocupada por Cristóvão Colombo. O termo

Pan-Africanismo só existirá a partir do ano de 1900, na cidade de Londres. Na voz de William Bugart Du Bois, um afro-americano, “a reunião de Londres foi importante porque “Colocou pela primeira vez em moda a palavra “pan- africanismo”. (PAIM, 2014, p. 88-89)

Depois desse encontro em Londres, o movimento pan-africanista cresce e vai ser incorporado por africanos autóctones. Com este crescimento, vão aparecer visões diferenciadas sobre qual a melhor tática ou abordagem a adotar para atingir seus objetivos estratégicos, que agora não mais se limita ao binômio libertação e integração.

O movimento passou por várias fases, cada qual com seus respectivos protagonistas. Teremos Du Bois (afro-americano) como representante do Pan-africanismo educacional, Booker T. Washington (afro-americano) como representante do Pan-africanismo econômico, Edward Wilmot Blyden (São Tomás na Ilhas Virgens Americanas) e Alexander Crummel (afro-americano) do Pan-africanismo religioso, Marcus Garvey (Jamaicano) responsável pela universalização e radicalização da unidade pan-africana, mas ao mesmo tempo foi o difusor do Rastafarianismo dentro da vertente do pan-africanismo religioso e, por último, George Padmore (Trindade e Tobago) e Kwame Nkrumah (Gana) como representantes do Pan-africanismo socialista. Aqui encontramos uma primeira conexão histórica entre povos através do Oceano Atlântico. (PAIM, 2014)

A segunda conexão histórica atlântica que vamos localizar está no movimento da Negritude. Este movimento, assim como o pan-africanismo, nasce fora da África e tinha como base linguística o inglês e o francês. Tem seu início nos Estados Unidos, passa pelas Antilhas e vai chegar até à França. Segundo Santos da Costa:

O termo negritude foi cunhado por Aimé Césaire, em 1939, no poema “Cahier d’un retour au pays natal”. Segundo ele – um dos líderes do movimento –, tratava-se de uma “tomada de consciência” da especificidade do ser negro. Em suas palavras: “negro estou, negro permaneceréi” (Césaire, 2005, p. 28). Entretanto, diz o autor, a consciência dessa especificidade não era um enclausuramento, mas uma abertura para o universal e para a valorização do ser humano. Ao mesmo tempo, diz ele, carregava uma dimensão revolucionária ao afirmar a presença de uma parte antes ignorada da humanidade. (SANTOS DA COSTA, 2019, p. 6)

Esse movimento se apresenta para o mundo em junho de 1932, com a publicação da Revista *Légitime Défense* (Legítima Defesa), na qual “denunciava a opressão racial e a política de dominação cultural colonialista. O alvo do ataque também era “o mundo capitalista, cristão e burguês”. Verifica-se, pelas palavras de Domingues (2005, p. 3), que o movimento Negritude, ao criticar o colonialismo e aqueles a quem ele estava a serviço, o modo burguês e cristão de produção, já estava dando sinais de que ia avançar além da questão racial e cultural. Tal extensão ideológica fica mais clara, segundo o autor, anos depois:

Dois anos depois, em 1934, os estudantes negros em Paris lançam a revista *L’Étudiant Noir* (o Estudante Negro). Léon Damas proclamava: “não somos mais estudantes martinicanos, senegaleses ou malgaches, somos cada um de nós e todos nós, um estudante negro”. Daí o título da revista. Contrapondo-se à política assimilacionista das potências europeias, retomaram a bandeira a favor da liberdade criadora do negro e condenaram o modelo cultural ocidental. Como instrumentos ideológicos de libertação, advogavam o comunismo, o surrealismo

e a volta às raízes africanas. (DOMINGUES, 2005, p. 4).

Aqui já se verifica uma guinada paradigmática da ideia original do movimento, que era apenas o de positivar o termo negro. Agora o movimento vai se conectar com o socialismo científico. Esta conexão com o Alemão Karl Marx vai contribuir enormemente para a sua consolidação em nível mundial e, ao mesmo tempo, vai provocar rupturas.

A mesma guinada paradigmática que ocorreu com o movimento da Negritude em relação ao socialismo científico e sua concepção original irá ocorrer também entre o socialismo e o pan-africanismo. No curso de graduação em Estudos Africanos foi possível conhecer vários intelectuais africanos como Kwame Nkrumah, Amílcar Cabral, Léopold Sédar Senghor e diaspóricos como William Edward Burghardt Dubois, Frantz Omar Fanon, Malcolm Ivan Meredith Nurse (George Padmore) e Claude McKay, que tiveram contato com as ideias socialistas dos teóricos europeus Karl Marx e Friedrich Engels. Essas conexões, como se sabe, vão atingir o MNB e serão objeto do capítulo seguinte.

2.3 O Movimento Negro Brasileiro (MNB)

Com a exposição anterior sobre a formação do Movimento da Negritude Mundial (MNM) e sua fusão com o socialismo, já podemos adentrar na formação do MNB. Para isso vamos realizar um passeio historiográfico sobre o mesmo desde a República até a década de 1970 do século XX, que é o momento em que as organizações deste Movimento Social retomam suas lutas que estavam interrompidas devido à repressão da Ditadura Militar.

Vamos considerar a divisão desse MNB em quatro fases. A Primeira entre 1889-1937, intitulada “da Primeira República ao Estado Novo”, a segunda fase entre 1945-1964, intitulada “da Segunda República à ditadura militar”, a Terceira fase entre 1978-2000, intitulada “do início do processo de redemocratização à República Nova”, e a Quarta e última fase do MN, que teve início em 2000 e está em andamento ainda hoje, intitulada “uma hipótese interpretativa”. (DOMINGUES, 2007).

Logo após o término da abolição da escravatura não foram concedidos à população negra “profícuos ganhos materiais ou simbólicos”, ao contrário, ocorreram derrotas políticas em decorrência das “limitações da República no que se refere ao sufrágio e a outras formas de participação política”. Além das derrotas sociais, houve derrotas de cunho psicológico “em face das doutrinas do racismo científico e da “teoria do branqueamento” e culminaram com derrotas econômicas “devido às preferências em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus”, mas essas derrotas foram estopim para a criação dos primeiros movimentos organizados do povo negro (DOMINGUES, 2007):

Em São Paulo, apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; 6 em Pelotas/ RG, a

Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918).⁷ Em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897. As maiores delas foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundadas em 1908 e 1926, respectivamente. De cunho eminentemente assistencialista, recreativo e/ou cultural, as associações negras conseguiam agregar um número não desprezível de “homens de cor”, como se dizia na época. Algumas delas tiveram como base de formação “determinadas classes de trabalhadores negros, tais como: portuários, ferroviários e ensacadores, constituindo uma espécie de entidade sindical”. Pinto computou a existência de 123 associações negras em São Paulo, entre 1907 e 1937.⁹ Já Muller encontrou registros da criação de 72 em Porto Alegre, de 1889 a 1920,¹⁰ e Loner, 53 em Pelotas/RS, entre 1888 e 1929. Havia associações formadas estritamente por mulheres negras, como a Sociedade Brinco das Princesas (1925), em São Paulo, e a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul (1908), em Pelotas. (DOMINGUES, 2007, p. 103).

A forma de comunicação das ações desses recentes movimentos passava por vários boletins e jornais informativos sobre a questão dos negros. Em São Paulo, surgiu o primeiro jornal com essa conotação, denominado “A Pátria”, no ano de 1899, e tinha como subtítulo: “Órgão dos Homens de Cor”. Além deste, existiam outras publicações como “O Combate”, em 1912, “O Menelick”, em 1915, “O Bandeirante”, em 1918, “O Alfinete”, em 1918, “A Liberdade”, em 1918 e “A Sentinela”, em 1920. Eles existiam também no interior do Estado, como no município de Campinas, onde se encontrava “O Baluarte” do ano de 1903, e “O Getulino” de 1923. Um importante jornal dessa época “foi o Clarim da Alvorada, lançado em 1924,) sob a direção de José Correia Leite e Jayme Aguiar.” (DOMINGUES, 2007).

Chegamos na década de 1930 com pelo menos 31 desses jornais circulando em São Paulo. O autor também destaca jornais com o mesmo propósito, a defesa dos homens de cor e de suas causas em outros estados, a exemplo do “Raça” (1935) na cidade de Uberlândia/MG, o “União” (1918) na cidade de Curitiba/PR, “O Exemplo” (1892) na cidade Porto Alegre/RS e o “Alvorada”, em Pelotas/ RS. Para ele, o “Alvorada”, que ficou de maneira quase ininterrupta de 1907 a 1965, “foi o periódico da imprensa negra de maior longevidade no país.” (DOMINGUES, 2007, p. 104). É nesta primeira fase que vai aparecer a primeira organização de caráter mais nacional, a Frente Negra Brasileira- FNB. Sobre essas manifestações, assim se expressa Domingues:

Na década de 1930, o movimento negro deu um salto qualitativo, com a fundação, em 1931, em São Paulo, da Frente Negra Brasileira (FNB), considerada a sucessora do Centro Cívico Palmares, de primeiras organizações negras com reivindicações políticas mais deliberadas. Na primeira metade do século XX, a FNB foi a mais importante entidade negra do país. Com “delegações” – espécie de filiais – e grupos homônimos em diversos estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia), arregimentou milhares de “pessoas de cor”, conseguindo converter o Movimento Negro Brasileiro em movimento de massa. Pelas estimativas de um de seus dirigentes, a FNB chegou a superar os 20 mil associados. A entidade desenvolveu um considerável nível de organização, mantendo escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, assim como publicar um jornal, o A Voz da Raça. (DOMINGUES, 2007, p. 105).

Essa FNB, que tinha caráter de massas, tentou se transformar em partido político em 1936 visando participar das eleições, no entanto, por flertar com o nazismo e o fascismo,

acabou “por defender um programa político e ideológico autoritário e ultranacionalista”, por isso ficou inviabilizada sua construção. Ela tinha como liderança Arlindo Veiga dos Santos, que “elogiava publicamente o governo de Benito Mussolini, na Itália, e Adolf Hitler, na Alemanha.” Na mesma linha de “namorar” o nazismo e o fascismo ia o jornal “A Voz da Raça”. O subtítulo do jornal referido tinha como lema: “Deus, Pátria, Raça e Família”. Esta Frente “mantinha, inclusive, uma milícia, estruturada nos moldes dos boinas verdes do fascismo italiano”.

A segunda fase do Movimento Negro (MN) organizado ocorre entre os anos de 1945 e 1964, no período que vai da Segunda República à ditadura militar. Passado o período de violenta repressão política do período ditatorial de Getúlio Vargas, que dificultava qualquer movimento contestatório, o MN ressurgiu com mais vigor e ampliou seu raio de ação, mas sem o mesmo poder de aglutinação de outrora. Neste momento vai nascer, segundo Domingues, um importante agrupamento, a “União dos Homens de Cor.” Ela era conhecida também como Uagacê ou simplesmente UHC. Teve como fundador João Cabral Alves, na cidade de Porto Alegre, no ano de 1943. (DOMINGUES, 2007, p. 107).

O artigo primeiro do seu estatuto não deixava dúvida sobre sua finalidade: “elevar o nível econômico e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades”. Essa organização tinha “uma complexa estrutura organizativa. A diretoria nacional era formada pelos fundadores e dividia-se nos cargos de presidente, secretário-geral, inspetor geral, tesoureiro, chefe dos departamentos (de saúde e educação), consultor jurídico e conselheiros (ou diretores)”. (DOMINGUES, 2007, p. 108).

A UHC, por ter um caráter economicista e uma complexa estrutura organizativa, se expandiu. Ela chegou, por volta de 1920, a ter representantes “em pelo menos 10 Estados da Federação (Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná), estando presente em inúmeros municípios do interior”. Um exemplo dessa enorme expansão é sua presença no estado do Paraná, lá “a UHC mantinha contato com 23 cidades em 1948”. Sua atuação “era marcada pela promoção de debates na imprensa local, publicação de jornais próprios, serviços de assistência jurídica e médica, aulas de alfabetização, ações de voluntariado e participação em campanhas eleitorais”, chegando inclusive Esta organização teve a proeza de eleger na cidade do Rio de Janeiro, em 1954, José Bernardo da Silva ao cargo de “Deputado Federal por dois mandatos consecutivos”. (DOMINGUES, 2007, p. 108).

Outra entidade do MN vai aparecer na década de 1940 e vai ter muita influência entre os negros, apesar de iniciar com um caráter mais cultural, trata-se do Teatro Experimental Negro – TEM. Diz Domingues:

Outro agrupamento importante foi o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado no Rio de Janeiro, em 1944, e que tinha Abdias do Nascimento como sua principal liderança. A proposta original era formar um grupo teatral constituído

apenas por atores negros, mas progressivamente o TEN adquiriu um caráter mais amplo: publicou o jornal Quilombo, passou a oferecer curso de alfabetização, de corte e costura; fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro; organizou o I Congresso do Negro Brasileiro; promoveu a eleição da Rainha da Mulata e da Boneca de Pixe; tempo depois, realizou o concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro, com repercussão na opinião pública. Defendendo os direitos civis dos negros na qualidade de direitos humanos, o TEN propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país. (DOMINGUES, 2007, p. 109)

O TEN saiu de uma proposta cultural e depois avança e atinge um público além da cultura. Ele chega a incorporar as “propostas do movimento da negritude francesa”, ganhando assim um caráter internacional. Sua base ideológica será o movimento da negritude. Com o advento da Ditadura Militar em 1964, o TEN perdeu força e quase foi à total extinção em 1968, com o exílio de seu principal dirigente, Abdias do Nascimento. (DOMINGUES, 2007, p. 110).

Neste mesmo período estudado vão surgir outros movimentos, inclusive com a participação das mulheres negras. Nessa etapa do movimento negro, a UHC ou o TEN não eram os únicos grupos que empreendiam a luta antirracista, mas foram aqueles cujas ações adquiriram mais visibilidade. Além deles, articulou-se o Conselho Nacional das Mulheres Negras, em 1950. Em Minas Gerais, foi criado o Grêmio Literário Cruz e Souza, em 1943; e a Associação José do Patrocínio, em 1951. Em São Paulo, surgiram a Associação do Negro Brasileiro, em 1945, a Frente Negra Trabalhista e a Associação Cultural do Negro, em 1954, com inserção no meio negro mais tradicional. No Rio de Janeiro, em 1944, ainda veio a lume o Comitê Democrático Afro-Brasileiro – que defendeu a convocação da Assembleia Constituinte, a Anistia e o fim do preconceito racial –, entre dezenas de outros grupos dispersos pelo Brasil. (DOMINGUES, 2007, p. 110)

Segundo Domingues (2007), a terceira fase do MN vai ocorrer entre os anos 1978-2000, no período em que estamos criando as condições para o fim da Ditadura Militar e dando início “ao processo de redemocratização, à República Nova”. Esse período é precedido de um refluxo do MN devido ao golpe militar de 1964:

O golpe militar de 1964 representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política dos negros. Ele desarticulou uma coalizão de forças que palmilhava no enfrentamento do “preconceito de cor” no país. Como consequência, o Movimento Negro organizado entrou em refluxo. Seus militantes eram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia, o racismo no Brasil. De acordo com Gonzalez, a repressão “desmobilizou as lideranças negras, lançando-as numa espécie de semiclandestinidade”. A discussão pública da questão racial foi praticamente banida. (DOMINGUES, 2007, p. 111).

Esse refluxo vai perdurar até o final da década de 1970. Depois disso, a reorganização política do MN vai ocorrer no “bojo do ascenso dos movimentos populares, sindical e estudantil”. Domingues nos diz que isso não significa que no período da ditadura “os negros não tenham realizado algumas ações”. Isso vai ocorrer na cidade de São Paulo no ano de 1972 quando um grupo de estudantes e artistas formou o Centro de Cultura e Arte Negra

(CECAN) e houve uma revitalização da imprensa negra. Apareceram os jornais “Árvore das Palavras” (1974), “O Quadro” (1974), em São Paulo; “Biluga” (1974), em São Caetano/SP, e “Nagô” (1975), em São Carlos/SP. No Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, irá nascer o “Grupo Palmares” (1971), o primeiro no país a defender a substituição das comemorações do 13 de maio para 20 de novembro”. (DOMINGUES, 2007, p. 112).

Na cidade do Rio de Janeiro vai surgir, puxado pela juventude negra, “o movimento Soul, depois batizado de Black Rio” e, em seguida, “nesse mesmo estado, foi fundado o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), em 1976”. Todas essas iniciativas, “além de fragmentadas, não tinham um sentido político de enfrentamento com o regime. Só em 1978, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU)”, teremos de volta à cena política do país o movimento negro organizado.

Esta nova cena política do MN ocorre concomitantemente tanto no plano internacional como nacional, segundo Domingues. Estava em sintonia com a luta a favor dos direitos civis dos negros estadunidenses, onde se projetaram lideranças como Martin Luther King e Malcom X. Neste momento, tiveram contato com organizações negras marxistas, a exemplo dos Panteras Negras. Por influência do movimento da negritude, se ligaram “aos movimentos de libertação dos países africanos, sobretudo de língua portuguesa, como Guiné Bissau, Moçambique e Angola”. Devido a esses contatos externos, o Movimento Negro Unificado assume “um discurso radicalizado contra a discriminação racial”. (DOMINGUES, 2007, p. 112).

Se no Plano Externo o MN sofrera influências dos Movimentos pelos Direitos Civis que ocorriam nos Estados Unidos da América – EUA, no plano interno o MN será influenciado pelo marxismo. A Convergência Socialista (CS), uma organização de orientação trotskista, foi a protagonista desse Movimento Negro que estava se reorganizando. Nela vão aparecer “várias lideranças importantes dessa nova fase do movimento negro”. Em seu núcleo existia “um grupo de militantes negros que entendia que a luta antirracista tinha que ser combinada com a luta revolucionária anticapitalista”. Cumprido esse propósito, seria possível a “construção de uma sociedade igualitária” e aí superar o racismo (DOMINGUES, 2007, p. 112)

O MNB, que se origina na luta pela libertação pura e simples, depois encampa a luta economicista e cultural, participa de processos eleitorais na década de 1950 e agora passa a conjugar raça e classe no seu discurso e isso atraiu inúmeros ativistas, que foram fundamentais para a fundação do Movimento Negro Unificado - MNU.

Aqui se destacam “Flávio Carrança, Hamilton Cardoso, Vanderlei José Maria, Milton Barbosa, Rafael Pinto, Jamu Minka e Neuza Pereira” como expoentes deste momento. É nesse mesmo período (entre 1977 e 1979) que a Convergência Socialista vai publicar um jornal intitulado “Versus”. Este boletim tinha uma coluna que conclamava os negros socialistas a escreverem artigos defendendo a guerra “revolucionária de combate ao racismo e ao

capitalismo”. Tais posturas, na letra de Domingues (2007, p. 113), serão decisivas para “as posturas táticas e ideológicas assumidas pela seção “Afro-Latino América” e foram decisivas para o MNU e para o movimento em geral”. Foi nesta nova ebulição política do MNB que foi criado o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR):

Assim, no contexto de rearticulação do movimento negro, aconteceu uma reunião em São Paulo, no dia 18 de junho de 1978, com diversos grupos e entidades negras (CECAN, Grupo Afro-Latino América, Câmara do Comércio Afro-Brasileiro, Jornal Abertura, Jornal Capoeira e Grupo de Atletas e Grupo de Artistas Negros). Nesta 14 reunião, decidiu-se criar o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), e a primeira atividade da nova organização foi um ato público em repúdio à discriminação racial sofrida por quatro jovens no Clube de Regatas Tietê e em protesto à morte de Robson Silveira da Luz, trabalhador e pai de família negro, torturado até a morte no 44º Distrito de Guainases. O ato público foi realizado no dia 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo, reunindo cerca de 2 mil pessoas, e “considerado pelo MUCDR como o maior avanço político realizado pelo negro na luta contra o racismo” O evento recebeu moções de apoio de alguns estados, inclusive de várias associações negras cariocas: Escola de Samba Quilombo, Renascença Clube, Núcleo Negro Socialista, Centro de Estudos Brasil-África (CEBA) e o IPCN. (DOMINGUES, 2007, p. 113).

O MUCDR altera seu nome para facilitar a divulgação e passa a se chamar Movimento Negro Unificado, o MNU. Se o seu nome diminuiu, isso não se traduziu no seu Programa de Ação. Em 1982, defendia reivindicações mínimas, como a “desmistificação da democracia racial brasileira, a organização política da população negra e transformação do Movimento Negro em movimento de massas”. Também era defensor de uma aliança ampla para combater o racismo e a exploração do trabalhador e a favor da criação de uma organização para enfrentar a violência policial e de outra organização para atuar dentro dos sindicatos e partidos políticos e, por último, lutava pela “introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como pela busca de apoio internacional contra o racismo no país”. Feito esse relato histórico, pensamos ter apresentado um contexto que vai embasar a formação do CCN-MA que relataremos após traçarmos uma breve história do Maranhão pós Ditadura Militar. (DOMINGUES, 2007, p. 114)

3 CCN: CONTEXTO HISTÓRICO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Na gênese da formação do Centro de Cultura Negra do Maranhão, pelo depoimento de Luis Alves Ferreira, seu primeiro Presidente, compreende-se que esta instituição foi idealizada e constituída pela necessidade de possibilitar à população negra maranhense o conhecimento a respeito de sua importância na história do Maranhão e, sobretudo, a consciência de si em meio a um cenário desalentador em face de sua precariedade material e simbólica fomentada pela força do discurso racial.

Ao que nos parece, tudo começou com a provocação feita pelo Professor Isidoro Cruz a Mundinha Araujo, ao propor que fizessem um ato, no dia da Consciência Negra, para

realçar a importância de Zumbi dos Palmares⁵. No entanto, ela lembrou-lhe que havia algumas dificuldades para a realização de tal ato, sublinhando o seguinte: “enquanto no Sul do país denunciava-se a discriminação em atos públicos, a realidade no Maranhão, em 1979, era bem outra”, apesar de ter “uma população majoritariamente negra, aqui não havia negros” - explica-se, “negros que se assumissem como tal”. Assim, ao “pensar-se em Movimento Negro no Maranhão, sentiam-se de antemão as dificuldades a serem enfrentadas em uma sociedade onde, até então, a palavra negro era tabu”. Estas ponderações de Mundinha Araújo indicam que o Maranhão era um “Estado onde a ideologia do branqueamento estava incorporada nos negros de uma tal forma que a maioria deles se autodenominava “morenos” e “moreninhos”, roxinhos” etc”. (RELATÓRIO CCN-MA, 1984, p.4).

Nesse contexto, eles entenderam que para reverter essa mentalidade, era preciso atingir a consciência do povo negro do Maranhão. Para tanto, uma organização de vanguarda era necessária para prepará-lo a entender por que isso existia. Mas essa tarefa não seria simples, era hercúlea. Então compreenderam que tarefa inicial era “traçar a importância histórica do Negro no Maranhão, sua realidade atual (condições socioeconômica, política e cultural)” (RELATÓRIO CCN-MA, 1984, p.10).

Neste capítulo apresentamos uma panorâmica do Maranhão no qual emergiu a ideia e o processo de institucionalização do Centro de Cultura Negra no Maranhão, em seus aspectos econômicos, políticos e culturais e, neles, as condições da povo negro maranhense; afinal, tal como compreendiam os seus fundadores, à época,

A história do negro no Maranhão ainda não foi escrita, sendo esse um dos objetivos do CCN. Diante do levantamento bibliográfico que vem se realizando, constatou-se através de material encontrado na Literatura (crônicas, poesias) imprensa, e historiografia oficial (séc. XIX), que toda essa produção é fruto de uma sociedade escravocrata e, como tal, tendenciosa e racista. Os autores são porta-vozes do sistema e seus interesses. Mesmo os considerados progressistas, humanistas ou paradoxalmente abolicionistas (por se pronunciarem contra a escravidão) denotam claramente em suas obras as ideias que têm sobre o negro e/ou o índio e as influências perniciosas dessas raças à cultura brasileira. (RELATÓRIO, 1984, p. 12).

3.1. Contexto Econômico do Maranhão

Em tempos atuais, o Maranhão possui 217 municípios distribuídos em uma área de 329 651,496 km². Segundo o Censo Demográfico de 2022, o estado possui 6.775.152 habitantes e uma densidade populacional de 20,55 hab./km⁶. No tempo da escravidão, “foi

⁵ Zumbi, também conhecido como Zumbi dos Palmares (Serra da Barriga, 1655 – Serra Dois Irmãos, 20 de novembro de 1695), foi um líder quilombola brasileiro, o último dos líderes do Quilombo dos Palmares, o maior dos quilombos do período colonial. Zumbi nasceu na então Capitania de Pernambuco, em região hoje pertencente ao município de União dos Palmares, no estado de Alagoas. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Zumbi_dos_Palmares)

⁶ https://pt.wikipedia.org/wiki/Demografia_do_Maranh%C3%A3o

um dos Estados brasileiros onde mais desembarcaram, oficialmente ou não, escravos africanos, principalmente a partir de 1755, quando da libertação do indígena do trabalho escravo”, no contexto da chamada Reforma Pombalina, que culminou com a criação da Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão. (RELATÓRIO, 1984, p. 11).

A escravidão de diversos e diferentes povos do continente africano, no Brasil, e por extensão no Maranhão, é um tema central da historiografia brasileira.⁷ A implantação do curso de graduação em Estudos Africanos, na UFMA, fez com que aumentasse a produção de trabalhos sobre esta temática e outras problemáticas relativas à história do povo negro no Maranhão, reforçando o que foi encontrado pela vanguarda do CCN-MA, dentre os quais os estudos desenvolvidos por Jackson Gomes de Oliveira, que discorreu sobre a escravidão e resistência africana e afro-brasileira na capitania do Maranhão entre 1720 e 1820.⁸

Verifica-se, nesse período, a existência de uma grande necessidade de força de trabalho de escravizados, pois o Maranhão passava por dificuldades financeiras entre o século XVII e o começo do século XVIII. Com as forças produtivas ainda pouco desenvolvidas, existia uma baixa produção de riquezas. Sua principal forma de produção orbitava entre a “coleta de gêneros amazônicos, as chamadas “drogas do sertão”, uma “produção agrícola de subsistência” e “a captura e escravização dos povos autóctones da região”.

Por tudo isso, a Província do Maranhão “vivía basicamente dependente de ajuda financeira da Fazenda Real através do envio de gêneros para aquisição da população”. Era com o produto da “venda destes víveres” que eram pagos “os gastos com a manutenção das fortalezas, assim como do conserto dos equipamentos militares”. (CHAMBOULEYRON apud OLIVEIRA, 2021, p. 15).

Vimos também que a força de trabalho utilizada dos povos originários seria logo proibida pela Igreja Católica e incorporada na Reforma Pombalina. No entanto, mesmo que não houvesse a proibição católica e a Reforma Pombalina, a utilização de escravos africanos “tornou-se ainda mais imprescindível quando grandes epidemias de bexiga (varíola) ocorreram durante as décadas de 1660 e 1690, assolando o Estado e vitimando a maior parte da população indígena”. A este respeito, Chambouleyron destaca que

O ouvidor Maurício de Heriarte relata que, das dezoito aldeias que existiam na ilha de São Luís antes da epidemia, só haviam sobrado três. Em 1663, descrevendo as dificuldades encontradas pela missão dos padres capuchos de Santo Antônio, frei Pedro das Neves relatava a “grande mortandade que as bexigas fizeram no gentio, que é o remédio destas terras”. Em junho de 1663 era a vez dos oficiais da Câmara de São Luís, que escreviam ao rei, representando o “miserável estado em que ficava esta terra e os moradores dela, sem remédio nem favor algum que V.M. fosse servido mandar a ele, e sobretudo a total ruína de mortes que tem havido nos índios,

⁷ ABRANTES, Elizabeth Sousa; Barroso Junior, Reinaldo dos Santos (Org.) O Maranhão e a escravidão moderna. São Luís: Editora UEMA, 2016.

⁸ OLIVEIRA, Jackson Gomes de. Escravidão e resistência africana e afro-brasileira na capitania do Maranhão. (1720-1822). Monografia. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2021.

O relato do Ouvidor não deixa dúvidas sobre a necessidade urgente que tinham os dirigentes da América Portuguesa em acelerar o processo de escravização de povos africanos no Maranhão. Os números coletados nos dizem que “a Capitania do Maranhão [...] tornou-se no “século XVIII um dos principais destinos de navios negreiros”, sendo que “no período da Companhia foram trazidos 12.000 africanos, estes números passam para 35.000 entre 1778 e 1800, crescendo para, pelo menos, 48 mil entre 1801 e 1820”. Com base nos dados, “é perceptível que os africanos cativos formaram uma força de trabalho importante no processo econômico do Maranhão colonial” e que foi “sob o jugo da escravidão negra que se deu o crescimento das plantações maranhenses e o enriquecimento dos senhores de escravos das principais vilas do Maranhão”. (OLIVEIRA, 2021, p. 34).

Seguindo a tese apontada por trabalhos anteriores, o economista Jomar Fernandes Pereira Filhodes destaca que “a economia do Maranhão surgiu integrada ao processo de expansão ultramarina dos países europeus, que se deu entre os séculos XV e XVIII” (FILHO, 2015, p. 2). Não é demais sublinhar que esse momento tem ligação com o processo de acumulação de capital, expresso por Marx no primeiro volume I do Capital, desenvolvido pela burguesia mercantil e “que iria redundar no modo de produção capitalista”.

Assim como outros autores que discorreram sobre o tema, Jomar Fernandes realça a importância da companhia criada por Pombal:

A companhia criada pelo Marquês de Pombal aplicou aqui aquilo que Ricardo iria chamar no século seguinte de vantagens comparativas. Portugal não priorizou a industrialização, ancorado que estava em seu vasto império colonial, onde era mais vantajoso produzir matéria prima para a nascente indústria inglesa. Ele determinou que no Maranhão só se plantasse algodão e cravo, produtos que atendiam aos interesses da Coroa e da burguesia mercantil portuguesa. A Companhia Geral de Comércio garantia o suprimento de escravos africanos, melhores para o trabalho nas lavouras que os índios, além de crédito para os produtores locais e Pombal expulsou os jesuítas, criando um ambiente que permitia a exploração máxima da força de trabalho escrava sem os reclames da piedade cristã e sem a concorrência dos interesses comerciais daquela Ordem religiosa. Isso proporcionou uma grande acumulação de capital. De meados do século XVIII, até o fim do período colonial (1822), o Maranhão conheceu grande prosperidade econômica, tornando-se uma das mais importantes economias da Colônia. (FILHO, 2015, p. 4).

Salienta-se que “os efeitos da Companhia criada por Pombal foram tão grandes que entre 1760 e 1771 as exportações de algodão do Maranhão passaram de 651 para 25.473 arrobas. Parte dessa exportação foi aumentada com o advento da guerra da Independência dos Estados Unidos em 1776, pois estava “a Inglaterra a suspender as importações daquele país, o que aumentou a demanda pelo algodão de outras partes do mundo, dentre as quais o Maranhão”. (FILHO, 2015, p. 4).

As causas apontadas, mais uma vez, têm ligação com os acontecimentos nos Estados Unidos da América – EUA, pois “se a independência das treze colônias americanas (1776) contribuiu para que o preço do algodão ativasse a cotonicultura maranhense” e isso vai se repetir também na Guerra da Secessão (1861- 1865), tudo vai ser extinto, em momentos

intercalados, com o fim das duas guerras. Assim, quando os EUA retomam “sua produção com melhor produtividade, fizeram com que os preços do algodão no mercado internacional caíssem, com reflexos na produção maranhense. (FILHO, 2015, p. 7).

Essa robustez na balança comercial do Maranhão fez com que “as exportações de algodão variassem de 73% a 82% do total das exportações do Maranhão (FIEMA- CEI, 1988; CARVALHO, 1982)”. Tal fato levou a economia maranhense a ser intitulada como “a economia do algodão”. (FILHO, 2015, p. 4).

No entanto, esse modelo que sustentou a economia do algodão colapsou no final do século XIX e nossa agricultura voltou a ser de subsistência, dando início a “um novo ciclo econômico com o extrativismo do babaçu, a partir da década de 1920, e [ao surgimento] da agricultura camponesa”.

As características da formação econômica do Maranhão, no período colonial, geraram consequências de longo prazo, com reflexos verificados por muito tempo na realidade política e social do oitavo maior estado do Brasil, o qual, na década de 1960, foi alvo de uma política de modernização conservadora sob o lema “Maranhão Novo”.

Em suas reflexões acerca da historicidade da economia maranhense, o economista Alberto Arcangeli a divide em quatro fases:

a) conquista e povoamento inicial; b) inserção na divisão internacional do trabalho; c) " involução econômica; d) inserção na divisão nacional do trabalho;" A tentativa de dar uma dimensão temporal a estas grandes fases indicaria para a primeira o intervalo que vai do início do século XVII até o início da segunda metade do século XVIII; para segunda, o intervalo que vai dos primeiros anos da segunda metade do século XVIII até a nona década do século XIX, após um período de progressiva decadência econômica iniciado a partir da segunda metade deste mesmo século; para a terceira, o intervalo compreendido entre os últimos anos do século XIX e a década de 40, já no século XX; para a última, o intervalo que se inicia com a década de 50 do século XX e termina em nossos dias. (ARCANGELI, 1987, P. 92)

Dessa periodização, nos interessa focar naquela considerada por Arcangeli como a quarta fase (1987), intitulada “inserção na divisão nacional do trabalho”, porque nela emergiram movimentos sociais de combate às contradições estruturais herdadas do período colonial, tal como o Centro de Cultura Negra em interface com a experiência racial no Maranhão. Esta fase teve início na década de 1940 e se consolidou nos anos 1950. Essa dinâmica e/ou processo evolutivo provocou transformações no campo maranhense, impactando negativamente as condições de vida da maioria da população pauperizada do Maranhão, formada por negros e negras.

No Censo do IBGE, de 1960, Maranhão/Piauí (IBGE, 1960, p. 47) encontramos a seguinte realidade da população maranhense por raça em números absolutos e transformados em relativos: Brancos 770.517 (31%), Pretos 282.182 (11%), Pardos 1.423.435 (57%), Amarelos 643 (0,26%), População Rural 2.034.376 (82%) e População Urbana 442.995 (18%), totalizando uma população de 2.477.371 habitantes.

O que chama atenção nestes dados é um decréscimo da população branca e aumento

da população negra (pretos/pretas e pardos/pardas) na atualidade. No Bolentim Social do Estado do Maranhão de 2022, os brancos chegam a apenas 20,1%, em oposição aos 31% da década de 1960 e os pardos/pardas aumentam, chegando a 66,4%, enquanto os pretos/pretas crescem e atingem um percentual de 13,5%.

Outra alteração significativa em relação a 1960 está no total da população e na relação campo-cidade. Para o ano 2022, existiam quase sete milhões de habitantes no Maranhão contra os 2.477.371 da década anterior (1960) e a população urbana, que era de apenas 18%. Hoje, é mais de setenta por cento (70,93%) e a população rural, que passava de 80% (1960), hoje está orbitando em torno de quase trinta por cento (29,07%).

Isso implica dizer que a tarefa do CCN-MA, que já era grande, na atualidade fica maior, pois a população negra e parda hoje está próxima a (80%) e em sua maioria na área urbana. Não é à toa que em São Luís temos um bairro (Liberdade) que recebeu o título de Quilombo Urbano.

Na fase da inserção do Maranhão na divisão nacional do trabalho, os principais fenômenos econômicos revelam um “processo de integração (ou reintegração) do Maranhão ao sistema nacional de acumulação capitalista, tanto na esfera da circulação como na da produção”. Segundo Arcangeli, isso se deveu aos seguintes fatores:

a) decadência e crise da indústria têxtil; b) surgimento da indústria de extração e refinação do óleo de babaçu; c) estabilização da atividade extrativista do coco babaçu; d) avanço das áreas de lavoura temporária, produtoras de alimentos para o mercado nacional; e) ocupação do oeste do Estado, antes vazio, a partir da intensificação dos fluxos migratórios provenientes do núcleo nordestino; f) avanço da pecuária, antes na retaguarda das áreas de lavoura e, recentemente, sobre as mesmas. (ARCANGELI, 1987, p. 100).

Importa, ainda destacar que existem elementos importantes da economia maranhense que impactaram, também, as condições de vida do povo negro, dos povos originários e pauperizados, em geral, que a pesquisa de Arcanegli não explorou mais detidamente, tal como os projetos minero-metalúrgicos integrantes do Projeto Grande Carajás (PGC) objetivados, inicialmente, na Alcoa, na Estrada de Ferro da CVRD/Vale do Rio Doce e no Porto de Itaqui, sob uma relação consorciada.

O PGC foi um empreendimento econômico, social e político que envolveu a extração de minério, produção agrícola e energética na Amazônia e o transporte de minério até o Porto de Itaqui, em São Luís do Maranhão, atravessando parte considerável do Estado, em áreas da frente de expansão. Este projeto foi criado e instalado na década de 1980, no governo de João Batista Figueiredo, numa área de quase um milhão de quilômetros quadrados, abrangendo os estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Ele foi feito para favorecer empresas nacionais e multinacionais, com destaque para as empresas Alumar⁹

⁹ O Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR) é um dos maiores complexos de produção de alumínio primário do mundo. Inaugurado em 1984, é formado pelas empresas Alcoa, BHP Billiton e Rio Tinto Alcan e desempenha um papel importante no Maranhão. (<http://www.alumar.com.br>, acesso em 12/05/2014)

e Vale do Rio Doce¹⁰. Além das variáveis deste grande projeto, tem-se a instalação da Base Espacial de Alcântara - o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Esses projetos foram responsáveis pelo aumento de conflitos e pela alteração da relação populacional campo e cidade, no Maranhão.

Esse processo de reestruturação da economia maranhense impactou diretamente a estrutura fundiária do Estado, ao aprofundar o processo de concentração de terras, principalmente entre os anos de 1960 e 1975, gerando prejuízos para os pequenos proprietários de terras e quilombolas. A respeito desta questão, Arcangeli explica que sobre a “categoria proprietários, os dados evidenciam o evoluir acelerado, no Estado e especialmente na frente de expansão, da instituição da propriedade privada da terra”, pois entre os anos de 1960 e 1975, “o número de proprietários cresceu em 144% para o Estado como um todo e em 361% para a frente de expansão”. Se considerarmos as áreas exclusivas para “objeto de propriedade privada, este crescimento foi de 118% para o Maranhão e de 796% para a frente. (ARCANGELI, 1987, p. 132).

A respeito da historicidade das comunidades negras rurais maranhenses, os protagonistas da gênese do CCN-MA, apontam o seguinte:

no Maranhão existem inúmeras comunidades que se originaram de antigos quilombos ou de fazendas falidas, cujas terras foram vendidas ou doadas aos negros, após a abolição. Essas comunidades, se constitui pouco tempo, manterem-se de certa forma, coesas, devido não apenas necessidade de sobrevivência dos grupos, mas à própria estrutura rural maranhense, baseada na pequena propriedade e abundante em terras devolutas: atual mente, passam por um processo de desagregação, a maioria, e radicais transformações algumas; processos esses originados basicamente pela mudança dessa estrutura rural. Durante a década de 60, foi deflagrado no Maranhão um processo de modernização que marcou profundamente o perfil socioeconômico do Estado. A abertura de estradas integrou a região aos grandes centros do país, assim como incorporou as comunidades rurais até então, estruturadas em economias de subsistências à economia de mercado. O capitalismo realiza-se através da implantação de projetos agropecuários que tendeu a substituir as formas tradicionais de ocupação e exploração. A terra valoriza-se e, nesse processo de transição, as "vítimas" são os grupos tradicionais de ocupantes rurais. Presencia-se as comunidades de posseiros e pequenos proprietários entrando inevitavelmente em conflito com esses grandes fazendeiros ou empresários rurais. As comunidades dos negros fazem parte desse grupo de "vítimas" que passam por uma rápida transformação de hábitos, costumes e valores, diante do impacto da modernização, que se choca como tradicional num processo de interação e transformação social; ou diante da contingência de se verem forçados a se deslocarem para outros lugares quando são sumariamente expulsos das terras que ocupam há centenas de anos. (RELATÓRIO, 1984, p. 15).

Eles seguem o diagnóstico, afirmando que “o número de comunidades negras no Maranhão é bem considerável (superior a 80), só no Vale do Mearim o CCN-MA levantou 50, e em Alcântara 10. Os seus moradores são descendentes de antigos escravos, sendo possível estimar uma população que varia entre 150 a 25.000 pessoas”. (RELATÓRIO, 1984, p. 15).

¹⁰ A Vale do Rio Doce foi uma estatal criada pelo Presidente Getúlio Vargas em 1º de junho de 1942 e, após ser privatizada e ter sido responsabilizada por dois grandes acidentes ambientais, para limpar sua imagem, hoje se intitula apenas Vale.

Nessas propriedades se encontram “muitas árvores frutíferas, igreja, campo de futebol e escolas. As casas são sempre de taipa, cobertas de palha. Desenvolvem suas atividades em sistemas coletivos que se processa desde a construção das casas até os trabalhos na lavoura”. Ainda se observa o cultivo de arroz, mandioca e milho (produtos de subsistência) e nas regiões litorâneas dedicam-se também à pesca” [...], eles destacam que “algumas dessas comunidades possuem grandes extensões de terras cultiváveis (superior a 3.000 ha) e são nelas onde os conflitos com os grileiros são mais acirrados, tais como em Bom Jesus dos Pretos, Mandacaru dos Pretos, Piratininga, Tamatatiua e outras” e apesar de algumas delas possuírem documentos atestando o direito a propriedade ou “sendo posseiros há mais de meio século, os negros vêm sendo constantemente ameaçados e rechaçados sob a alegação: “Onde já se viu preto ter terras?”. (RELATÓRIO, 1984, p. 15).

É importante sublinhar o papel que o CCN-MA teve ao denunciar os impactos da Base Espacial de Alcântara. A partir desta ação, a entidade ficou mais conhecida nacionalmente. A base começou a existir com o decreto governamental de 12/09/80, por meio do qual desapropriou uma área de 520 milhões de metros quadrados ou 52 mil/ha para a construção da Base Espacial no município de Alcântara, em 1980. (RELATÓRIO, 1984, p. 17).

Essa desapropriação ficou conhecida do público maranhense “através de um artigo publicado no Jornal do Brasil (15/ 7/81) salientando “a grandiosidade” do projeto e da área a ser utilizada (mais da metade do município)”. Os dirigentes do CCN-MA, por considerarem que no citado município mora uma população constituída de “90% de negros e mestiços”, resolveu pronunciar-se “através da imprensa, manifestando sua preocupação quanto ao destino dessa população, comprometendo-se a fazer o levantamento do número de povoados negros a fim de tomar outras providências (Imparcial, 19/07/81)”. (RELATÓRIO, 1984, p. 15).

O CCN-MA cumpriu o prometido e enumerou várias comunidades situadas na área e, ao ouvir os lavradores, foi percebendo as suas inquietações “quanto à eminência de virem a ser forçados a abandonarem as terras mediante uma indenização que não viam nenhuma vantagem, já que viviam da lavoura e da pesca”. (Imparcial, 11/8/81)”. (RELATÓRIO, 1984, p. 15).

Essas ações foram realizadas em parceria com lavradores, sindicatos e segmentos da Igreja Católica, com o objetivo de desenvolver um trabalho integrado de orientação aos habitantes da área e às comunidades negras, em especial, cujos moradores eram posseiros ou pequenos proprietários”. Nesse contexto, verifica-se a emigração forçada de parte da população negra de Alcântara para São Luís, principalmente para o Bairro da Liberdade e adjacências (Camboa, Fé em Deus e Floresta), a ponto desse bairro ser considerado, hoje, um grande Quilombo Urbano. (RELATÓRIO, 1984, p. 15).

Todo esse trabalho será um suporte importante para o desenvolvimento do Projeto Vida de Negro e, também, para a participação que terá a entidade na elaboração da Proposta

de Lei sobre a legalização de terras quilombolas inserida na Constituição Federal de 1988. O CCN-MA fez bem o dever de casa no tocante ao estudo da realidade da Economia Maranhense e suas conclusões não ficaram muito distantes do trabalho desenvolvido pelo professor, que sintetiza como eram distribuídas as terras, no Maranhão, entre 1960 e 1975, favorecendo o latifúndio, pois

a) Este aumentou a participação absoluta e relativa de proprietários no Estado e na frente. Esse aumento foi acompanhado por uma ampliação da área global objeto de propriedade privada em ambos os casos, sendo que para a frente esta ampliação resultou num evidente aumento da concentração fundiária; aumentou a participação absoluta e relativa dos arrendatários no Estado e na frente. A este aumento, correspondeu, para o Estado, uma diminuição absoluta da área objeto de arrendamento. Na frente esta área cresceu menos do que o número de arrendatários. Em ambos os casos, então, registra-se uma redução da área média de cultivo para o produtor submetido ao pagamento da renda da terra; c) aumentou a participação absoluta dos posseiros na frente e no Estado (menos do que ade arrendatários e proprietários), mas diminuiu sua participação relativa, em ambos os casos. A área média objeto de posse diminuiu ligeiramente para o Estado, mas aumentou na frente. O aumento da área média de posse na frente, porém, concretiza-se durante a década de 60. Entre 1970 e 1975 esta área média começa a diminuir, revelando sinais de esgotamento das potencialidades territoriais da região do ponto de vista da economia camponesa. (ARCANGELI, 1987, p. 137).

Até aqui, verificamos que a economia maranhense, desde a Colônia, foi atravessada pelo conflito envolvendo a distribuição de terras, com evidência clara em favor do latifúndio. No período colonial, da monarquia e na República, esta economia nunca teve um desenvolvimento sustentável. Isso se explica pela dinâmica do desenvolvimento do capitalismo e pela preferência da classe dominante brasileira pelas regiões Sul e Sudeste, mas, também, pelo apoio político das oligarquias aqui existentes.

Foi sob o controle e a influência de uma importante oligarquia local, que a política maranhense, entre os anos de 1960 a 1998, foi administrada, tal como se verificará no próximo tópico sobre a política no Maranhão, em articulação com a política nacional e internacional, na esfera do capitalismo, desde a sua gênese, na condição de dependente dos centros dinâmicos externos.

No passado mais distante foi Portugal. No século XVIII, foi o capital inglês, acentuado com a independência dos EUA, devido “à demanda por mais algodão do Maranhão, que viveu seu período áureo”. Entramos “na segunda metade do século XIX, a Guerra da Secessão nos EUA voltou comprometer a produção de algodão dos EUA, o que favoreceu novamente a produção de baixa qualidade do Maranhão, mas por pouco tempo”. Agora, a economia maranhense passou um breve período lucrando com a venda interna de escravizados, mas “com a abolição, recebeu o golpe de morte, que desestruturou sua produção, totalmente assentada no trabalho escravo, quando o sudeste já estava adaptado ao trabalho assalariado”. Tudo isso piorou quando entrou em cena “a corrida da borracha na Amazônia, que drenou para aquela região boa parte da força de trabalho local, as grandes fazendas maranhenses perderam a condição (econômica) de existir. (FILHO, 2015, p. 11).

No intervalo de 1914 e 1918 a crise provocada pela Primeira Guerra Mundial abriu janelas de “oportunidades para a economia local”. Teremos nesta quadra histórica um aumento na demanda de produtos “nas fábricas de São Luís, Caxias e Codó”, mas por pouco tempo, pois “as elites locais, satisfeitas com o aumento dos preços no mercado internacional e com a superexploração interna, não buscavam ganhos de produtividade. Dessa forma, ao perder a oportunidade de permanecer como um importante centro de produção de algodão, o Maranhão assistiu “a uma regressão da atividade no campo, que voltou a operar em núcleos isolados de subsistência”.

A saída para os capitais foi a “economia do babaçu, onde todo o fornecimento de matéria-prima vinha de uma atividade muito comum na pré-história: a coleta”. Entra em cena “a superexploração da força de trabalho das quebradeiras de coco, o que garantia uma maior lucratividade das indústrias, pela diminuição dos custos de produção”. Essa pujança industrial adquiriu “grande destaque nos anos 1950 e só perdeu importância na década de 1970, com a chegada dos grandes projetos, além da própria defasagem tecnológica”. (FILHO, 2015, p. 11).

Essa gangorra de ascenso e descenso na economia maranhense, segundo Jomar Fernandes (FILHO, 2015, P. 11), permaneceu e a saída apresentada pelo governo central foi a expansão da fronteira agrícola do Maranhão. Neste processo, “o latifúndio expulsou os lavradores através da fraude da titulação de terras, o que garantiu poder político aos “coronéis” do interior, que mantiveram relações de colaboração permanente com os grupos políticos da capital”. É sobre essas oligarquias locais que iremos abordar a seguir.

3.2. Contexto Político do Maranhão

Mas que verdade será esta?
Não gastemos tempo
A verdade que vos digo
É que no Maranhão não há verdade
(Música de Zeca Baleiro)

Zeca Baleiro, um dos maiores talentos musicais do Maranhão, da década de 1990, em parceria com o poeta maranhense Celso Borges, compôs uma música intitulada “A Serpente (outra lenda)”. A última estrofe da música diz: “A verdade que vos digo / É que no Maranhão não há verdade”. Essa frase pertence ao padre português Antônio Vieira. É com ela que o professor de História da UFMA, Wagner Cabral da Costa, inicia seu artigo, intitulado “O Maranhão Será Terra em Transe? História, Política e Ficção num documentário de Glauber Rocha”. Ele será a base que utilizaremos para discorrer sobre o fim da oligarquia de Vitorino Freire e a entrada em cena de uma outra: a Oligarquia Sarney. Nesta disputa veremos que a proposta da nova oligarquia de trazer para o Maranhão grandes benefícios para a camada mais pauperizada será uma grande mentira, expresada em música e sermão. O que existiu de fato foram benefícios para o grande latifúndio, principalmente com a propalada Lei de

Terras do Sarney.

No dia 31 de janeiro de 1966 a cidade de São Luís era só festa, pois acabara de eleger José Sarney Costa Governador do Maranhão, com apoio das “Oposições Coligadas (UDN/PSP/PR)”. Os jornais diziam que esta data pode ser comparada ao “nosso 7 de Setembro”, o “Dia da Queda da Bastilha”, a “Hora da Libertação”, pois a eleição é como se fora “o legado político da “Campanha de Libertação”: o resgate das tradições cívicas e culturais dos maranhenses”. O programa do novo governo seria “liberal de “moralização dos costumes políticos” e de “progresso com justiça social”, com o advento de um “Maranhão Novo” (COSTA, 2004, p. 448).

O governo recém-eleito confirma a chegada do jovem Sarney ao poder e “representaria “a mudança radical numa estrutura político-administrativa marcada por 20 anos ininterruptos de corrupção”, sob a tutela política do senador pernambucano Vitorino Freire (PSD). Também significaria “um protesto contra o abandono a que foi relegada a nossa terra, tão imponente em sua tradição cultural, tão bela em sua fisionomia histórica”, mas que penava “nas mãos dos governos irresponsáveis”. A imprensa tem outros ufanismos à época e ao final afirma que a ideia central das matérias era expressar que “com a posse de Sarney, o vitorinismo, como sistema de prática política e administrativa [dominante entre 1945 e 1965], estava definitivamente aniquilado no Maranhão inteiro” (COSTA, 2004, p. 449).

A chegada de José Sarney a um novo governo terá um grande impacto para o povo negro e pauperizado do Maranhão. Ele foi eleito com apoio decisivo da chamada Oposição Coligada¹¹. Um dos protgaonistas desta Oposição foi o Jornalista Neiva Moreira, que será exilado e viverá em vários países da África (Moçambique, Guiné e Angola) e no seu retorno ao Brasil no final da década de 1970 levará o cantor Gilberto Gil para a quarta reunião de organização do CCN-MA na Rua da Saavedra, em São Luís do Maranhão, reunião confirmada com foto e narrativa oral de Silvia Black, militante do MN. O registro do seu exílio consta no artigo de Wagner Cabral da Costa, quando narra a ação da Ditadura Militar em terras maranhenses:

A forte repressão atingiu em cheio todos estes setores. Passeatas e manifestações públicas foram proibidas. O Jornal do Povo (porta-voz do nacionalismo reformista) e a Tribuna do Povo (do PCB) foram fechados. Dirigentes comunistas, líderes sindicais e outros considerados “subversivos” foram presos (a médica Maria Aragão e o poeta Bandeira Tribuzi, dentre outros). Com a edição do Ato Institucional nº 1 (AI-1), o deputado federal Neiva Moreira (PSP) perdeu o mandato, bem como os direitos políticos. O parlamentar ainda foi preso, partindo para o exílio (julho de 1964) e somente retornando após a anistia, em 1979. Mais realista que o rei, a Assembléia Legislativa aprovou uma resolução declarando a perda dos mandatos de alguns deputados estaduais e suplentes, em razão do “exercício de atividades comunistas” e da “prática de atos subversivos”. Por conseguinte, os setores mais radicais das Oposições Coligadas foram expurgados e depurados. (COSTA, 2004, p. 450).

¹¹ Segundo Wagner Cabral da Costa, as “Oposições Coligadas” seriam uma frente ampla oposicionista que surgiu no final da década de 1940 e vai ter atuação durante quase duas décadas até chegar ao poder em meados dos anos 1960 e que fará surgir uma nova quadra histórica na política do Maranhão, chamada de sarneísmo (2004).

O abraço de Sarney ao general Castelo Branco atingiu em cheio parte das lideranças das tais “Oposições Coligadas”, que acreditou na mentira da liberdade pregada por ele no seu discurso de posse, que está no documentário “Maranhão 66”, produzido pelo cineasta Glauber Rocha, que fora contatado para registrá-la. A Tese de Doutorado de Roberval Amaral Neto, intitulada “Conflitos Fundiários no Maranhão: Lei Sarney de Terras, resistência camponesa e a luta de Manoel da Conceição nos anos 1960 e 1970”, resgata esse discurso de posse do oligarca e nele iremos perceber que tudo que é dito se mostrou uma grande mentira anos depois:

Grande, querido, heróico, bravo Povo de Minha Terra:

Aqui estou sob os olhos de milhares de maranhenses concentrados na praça pública e sob a atenção dos ouvidos, que estão vendo, de milhares e milhares de maranhenses espalhados pelo Maranhão inteiro. Recebo na praça pública o direito de governar o Maranhão, direito que me foi dado pela vontade soberana do Povo. Nosso céu e nossa Terra testemunharam os longos, trabalhosos, ásperos e heróicos caminhos que nos conduziram a esta tarde, a esta solenidade e a este instante. O mandato que venho de receber tem a marca da lida, da chama da mais autêntica vontade popular, da liberdade de escolher e preferir, da consciência das opções. O Maranhão não suportava mais nem queria mais o contraste de suas terras férteis, de seus vales úmidos, de seus babaquais ondulantes, de suas fabulosas riquezas potenciais, com a miséria, com a fome, com o desespero, as ruínas que não levam a lugar nenhum senão ao estágio em que o homem de carne e osso é o bicho de carne e osso. O Maranhão não quer a desonestidade no Governo, a corrupção nas repartições e nos despachos; O Maranhão não quer a violência como instrumento da política para banir direitos os mais sagrados, que são os da pessoa humana, nem a impunidade dos assassinos, garantidos pelos delegados e a liberdade reduzida apenas a uma facilidade para abastardar os homens. O Maranhão não quer a coletoria como uma caixa privada a angariar díizimos inexistentes, para inexistentes arcas reais, que não são existentes porque se pode pronunciar os nomes dos beneficiários e identificá-los ao longo desses anos de corrupção. O Maranhão não quer a miséria, a fome, o analfabetismo, as mais altas taxas de mortalidade infantil, de tuberculose, de malária, de sintoma como exercício do cotidiano. O Maranhão não quer e não quis morrer sem gritar. Não quis morrer estático de olhos parados, e ficar caudatário marginal do progresso, olhando o Brasil e o Nordeste progredir enquanto nossa Terra, mergulhada na podridão, não podia marchar nem caminhar. Por isso nós gritamos, por isso nós morremos, por isso nós resistimos à ocupação, por isso não se apagou em nossos corações a miragem desta tarde que um dia haveríamos de ter, quando encontraríamos o caminho perdido da tradição maranhense. Os que hoje nos honram com sua visita não podem compreender bem a alegria dos nossos corações, esta festa que nada tem de enfeite nem de fogos nas praças vazias, nem de bandeiras nem de charangas, nem de simulações, nem de pré-fabricado, mas por isso mesmo é bem maior do que tudo o que se pudesse articular porque a festa está jorrando em fonte de liberdade e sacrificou a servidão (NETO, 2024, p. 80).

Não é propósito deste trabalho fazer uma análise profunda do discurso de posse do governador eleito, mas apenas apontar quatro promessas (“mentiras”), entre tantas outras, que não se confirmaram ao longo dos quase 40 anos que a Oligarquia Sarney esteve no poder de forma direta com membros da família (A filha de Sarney, Roseana Sarney governou o Maranhão por quatro mandatos intercalados) ou através de vários prepostos (João Castelo, Luiz Rocha, Epitácio Cafeteira, João Alberto, Edson Lobão e Zé Reinaldo).

A primeira “mentira” é quando ele diz que seu mandato tem “a marca da lida, da chama da mais autêntica vontade popular, da liberdade de escolher e preferir, da consciência das opções”. (NETO, 2004, p. 80). Nos quarenta anos da Oligarquia Sarney, o que se viu foi um

distanciamento da vontade popular e um conagraçamento com os chefes políticos das cidades do interior do estado. Quando ele estende o seu abraço no plano nacional para a Ditadura Militar, aí que as liberdades foram suprimidas e vários atores políticos importantes foram presos ou exilados, como Neiva Moreira, Maria Aragão¹², Manoel da Conceição e até seu amigo de infância, o poeta Bandeira Tribuzi.

A segunda “mentira” contida no discurso é quando diz que “o Maranhão não quer a coletoria como uma caixa privada a angariar díizimos inexistentes” e também “não quer a desonestidade no Governo, a corrupção nas repartições e nos despachos” (NETO, 2004,p. 80). Hoje se sabe que muitas empresas que se instalaram no Maranhão têm membros da família como sócios e o complexo de comunicação conhecido com Sistema Mirante de Comunicações tem o dinheiro público como mola propulsora; Sarney foi acusado de ser grileiro da fazenda *Fazenda Maguary*¹³ e isso lhe causou muita dor de cabeça. A denúncia partiu de um desafeto seu, o ex-governador Nunes Freire. Chegou-se a criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o caso (NETO, 2004, p. 218), mas esta não avançou e nem o condenaram por isso. A sua filha, Roseana Sarney, foi acusada junto com seu marido Jorge Murad em uma denúncia conhecida com o caso “Lunus”¹⁴. Todas as denúncias de corrupção contra ele, seus familiares ou seus aliados não avançaram.

A terceira “mentira” é quando ele diz que “o Maranhão não quer a miséria, a fome, o analfabetismo, as mais altas taxas de mortalidade infantil, de tuberculose, de malária, de esquistossomose como exercício do cotidiano”. As poliíicas desenvolvidas por Sarney e seus aliados não conseguiram tirar o Maranhão do atraso da pobreza e dos baixos índices educacionais. E neste partcicular, nem tampouco os governos ditos de esquerda. Um documento do governo do Maranhão do ano de 2012 diz que:

O Maranhão enfrenta uma grave contradição. O Produto Interno Bruto do Estado (soma de todas as riquezas produzidas) saltou de R\$ 52,1 bilhões em 2011 para R\$ 58,8 bilhões em 2012, garantindo que o Maranhão ocupasse o 4º lugar na economia do Nordeste e o 16º na economia do País. No entanto, ocupa o 26º lugar em Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o segundo pior do País. (SEDIHPOP, 2012)

Vamos para a última grande “mentira” contida no discurso de posse do oligarca. Diz

¹² Maria Aragão foi uma mulher negra, medica comunista formada na cidade do Rio de Janeiro no final da década de 1930. Nos primeiros anos da década de 1940 chega de volta a São Luis (Ma) para dirigir o Partido Comunista Brasileiro – PCB. Ele Será uma opositora ferrenha até o final da sua morte.

¹³ Fazenda Localizada na cidade de santa Luzia, interior do Maranhão. Sarney sempre legou a grilagem e dizia “O que eu fiz” [...] foi comprar uma propriedade de José Salomão. Eu posso comprar e ele pode vender”. A fazenda existe há mais de 20 anos; o projeto que apresentei ao Banco do Brasil foi realizado por uma empresa do Estado do Maranhão, a EMATER. (NETO, 2004, p. 216)

¹⁴ Em abril de 2002, a Polícia Federal deflagrou operação na sede da empresa Lunus Participações, da qual o marido de Roseana Sarney, Jorge Murad, era sócio. No local, foi apreendido mais de R\$ 1 milhão não declarado. O escândalo fez Roseana abrir mão da candidatura à presidência daquele ano, e concorrer ao Senado. (<https://oglobo.globo.com/politica/malas-de-dinheiro -21789365>)

ele que “o Maranhão não suportava mais [...] o contraste de suas terras férteis, de seus vales úmidos, de seus babaçuais ondulantes, de suas fabulosas riquezas potenciais, com a miséria, com a fome, com o desespero, as ruínas que não levam a lugar nenhum”. Numa pesquisa rápida encontraremos centenas de trabalhos acadêmicos que tratam da conhecida Lei n.º 2.969, de 17 de julho de 1969, que foi batizada pelos movimentos sociais de Lei Sarney de Terras, e regulamentada pelo Decreto n. 4.028, de 28 de novembro de 1969. Esta lei, que é um desdobramento de uma Lei do Império sobre terras devolutas, causou e causa grandes transtornos para os povos pauperizados e pretos do estado do Maranhão.

Este tema é muito caro para os militantes antigos e atuais do CCN-MA. No capítulo anterior, mostramos uma citação extraída do Relatório da entidade em tela na qual é relatado como o processo de modernização marcou profundamente o perfil socioeconômico do Estado e atingiu de cheio as comunidades quilombolas. Voltamos a Roberval Amaral Neto para apresentar um relato de um grande Líder Camponês do Maranhão, conhecido como Manoel da Conceição¹⁵, sobre a realidade do campo no período do Governo Sarney:

Nessa época começaram a se instalar novos fazendeiros, aumentando os conflitos com os trabalhadores no vale dos rios Pindaré-Mirim e Mearim. Os trabalhadores dos diferentes municípios consideravam justa a luta contra o gado que comia as roças. Eles começaram a se associar no sindicato do Pindaré-Mirim com o objetivo de serem defendidos nos seus interesses. Esse fluxo de trabalhadores reivindicando a entrada no sindicato levou à necessidade da fundação de novos sindicatos, tanto para os trabalhadores terem um instrumento de luta no seu próprio município como para fortalecer o sindicato de Pindaré-Mirim. **Fundamos o primeiro sindicato de Santa Luzia, que passou a ser um sindicato mais forte do que o de Pindaré-Mirim porque lá é que tinha gado solto comendo arroz por todo canto.** Depois se fundou o sindicato de Vitória do Mearim; o sindicato de Bom Jardim; o sindicato de Largo Verde, o sindicato de Altamira, que já fica no Mearim. Era o programa do sindicato de Pindaré-Mirim que era válido pra aquele momento, pra toda aquela região que estava invadida pelo gado. A notícia de nosso programa chegou a todo canto. Às vezes uma pessoa ia lá de passagem e voltava levando a propaganda da luta contra o gado. A partir da fundação desses novos sindicatos, começou a surgir a ideia de fundação da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas do Maranhão. (NETO, 2004, p. 67).

Aqui fica claro que a Lei de Terras do Sarney, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão – Alema, acentuou a violência no campo. Neto afirma que “os conflitos fundiários no Maranhão corroboram as análises de Marx a respeito da acumulação primitiva de capitais na Inglaterra setecentista”. Para o autor alemão, o “[...] século XVIII consiste em ter tornado a própria lei o veículo do roubo das terras pertencentes ao povo”. Marx diz que as “leis relativas ao cercamento das terras comuns, ou melhor, os decretos com

¹⁵ Símbolo de resistência à ditadura militar, Manoel da Conceição faleceu na manhã desta quarta-feira (18) aos 86 anos de idade em Imperatriz, no Maranhão, onde viveu os últimos anos ao lado da família em uma casa de portas abertas aos movimentos sociais da região. Perseguido, torturado e exilado, Mané da Conceição, como era mais conhecido, dedicou toda a sua vida à organização da luta pela democracia e pelos direitos dos povos dos campos e das florestas. (<https://www.brasildefato.com.br/2021/08/19/manoel-da-conceicao-conheca-a-trajetoria-politica-do-lider-campones-que-faleceu-no-maranhao/>)

que os senhores das terras se apresentem com os bens que pertencem ao povo, tornando-os sua propriedade particular, decretos de expropriação do povo” (MARX apud NETO, 2004, p. 72).

Aqui encerramos esta apresentação do cenário político no qual emergiu o CCN-MA quando da sua fundação em 1979. Antes já havíamos descrito um pouco da realidade econômica. A seguir vamos apresentar um pouco sobre os aspectos culturais do Maranhão e as contribuições do povo negro para ela.

3.3. Fragmentos da Cultura Maranhense

Rainha negra, negra rainha, O reino do Akomabu com todo o axé te magnifica. É a mãe, a mão, o suor, a força da vida. A que busca o direito que tem de forma atrevida. Lute, minha negra, negra rainha e tenha certeza que nunca estará sozinha. Ayabá, Mailá, Odara, Acotine, Aqualtune, Dandara Tens a doçura de Oxum, és guerreira como Iansã, tens o cuidado de Yemanjá e a sabedoria de Nanã. Rainha do Mãe Andresa que traz a beleza a força e o poder Que do céu elas protejam toda realeza que existe em você (Ayabá Rainha, Célia Sampaio)

A música cantada por Célia Sampaio, cantora maranhense e que já foi militante assídua do CCN-MA, ilustra bem como essa organização suspira e oxigena a cultura do Maranhão. Não foi por acaso que a entidade foi fundada formalmente em 03 de março de 1980 na sede do Laboratório de Expressões Artísticas -Laborarte¹⁶. Mundinha Araujo explica: “quando eu entro na universidade, no curso de comunicação social, em 1971, participo de um grupo de teatro, que é o Laborarte”. (PEREIRA, 2010, p. 201).

O Laborarte respirava e respira cultura maranhense. Entre os vários jovens que fundaram aquele laboratório de cultura muitos são conhecidos no Brasil e no Estado Inteiro. São poetas como Joazinho Ribeiro (foi assessor especial de cultura na gestão de Gilberto Gil como Ministro da Cultura), César Texeira, a cantora Rosa Reis e cantores como Josias Sobrinho e Zeca Baleiro e no Teatro tinha Tácito Borralho, dramaturgo, ator, diretor de teatro, carnavalesco, arte-educador e acima de tudo um grande animador cultural. Foi criador e ajudou a criar grupos de teatro, dança, poesia, blocos carnavalescos, entre outros grupos artísticos culturais no Recife/PE e em São Luís/MA. Foi ele que, ouvindo Mundinha Araujo, cedeu uma sala do Laborarte para a fundação da entidade.

¹⁶ O Laboratório de Expressões Artísticas – Laborarte – foi criado em 1972 frente à necessidade de alguns jovens consolidando seus trabalhos nas mais diversas áreas das expressões artísticas e ainda podendo direcioná-los para uma educação popular. de movimentos culturais de concretizarem esses movimentos em torno de um objetivo comum, facilitando e a exequidade de diálogos e entrosamentos entre áreas diversas do fazer cultural levou os jovens artistas a fundarem o Laborarte, que logo recebeu elementos ligados a outros movimentos e grupos existentes em São Luís. (<https://casaraolaborarte.com/sobre>)

No Brasil, existe grande diversidade cultural que se distribui por todos os estados e que sofrem influência de diferentes povos e etnias. O Maranhão, junto com Pernambuco e 3 Bahia, têm uma quantidade enorme de diversidades culturais e são amplamente influenciados por povos africanos. Em São Luís, temos expressões culturais como o Cacuriá, Bumba-Boi, Tambor de Crioula. Na Região do Munim temos a “Dança do Lelê ou Pêla Porco”. Trata-se de uma dança de salão de origem provavelmente francesa muito presente nos municípios de Rosário (no povoado de São Simão) e Axixá desde o século XIX. Na região da baixada maranhense (Viana, Bequimão, Pinheiro, etc) encontramos também muitas brincadeiras de Bumba-Boi.

Em São Luís, na década de 1970, o Reggae¹⁷ também vai chegar na Ilha e se solidificar anos depois, mas antes havia muita resistência, principalmente por parte da elite branca, que achava um absurdo perderem o título de “Atenas Brasileira”. Isso será relatado pelo Professor Carlos Benedito Rodrigues da Silva, conhecido como Professor Carlão. Ele é um antropólogo paulista que se mudou para São Luís do Maranhão nos anos 1980. É um dos fundadores do LIESAFRO e também membro ativo do CCN-MA e um dos compositores de várias músicas do Bloco Akomabu.

Neste tópico, não temos a intenção de aprofundar o debate sobre a cultura maranhense de influência africana *versus* europeia, mas apenas demonstrar como ela foi importante para a fundação do CCN-MA. Ela é ampla, mas teve muita resistência para se consolidar. O professor da Universidade Federal do Maranhão Antonio Evaldo Almeida Barros, doutor em Estudos Étnicos e Africanos pelo Centro de Estudos Afro-Orientais, da Universidade Federal da Bahia, e que também foi professor no LIESAFRO, publicou um artigo intitulado “Cultura e Identidade no Maranhão Estado-Novista”. Nele, destaca as características da cultura maranhense e, também, como nem sempre foi de fácil aceitação:

Em primeiro lugar, manifestações de cultura e religiosidade popular, mestiça e negra, especialmente tambor de mina, pajelança e bumba-meu-boi, são lidas por membros da imprensa, laica e religiosa, e da intelectualidade, como herança perniciosa dos antepassados índios e pretos do povo maranhense. Trata-se da perseverança de velhos modelos, que foram intensos sobretudo durante a República Velha, nos quais os ideais de civilização e progresso eram os nortes que guiavam a produção dos textos e falas. Perseguições a terreiros de tambor de mina e casas de pajelança eram justificadas por que estas seriam práticas nocivas, heranças de África e dos povos ameríndios nativos. O bumba-meu-boi era proibido de ir ao centro das cidades por que seria barafunda de pretos e da então dita semibárbara caboclada. Nos anos 1940, ainda denunciava-se que o Maranhão era um Estado débil e doente resultado do sangue de negros e índios circulando nas veias dos regionais, o que só a imigração européia poderia sanar. Se, de um lado, aquelas manifestações são identificadas como sinais de atraso e barbarismo, de “decadência” da região e de sua gente, de outro, identidade maranhense é repetidamente construída como refinada, erudita e branco-européia, o Maranhão é reatualizado como “Atenas Brasileira” e São Luís como única capital brasileira

¹⁷ Da Terra das Primaveras à Ilha do Amor: reggae, lazer e identidade cultural”, livro fruto desse período, foi o primeiro registro acadêmico relevante do fenômeno que surgiu em meados dos anos 1970 e se espalhou pela ilha, conquistando milhares de fãs do ritmo jamaicano, e que daria à cidade o hoje amplamente conhecido apelido de Jamaica brasileira. (<https://www.geledes.org.br/da-terra-das-primaveras-ilha-do-amor-reggae-lazer-e-identidade-cultural-entrevista-com-o-antropologo-carlao-rastafari/>)

A luta dos movimentos sociais e de negros, no Maranhão, reverteu essa resistência e hoje temos uma variedade de atividades culturais reconhecida como patrimônio nacional, a exemplo do Bumba-Boi e do Tambor de Crioula. Pode-se afirmar, sem sombra de dúvida, que o CCN-MA contribuiu enormemente para esta realidade. No seu Relatório (1984, p.21) dos cinco primeiros anos de sua existência eles apontam que uma das finalidades do seu Departamento Cultural era “Desenvolver um projeto político-cultural junto aos diversos grupos existentes na comunidade - Terreiros de Mina, Escolas de Samba, Associações de Moradores, Blocos, grupos de Tambor de Crioula, Bumba-Meu-Boi etc.)”.

Essa guinada pela propagação da cultura negra era parte intestinal da entidade; mas, também, tinha outro objetivo que era capacitar militantes pela via cultural. Antonio Vieira, que foi presidente do CCN-MA, diz que sua entrada ocorre no “o ano de criação do Bloco Afro Akomabu, que foi um grande instrumento de mobilização e captação de novos militantes para o Centro de Cultura Negra do Maranhão”. (Entrevista oral).

Vieira aponta que, ao mesmo tempo em que a cultura foi e é um importante instrumento de mobilização, a exarcebação da cultura dentro da entidade a levou a um culturalismo e fez a entidade se distanciar da sua função formativa. Isso será melhor explorado mais à frente. O que importa aqui é destacar o papel do CCN-MA para a manutenção da cultura do povo negro no Maranhão. Assim, encerramos o capítulo sobre o Maranhão que o CCN-MA vai encontrar quando discute a sua fundação.

3.4. Os Centros Culturais no Mundo Ocidental

Os centros culturais têm origem na França. No Brasil, apareceram fora da institucionalidade oficial apenas na década de 1930, quando “uma série de artistas começaram a atuar nessa área em instituições imprecisas [...] e, posteriormente, com o seu templo específico: os centros de Cultura”. (MILANESI, apud ESPOLADOR, 2018, p. 639).

De forma oficial, Espolador (2018, p. 639) afirma que no ano de 1935 ocorreu a criação de um departamento voltado para a Cultura no Estado de São Paulo e que tal espaço foi dirigido pelo escritor Mário de Andrade. Esse departamento cultural tinha como objetivo “levar as artes para toda a população, sobretudo para as mais carentes, que nem áreas de lazer possuíam naquela época”. A autora ainda aponta que houve um leve desenvolvimento de políticas culturais no Estado Novo, em 1937; mas, logo foi desconstruído e isso acabou por transformar as atuais bibliotecas públicas, apenas, “em um acervo estático que só é consultado por obrigações escolares. Em países desenvolvidos, as bibliotecas evoluíram juntamente com sua sociedade. Mas, no Brasil, as bibliotecas permanecem apenas como um acervo literário”.

Conforme a referida autora (2018, p. 639), coube às organizações não oficiais a

criação de espaços culturais diversos, “dentre eles estão os teatros, cinemas, bibliotecas, museu, etc. A fusão desses “espaços e funções a partir dos anos 1970 proliferou-se com nomes variados, incluindo entre eles os Centros de Cultura”. Assim sendo, supomos que a criação do Centro de Cultura Negra do Maranhão não nasceu de uma ideia original, mas que, provavelmente, os seus fundadores já tivessem conhecimento sobre Centros de Cultura espalhados pelo Brasil e no outro lado do Oceano Atlântico. E esse fato já aponta uma primeira conexão histórica do CCN –MA com os movimentos culturais de outras regiões do Brasil. No entanto, é preciso esclarecer por que este centro de cultura vai se especializar no debate sobre a cultura negra e do Maranhão e qual a conexão atlântica que existe entre este centro e o processo de escravidão engendrado pelos europeus.

3.5. A Gênese do Centro de Cultura Negra do Maranhão

O cientista Karl Marx, no prefácio à Contribuição da Crítica da Economia Política, afirma que a humanidade só se propõe à solução de um problema que ela pode resolver e que tal problema só se apresenta “quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir”. (MARX, 2008 p, 48). A vanguarda que deu o pontapé inicial para a formação do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA), ainda que não tivesse ciência da existência ou dos escritos do autor alemão, pensava nesses termos.

Quando o Professor Isidoro, que chegara, recentemente, do Estado de São Paulo procurou a Professora Mundinha Araújo para construir o Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro de 1970, na cidade São Luís, capital do Estado do Maranhão, estava se propondo a solucionar dois problemas existentes na ilha de Upaon-Açu: despertar na população negra da referida ilha uma consciência sobre a sua cor e ao mesmo tempo fazê-los conhecer a história de um dos maiores líderes da luta do povo negro brasileiro - Zumbi dos Palmares¹⁸.

Esse problema só precisava ser resolvido, pois os dois professores moravam numa cidade formada por uma população majoritariamente negra, descendente de povos que vieram forçados do continente africano para o Brasil e o Estado do Maranhão, em um momento histórico mundial conhecido como Escravidão Atlântica; mas, não tinham consciência disso, diferente de demais diaspóricos espalhados em outros países das américas e no sul do Brasil, onde um ano antes já se havia criado o Movimento Negro Unificado (MNU) na Cidade de São Paulo. Isso fica muito latente no primeiro relatório do CCN-MA sobre a origem e as primeiras tarefas desenvolvidas pela entidade:

Em princípios do mês de setembro de 1979 o Prof. de Educação Física Isidoro Cruz Neto procurou a jornalista Maria Raimunda Araújo (Mundinha) para que juntos organizassem alguma manifestação no dia 20 de novembro do mesmo ano

¹⁸ Foi um dos grandes lutadores do Povo Negro no período do regime escravocrata. Hoje o dia do seu nascimento (20 de novembro) é feriado nacional no Brasil. Este dia é conhecido como Dia da Consciência Negra. (Nota de Luiz Noleto).

(Dia da Consciência Negra aniversário de morte de Zumbi) a exemplo do que vinha acontecendo no Sul do País (São Paulo) desde o ano anterior (1978). Para Mundinha, que já há algum tempo, debatia para alguns grupos de São Luís (teatro, escolas, comitês políticos etc.) a situação do negro no Brasil ou mais precisamente no Maranhão, num trabalho isolado e pouco animador, surgiu então, a oportunidade de fazer algo, pois havia mais uma pessoa interessada. Demonstrou, no entanto, a impossibilidade de uma manifestação pública em um Estado, onde, apesar da população constituir-se em mais de 50% de negros, estes no entanto se autodenominavam "morenos"; e em um lugar onde não havia "consciência negra" como comemorar uma data sob essa palavra de ordem? Diante da "inconsciência" existente por parte dos negros sugeriu que se pensasse antes na formação de um grupo onde começaria os estudos e discussões sobre o negro, iniciando-se a partir daí a membros. (RELATÓRIO CCN-MA, 1984, p.5).

Verifica-se que os dois professores tinham um problema a resolver e que as condições materiais já estavam latentes, tais como a entrada forçada dos povos escravizados, oriundos de vários países do continente africano, o desconhecimento dos descendentes dos escravizados sobre sua história, baixo nível de consciência e aceitação sobre ser negro - a ponto de acharem bonito serem chamados de “moreno” - e a solução já estava sendo apontada pelas ideias dos movimentos da Negritude e do Pan-africanismo em vários países da Europa e nos Estados Unidos da América (EUA) e retomado no Brasil com a fundação do MNU, no período da Ditadura Militar e Civil, no Brasil.

Os passos seguintes encontrados por eles para a solução dos problemas detectados foi a criação de um grupo de discussão que os ajudasse nesta hercúlea tarefa. No mesmo relatório de 1984 é narrada a realização de quatro reuniões que vão anteceder a criação formal do grupo em março de 1980, na sede do Laborarte.

A primeira reunião chama a atenção, pois ocorre no dia 19 de setembro de 1979, na sede da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos, localizada à época na Rua da Saavedra – Centro de São Luís - MA, paralelo a um importante movimento na cidade onde estudantes, professores e trabalhadores ocupavam as ruas de São Luís em uma semana que ficaria conhecida na história da capital maranhense como a Greve da Meia-Passagem e teve seu auge entre os dias 14 a 22 de setembro de 1979, mobilizando mais de 20 mil manifestantes.

O Movimento foi reprimido pela polícia, estávamos em tempos de Ditadura Militar. Na entrevista realizada com Silvia Cristina Leite ela relata que “era acadêmica de Serviço Social na época” e “estava com aquele fogo de ver as coisas acontecerem”, na busca para “assegurar o direito de pagar a metade do preço da passagem de ônibus que usufruímos até hoje”. (Entrevista oral, 2024). Este marcador histórico já explica muito sobre os rumos futuros do CCN-MA.

Uma observação importante também sobre as quatro reuniões iniciais é quanto ao número de participantes. Na primeira, o relatório aponta que eram oito: Isidoro, Mundinha, Ray, Udes, Socorro, Zé Carlos, Sonia, Samuel. E nela constatarem a “existência de preconceito e discriminação racial no Brasil” e também que, apesar do Estado do Maranhão ser um estado formado em sua maioria por negros, “nunca havia sido objeto de estudo por parte dos historiadores ou mesmo cientistas sociais, como acontecia em outros estados

brasileiros” e, portanto, a inexistência de trabalhos científicos publicados sobre o povo negro no Maranhão.

Diante dessa constatação, decidiram que o grupo seria apenas informal e destinado para estudos e que deveriam manter “um intercâmbio com as entidades negras do resto do País, iniciando-se assim, não apenas, troca de experiências, como material de estudos”. E o passo seguinte seria “desencadear um processo de arregimentação de novos membros para participarem do grupo. (O primeiro do gênero no Maranhão)”. (RELATÓRIO CCN-MA, 1984, p. 5)

Na segunda reunião, no dia 21 de setembro de 1979, o grupo cresceu em mais um membro, e nele estava Silvia Cristina Leite, que mais tarde seria conhecida por Silvia Black. Agora já eram nove. Na terceira já eram onze e, pela primeira vez, com um membro da Academia, o prof. José Carlos Sabóia, do Departamento de Sociologia da UFMA, que “pronunciou-se favorável à criação de uma entidade que não só congregasse os negros como os fizesse sentirem-se valorizados e orgulhosos da sua raça”, estamos na terceira reunião. No relatório em que é descrita a quarta reunião, que já contou com trinta participantes, eles relatam que houve “um acontecimento inesperado; pois estiveram presentes o deputado Neiva Moreira (retornando de exílio) e o cantor Gilberto Gil”.



Fig. 1 - Gilberto Gil na quarta reunião do CCN-MA, em outubro de 1979.

Eles narram que, com a presença de Gilberto Gil e Neiva Moreira, ocorreu um aumento do número de participantes, desencadeando mais atenção “na cidade sobre o tal ‘grupo negros’ ” e qual seria a sua ideologia... etc.”. (RELATÓRIO CCN-MA, 1984, p. 7) No relatório encontramos que:

Neiva Moreira, jornalista e editor dos Cadernos do Terceiro Mundo, vivendo longos períodos na África, falou da sua vida nos países africanos (Moçambique, Guiné e Angola) sobre os quais prestou depoimentos e tratou da luta desses povos para se organizarem quando livres do colonialismo. Disse da sua satisfação ao encontrar grupos como esse em São Luís e colocou-se à disposição, principalmente no que se referisse a um intercâmbio do grupo com países africanos. Quanto ao cantor Gilberto Gil, como negro, enalteceu a validade dessas associações e disse que em todo o Brasil o negro estava se organizando como uma forma de se defender das discriminações sofridas. Propôs-se nessa reunião a oficialização do grupo, que deveria ser registrado com um nome e uma diretoria

provisória: Intercâmbio com entidades semelhantes do resto do país e até mesmo com entidades africanas. Além de muitos convidados estiveram presentes Isidoro, Udes, Mundinha, Samuel, Zé Carlos, Silvia, Rosário, Vitória, Silvana, Jorge, Paula, João Francisco, Dico Pereira, Luizão, Arouche, Cesário Coimbra, Tibério, Josemar, Joaquim e outros (30 pessoas) aproximadamente. (RELATÓRIO CCN- MA, 1984, p. 7).

É importante destacar que esta quarta reunião foi crucial para a criação formal do grupo em março de 1980; mas, ao mesmo tempo, foi detectada pelo grupo a presença de agentes da ditadura como olheiros de suas reuniões. Silvia Black, que aparece na foto, de branco, próxima de Gilberto Gil, verbaliza na entrevista realizada que três pessoas estranhas a eles foram percebidas até por Gilberto Gil e então passaram a falar só de arte e cultura por quase uma hora. Os supostos arapongas, cansados, retiraram-se da reunião e em seguida prosseguiu o debate sobre a criação da organização.

O passo final foi a criação formal do CCN-MA no dia 3 de março de 1980, na cidade de São Luís. No próximo tópico, onde falaremos sobre alguns militantes que estiveram presentes nos momentos iniciais da formação do CCN-MA e outros que irão se incorporar depois, serão acrescentados mais elementos que irão clarificar melhor a origem dessa entidade.

4. CCN: PROTAGONISTAS E SUA BASE POLÍTICO-IDEOLÓGICA

A idealização e a fundação do CCN-MA é fruto de lutas anteriores, tanto em nível internacional como nacional. No Plano Internacional, sublinham-se os movimentos Negritude e Pan-africanismo, permeados por diferentes interpretações de formulações marxistas e socialistas. No entanto, se observarmos de forma mais minuciosa, podemos considerar a criação deste Centro de Cultura como parte da reorganização do MNB na década de 1970, do século XX, principalmente, com a criação do MNU.

A respeito da especificidade histórica do CCN-MA, Igor Thiago Silva de Sousa pronuncia-se nestes termos:

No processo de lutas do Movimento Negro e expansão de suas agências em diferentes estados, surge em 19 de setembro de 1979 o CCN. Essa entidade, como especificidade em sua fundação, nasce com auxílio de uma entidade de defesa de direitos humanos, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), esta fundada em 12 de fevereiro do mesmo ano. Nesse sentido, enquanto a SMDH nasce no bojo das lutas políticas pela redemocratização brasileira e anistia política no país, o CCN surge tendo em vista a defesa das populações negras e a discussão sobre a questão racial. Essas entidades, pelo próprio momento histórico e engajamento de setores católicos, têm o auxílio de parcelas eclesiais, sendo ajudadas com infraestrutura para reuniões e encontros que ocorreriam em instalações de igrejas. Assim, ao se fundar o CCN, tinha-se como foco a discussão sobre o mito da democracia racial, bem como os apontamentos sobre a história dos negros em território brasileiro e as discussões sobre o racismo em nível local. Como aponta Luiz Alves, primeiro coordenador da entidade: (SILVA DE SOUSA, 2019, p.7).

Isso se explica, pois quando da reunião de fundação do CCN-MA, ocorrida no dia no dia 03 de março de 1980, no Laborarte, como resultado da reunião presidida pela senhora

Maria Raimunda Araújo, mais conhecida como Mundinha Araújo, o primeiro ponto de discussão girou em torno de qual nome atribuir a organização. Na Ata de Fundação está registrado que Mundinha Araújo defendia o nome “Centro de Estudos da Cultura Negra”, e o Sr. Luiz Alves Ferreira²⁸ defendia o nome “Centro de Cultura Negra do Maranhão”. Esta última foi a proposta vencedora por unanimidade. No estudo de Domingues sobre as fases do Movimento Negro, no Brasil, verificamos que foram criados vários Centros Culturais de Negros, dentre os quais o CCN-MA, indicando a circulação e conexão de ideias e objetivos entre eles. A respeito da fundação e do nome atribuído à entidade, o Professor Luiz Alves Ferreira sublinha o seguinte:

Um dia a gente se reuniu e foi escolher um nome, tinham vários nomes. Aí eu dei a sugestão de Centro de Cultura Negra do Maranhão. Tinha vários outros centros [com o mesmo nome], mas eu nem sabia na época. Eu tinha uma leitura de escritos africanos, do Amílcar Cabral; do Kwame Nkrumah, que era líder do grupo político de Gana, eu lia um pouco das coisas do Abdias, então a gente tinha uma leitura. Reunimos e fizemos a diretoria, acho que a primeira reunião foi 19 de setembro ou dezembro, e eu nem estava aqui. Foi em um sindicato, na Rua de São Pantaleão, o sindicato dos engraxates. Foi até a Mundinha que arrumou. Era o sindicato dos lustradores, peixeiros, dos garçons eram uns três sindicatos do povo, que na maioria era negro. A casa ainda existe hoje lá. Feito isso a gente reuniu quem podia ser e na época me escolheram. Podia ser qualquer um, podia ser eu, podia ser João Francisco, podia ser Mundinha, mas acharam que eu podia aglutinar as posições porque as minhas posições e a de João Francisco eram quase idênticas. (Apud. SILVA DE SOUSA, 2019, p.8)

Aqui nos chama atenção, para além da importância do debate em torno do nome da entidade recém-criada, a informação dada pelo primeiro presidente da entidade, o Sr. Luiz Alves Ferreira, mais conhecido como Professor Luizão, sobre o contato literário com intelectuais do pan-africanismo como Amílcar Cabral e Kwame Nkrumah e, também, com as obras de um dos fundadores do Teatro Experimental Negro, no Brasil, o Sr. Abdias Nascimento.

Verifica-se, dessa forma, que, se não por todos, a compreensão sobre o pan-africanismo ou, em particular, os processos de Libertação Nacional e da Negritude era de conhecimento de uma parte da nascente direção do CCN-MA. O que, por extensão, comprova a histórica conexão atlântica entre a necessidade, as ideias e os objetivos da luta pela emancipação de povos negros do Mundo Atlântico.

No caso do CCN-MA, o objetivo era o de narrar uma história diferenciada sobre a origem e formação do povo negro brasileiro diferente do verificado até então, que os vinculava à escravidão como algo natural. Sob esta perspectiva, Serra destaca que foram oferecidos Cursos de Formação aos simpatizantes e adeptos desta entidade:

A dimensão da “história” para os “porta-vozes” do movimento negro no estado sempre foi um dos motes de ação. Buscou-se investir em reuniões de formação dos simpatizantes, adeptos e militantes, atentando para a necessidade de reescrever e recontar as narrativas formuladas pela “história oficial”. Em todo o território nacional, estratégias voltadas para a reavaliação do papel do negro na história do Brasil foram adotadas (PEREIRA, 2010) por inúmeras organizações negras. (SERRA, 2021, p.44).

Outra aproximação e semelhanças que se verificam entre o Movimento da Negritude e o CCN-MA está na forma de divulgação de suas posições. Para Magno Cruz¹², um dos expoentes militantes do CCN-MA, a realização de “palestras, debates, seminários, encontros, estudos, pesquisas, exposições de fotografias, slide, filmes, editoração de livros e cartilhas, panfletos, atividades esportivas, colônia de férias” eram ações pedagógicas importantes. No caso do Movimento da Negritude, a forma de difusão de suas posições passava pela divulgação de uma “revista, reuniões, exposições, assembleias e publicação de artigos e poemas para “transmitir uma imagem positiva da civilização africana”. (DOMINGUES, 2005, p. 28).

É importante destacar que a ação cultural do CCN-MA não ficou restrita à formação e desconstrução da história oficial sobre o povo negro brasileiro, considerando que o Maranhão é um dos estados brasileiros que têm uma densa população negra ocupando muitas terras, na zona rural, mas sem a propriedade legal, e, assim, vulnerável ao avanço do capital sobre elas.

Segundo Souza, a primeira Lei de Terras, escrita e lavrada no Brasil, é datada de 1850, e excluía os africanos e seus descendentes do acesso às terras porque não eram considerados brasileiros, situando-os nas categorias escravos ou ‘libertos’. Isso desencadeou “todos os tipos de racismos, arbitrariedades e violência que a cor da pele anuncia [...]” levando a expulsão e remoção sistemática dos povos pretos “dos lugares que escolheram para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou foi herdada de antigos senhores através de testamento lavrado em cartório”. A busca por esses espaços retirados “passou a significar um ato de luta, de guerra”. (LEITE, 2000, p. 335 apud SOUSA, 2019, p.4).

Antenado a isso, o CCN-MA desenvolveu um estudo sobre a quantidade de quilombos existentes no estado. A este respeito, Pereira destaca:

A chamada regularização das chamadas ‘terras de preto’ vinha sendo discutida havia bastante tempo, principalmente pelas organizações negras nordestinas... Em agosto de 1986, por exemplo, o CCN do Maranhão promoveu o I encontro das Comunidades Negras Rurais do Maranhão com o tema ‘O negro e a constituição brasileira’ com a discussão sobre a necessidade da regularização das chamadas ‘terra de preto’ que vinham sendo foco de estudo de um das principais referências do movimento negro no Maranhão, Mundinha Araújo, desde o final da década de 1970. Os trabalhos do CCN junto a comunidades quilombolas remete-se à década de 70 com o primeiro projeto elaborado com a finalidade de construir entendimentos sobre esse segmento social por parte de militantes negros, dando-se destaque, nesse momento, ao papel de Mundinha Araújo como elaboradora de esboço inicial. Esse projeto forneceu os primeiros levantamentos de material bibliográfico e a iniciativa para realização de trabalhos de campo no interior do Maranhão, os quais, posteriormente, deram subsídio para a elaboração e efetivação do Projeto Vida de Negro (PVN), já em meados dos anos 80, como aponta Ivo Fonseca, membro da entidade e coordenador em meados dos anos 2000: (PEREIRA, 2010, p. 223 apud SOUSA, 2019, p.7)

Como produto desse trabalho, o CCN-MA, segundo Sousa (2019), teve um protagonismo na Constituinte de 1988, a ponto de ter sido aprovada a proposta de garantia das terras às comunidades quilombolas que nelas estivessem residindo, contemplada no

artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988. Isso foi possível graças “à realização de parcerias interestaduais entre o CCN e outras entidades do Movimento Negro Brasileiro”, a exemplo do “CEDENPA, Movimento Negro do Rio de Janeiro e Associação Cultural Afro-brasileira, que possibilitou a troca de experiências e projetos em comum e a garantia do artigo constitucional”.

O fato de o CCN-MA nascer e crescer junto aos movimentos negros organizados não o impediu de, para garantir o sucesso de sua organização, realizar contato com outras instituições. Um exemplo disso se verifica quando os diretores procuraram ter uma sede própria, pois, durante muito tempo esta importante entidade maranhense não tinha um local para realizar seus trabalhos. No já citado documento do SNI encontramos esse relato:

Inicialmente o CCN se reunia semanalmente em uma sala cedida pela Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, até quando em 1985, o Prefeito eleito de SÃO LUÍS, MAURO DE ALENCAR FECURY (B.1225194) mandou reconstruir um prédio, localizado à Rua dos Tupiniquins S/N, bairro dos Borés - SÃO LUIS, doando-a entidade para uso como sede própria. Atualmente funciona no referido imóvel uma Escola do 1º grau (diurno), atendendo crianças da periferia da cidade, e outros cursos (artes, capoeira, dança e teatro) e a noite, em convênio com a LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (LBA) e a FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR (FUNABEM). (BRASIL, 1988. p. 1)

A sede descrita no relatório do SNI ainda permanece sendo utilizada pelo CCN- MA em tempos atuais. Ela não foi reivindicada ao caso. Ela é uma comprovação de que o grupo formador do CCN-MA consistia em estudiosos de fatos da história do negro, pois esta sede no passado teria sido um mercado de escravos e “o prédio havia sido reconhecido como patrimônio histórico, artístico e paisagístico do estado desde 1978; mas, sua concessão legal só foi realizada através da lei municipal 3.373, de 29 de dezembro de 1994”. (SERRA, 2021, p. 83).



Fig 2 – Placa que Identifica concessão da sede.

Para além da comprovação de estudiosos do grupo formador desta respeitada entidade, pode-se afirmar que seus membros fundacionais sabiam bem da existência dos debates existentes no Brasil sobre a questão racial. E, também, se verifica, pelo comentário do Professor Luizão, que eram conhecedores de alguns intelectuais negros de fora do Brasil. E isso só reforça a existência de uma conexão atlântica histórica entre os africanos originários e diaspóricos com a criação do Centro de Cultura Negra do Maranhão. A seguir vamos apresentar alguns desses membros que se destacaram desde a fundação até a consolidação da organização em tela.

4.1 O CCN e Alguns Protagonistas de sua Gênese

Um membro importante na história do CCN-MA é a militante Raimundinha Araújo, mais conhecida como Mundinha Araújo¹³. Sua formação inicial foi de professora. Conseguiu seu primeiro emprego como professora no Instituto dos Ferroviários, na hoje extinta Rede Ferroviária Federal S/A. (REFFSA), onde existia um movimento sindical muito forte e ativo.

Apesar de desempenhar o papel de professora no início de sua carreira, e do fato de manter contato com um setor importante do movimento sindical à época, ela não exercerá sua militância no sindicalismo brasileiro. Ela será uma peça fundamental na fundação do CCN-MA. Mundinha Araújo afirma nunca ter sofrido racismo na escola e que a “questão de cor” não era um assunto pautado pela família e isso dificultava levantar uma “bandeira de negritude” com tanta gente “miscigenada” em casa e ela até alisava seus cabelos para ser aceita no exame admissional, tendo sido admitida no Instituto de Educação. No entanto, ela relata que, em 1967, “após retornar de uma viagem de férias ao Rio de Janeiro, chegou a São Luís decidida a “assumir” seu cabelo natural”. (apud ARRUDA SERRA, 2021, p.64). Mundinha Araújo refere-se ao esse tipo de cabelo como black power.

Esse processo de transformação que ocorreu com a professora Raimundinha no curso Normal deu-se de forma mais profunda quando ela entrou em contato com Angela Yvonne Davis¹⁴, uma professora e filósofa socialista estadunidense que era integrante do Partido Comunista dos Estados Unidos, bem como do movimento revolucionário conhecido como Panteras Negras. Segundo Arruda Serra,

Foi a partir desse momento – inspirada pela liberdade de imagem que o “movimento hippie” propagava – que deixou de ser vista como “uma negra igual a todas as outras” e começou a sentir que era diferente aos olhos da sociedade da época. Ainda no final da década de 1960, através do acesso aos jornais, revistas e da televisão, Mundinha teve contato com notícias e reportagens acerca da luta dos negros norte-americanos por direitos civis e sociais, principalmente com a figura de Angela Davis, do grupo musical Jackson Five e do cantor e ator brasileiro Toni Tornado. A “estética negra” defendida e assumida por essas personalidades permitiu que Mundinha construísse certa “identificação” e passasse a ostentar definitivamente seus cabelos crespos. (ARRUDA SERRA, 2021, p.64)

O importante a extrair deste relato é a conexão de Mundinha com uma liderança comunista e ativista de um importante movimento radical do movimento negro afro-americano. Pode-se afirmar que isso teve um impacto profundo na formação da entidade em tela.



Fig. 3 - Professora Mundinha Araújo.

Esse relato do encontro político internacional de Mundinha Araújo se associa a outro, que será a sua vivência cultural no seu habitat natural. Ela, antes mesmo de construir uma organização de combate racial, já tinha atuação nos círculos culturais de São Luís, tal como sublinha ser uma participante ativa “da vida cultural da cidade de São Luís e desde muito cedo assumiu a postura de “levar adiante a luta pelos direitos humanos”, mesmo não possuindo “nenhum engajamento direto com qualquer instituição ou movimento. Costumava ir a oficinas, teatro e cinema com certa frequência, pois sempre esteve “em meio aos artistas”. (ARRUDA SERRA, 2021, p.66). Outro militante importante para o CCN-MA foi o Professor Luiz Alves, de quem falaremos a seguir.

Posso afirmar sem dúvidas que a minha monografia em Estudos Africanos sobre Kwame Nkrumah teve, mesmo que de forma indireta, a orientação do professor Luiz Alves Ferreira. Eu sempre acompanhei as intervenções acaloradas deste militante, mais conhecido como Professor Luizão. Em qualquer palestra que estivesse presente, mesmo que o debate fosse sobre futebol, ele se inscrevia e na sua intervenção fazia o recorte racial, expressando ser um militante do movimento negro em tempo real.



Fig 4- Professor Luizão, primeiro Presidente do CCN-MA

Um dia, quando adentrei na sala dos professores do Curso de Estudos Africanos e dei de cara com ele, o qual foi logo me perguntando: “senador. o que fazes por aqui?” - essa interpelação de “senador” (que ele sempre dirigia a minha pessoa) tinha a ver com o fato de ter votado em mim para Senador da República, no ano de 1998, quando militante do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, PSTU. Ao responder responder que era aluno novato do curso, o seu sorriso se multiplicou. E, de imediato, como uma metralhadora falante, me falou de vários intelectuais africanos, entre eles Amílcar Cabral, Aimé Cesaire, Abdias Nascimento e Kwame Nkrumah, entre outros. Só muito tempo depois soube que o Professor Luizão foi um dos fundadores do CCN-MA, sendo o seu primeiro presidente e quem havia sugerido o nome da entidade em construção.

O professor Luiz Alves Ferreira nasceu na comunidade Saco das Almas Santa Cruz, no Município de Brejo, no interior do Maranhão. Sempre gostava de afirmar que foi o primeiro médico e professor quilombola formado em Medicina pela Universidade Federal do Maranhão.

Ele nos deixou em 2020. No site da Associação dos Professores da Universidade

Federal do Maranhão (Apruma), encontra-se que “a trajetória de militante e intelectual das classes oprimidas e do Povo Negro” desse militante vem desde sua atuação movimento estudantil, ainda no ensino médio no Liceu Maranhense, em São Luís. Ele também foi sócio-fundador da Apruma; mas, sua mais relevante contribuição foi na “construção de outra entidade cuja relevância para as lutas sociais do Maranhão”. Na sua “luta contra o racismo e o colonialismo presentes no pensamento acadêmico de seu tempo [...] foi um contribuinte fundamental para a criação do Centro de Cultura Negra do Maranhão, CCN, também nos anos 1970”. O site da Apruma faz uma síntese da sua militância e profissionalismo:

Mesmo com suas críticas ao que considerava colonialismo no pensamento hegemônico da Academia, Luizão, ao exemplo de suas relações com o movimento negro e com o movimento docente, nunca deixou de militar nesta seara, tendo sido secretário regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) no Maranhão por suas vezes, além de membro do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia e também membro fundador da Academia Maranhense de Ciência, além de atuante em diversos outros fóruns e conselhos, com destaque para os voltados à saúde da população negra, tanto no Maranhão quando nacionalmente. Na UFMA, foi Chefe do Departamento de Patologia, do qual era professor aposentado, e Chefe do Serviço de Patologia do Hospital Universitário Presidente Dutra. (site da apruma, 2020).

Já vimos, anteriormente, que o professor Luizão afirmou com todas as letras o seu contato literário com Kwame Nkrumah, Amílcar Cabral e Abdias Nascimento; mas, isso é só uma informação modesta do alcance intelectual. Temos informações – que serão aprofundadas para fins futuros das escritas dissertativas – de que o mesmo é dono de uma imensa biblioteca com exemplares sobre a luta do povo negro. A sua escolha como primeiro Presidente do CCN-MA talvez seja resultado deste acúmulo de lutas e conhecimento intelectual.

Já vimos um pouco da história de dois expoentes (Mundinha e professor Luizão) destacados na fundação do CCN-MA e vimos que os dois são maranhenses, mas agora faremos uma breve apresentação de outro militante que também tem sua importância neste processo fundacional do CCN e oriundo do estado de São Paulo, o professor (aposentado) de Educação Física da UFMA, o Sr. Isidoro Cruz Neto.



Fig. 5 - Professor Isidoro Cruz Neto

Uma das características dos primeiros fundadores (na linha de frente) do CCN- MA era de serem escolarizados. No caso do Sr. Isidoro, ele possui graduação em Educação Física pela Faculdade de Educação Física de Santos, Especialização na Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e, hoje, é professor aposentado do

ensino superior da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase em estudos sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: atividade física e o processo do envelhecimento, desportos, cultura e lazer em comunidades afrodescendentes e crianças e adolescentes em risco de exclusão social. Na tese de doutorado de Amílcar Pereira, ele destaca um depoimento de Mundinha Araújo que evidencia a importância deste professor Paulista para a fundação da organização:

Aí chegou 1979, e já tinha o MNU. Eu fiquei sabendo de tudo, quando começou o MNU em São Paulo, lendo nos jornais. Lá onde eu trabalhava, no Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Estado do Maranhão, recebíamos os jornais de São Paulo e do Rio. A essas alturas eu também já tinha uma bibliografia, eu viajava muito, trazia livros sobre negros, comprei o do Florestan Fernandes, A integração do negro na sociedade de classes e outros títulos. E já tinha uma leitura também, não era só coisa da minha cabeça. Aí tinha um professor de educação física negro que ainda mora aqui, o Isidoro Cruz Neto, que é de São Paulo e estava sempre em contato com o povo de lá. Embora ele nunca tenha militado como os demais que depois chegaram, a contribuição dele nessa nossa história do movimento é importantíssima, porque ele foi no meu trabalho um dia e disse: “Mundinha, por que nós não fazemos aqui um movimento, uma passeata no 20 de Novembro?” Tinha havido um manifesto em São Paulo e eles iam fazer uma passeata lá no 20 de Novembro. O MNU já estava forte em 1979. Eu estou dizendo que falava sozinha, não é? Ainda não tinha conseguido ninguém que desse ouvido a esse negócio. Eu disse: “Isidoro, como é que a gente vai fazer isso aqui se não tem nem consciência negra? Todo mundo se diz moreno.” Aqui todo mundo se chamava de moreno. Chamar de preto aqui, só quando queria ofender. “Nós vamos, você chama umas pessoas, eu chamo outras. Vamos ver, nos reuniremos e lá se decide” – ele disse. Tinham criado também a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos nesse mesmo ano, em fevereiro de 1979, e estavam com uma casa alugada na rua da Saavedra. Como o pessoal da Sociedade era todo do mesmo comitê de que eu tinha feito parte em 1978, conversei com eles e eles disseram: “Mundinha, a gente pode ceder uma sala para vocês.” Era uma casa grande. Aí nós marcamos a primeira reunião em 19 de setembro de 1979. (PEREIRA, 2010, p. 201).

Em todas as fontes pesquisadas, até agora, sobre os elementos que rodeiam a formação inicial do CCN-MA o Sr. Isidoro aparece como um militante importante que instigou Mundinha Araújo para o pontapé inicial na criação do centro de cultura. Ele foi uma espécie de ignição histórica, pois como destaca Mundinha, “embora ele nunca tenha militado como os demais que depois chegaram, a contribuição dele nessa nossa história do movimento é importantíssima”. (PEREIRA, 2010, p. 201).

O destaque dado por Mundinha chama atenção pelo fato de que ela, mesmo já tendo contato com o MNU, não se sentia segura para a criação da organização e o Sr. Isidoro a convenceu a chamar a reunião que demarcou a primeira reunião fundamental para a criação do CCN-MA quando se reuniram na Rua da Saavedra, na sala dos Direitos Humanos, no dia 19 de setembro de 1979.

Agora trataremos de outra militante que muito contribuiu e, ainda contribui, para o fortalecimento desta entidade, ela é Silvia Cristina Leite, mais conhecida como Silvia Black. Eu tive a oportunidade de entrevistá-la ainda no mês de novembro de 2023. Ela é Assistente Social de profissão e servidora pública do Município de São Luís, Maranhão.



Fig 6 – Silvia Black

Uma primeira informação relevante que ela me forneceu é que os primeiros fundadores do CCN-MA eram servidores públicos e estudantes. E outra que serve como pista para a caracterização da ideologia do CCN- MA, é sua ligação com setores da Classe Trabalhadora. Afirma que depois de problemas ocorridos na quinta reunião realizada na SDH, tiveram que mudar de local. Então, foi escolhido o Sindicato dos Carroceiros, localizado na Rua São Pantaleão. Ela disse que foi uma ótima escolha, pois “era uma profissão que tinha muitos negros, 90% de negros, eram carroceiros e estivadores”. E foi neste sindicato que receberam Estêvão Maya Maya, um maranhense que nasceu em Pano Grosso, Viana - MA, em 1943, mas que morava em São Paulo. Ele veio para as palestras na Primeira Semana do Negro, promovida pelo CCN-Ma. Silvia Black diz que a fala dele foi muito importante para consolidar sua consciência do que era ser negro.

Ele trouxe um debate muito interessante a partir dos autores negros, né? Então, foi um debate muito rico, não só para quem estava lá, mas tudo que se fala também serve para a gente. E ele fez uma fala muito boa, acho que tem até um trecho aqui, acho que citaram aqui um trecho da fala dele, o negro aqui e agora, o tema principal das discussões que serviram no plenário. Então, isso aqui, o negro aqui e agora, era despertar essa consciência, nós estamos aqui enquanto sujeitos. Mas a nossa história, a nossa essência, o nosso reconhecimento está aqui também. Então, o aqui e agora tinha que ser total. Não só os seres, mas seres com toda uma história de luta, de cultura, de história. Então, foi muito bom porque trouxe esse despertar da consciência nessa primeira semana do negro. (Entrevista Silvia Black, 2024)

Reforçar a consciência negra nos fundadores do CCN-MA era de suma importância; pois, para solucionar um dos problemas encontrados por Isidoro e Mundinha em seus primeiros encontros – o baixo nível de consciência negra reinante na ilha de São Luís do Maranhão – seria necessário que eles tivessem firmeza e conhecimento do tema. Silvia Black disse ficar assustada com o baixo nível de consciência quando ia até aos bairros falar da história do povo negro nas periferias da grande Ilha. Ela relata que quando chegavam levando filmes cedidos pela UFMA, “o pessoal falava, olha aí, macaco, macaco. Os próprios pretos chamando os atores de macaco. Falei, cara, que loucura. Então, para nós era um choque de ver como faltava esse entendimento de quem você era enquanto negro”. (entrevista Silvia Black, 2024.).

Na mesma entrevista ela destaca que já tinham informação sobre Angela Davis antes mesmo dela visitar a sede do CCN-MA. Considerando o que ela estava passando nos EUA ao se assumir como negra, era preciso fazer algo aqui na Ilha. Então nós usávamos - Eu, Mundinha e a sua irmã Paula - o “cabelo Black Power” e quando a gente descia na Rua

Grande, nos chamavam de “cabeça de microfone”. Foi então que percebemos que o nosso corpo também é político.

Silvia nos disse que mesmo antes da fundação do CCN-MA ela já usava seu corpo como instrumento político, mesmo sem ter clareza do que era aquilo. Ela era goleira do time de handebol na Escola Zoé Cerveira, em São Luís do Maranhão, e fazia parte da seleção do Estado, de 1975. Nesta seleção existiam três jovens negras até então sem consciência racial, além dela tinha Rosa Reis, que ainda alisava o cabelo. Na citada entrevista, ela narra que um dia foi jogar no Paraná e estava “toda de preto, cabelo black, negona. E eu protegia o peitoral, botava assim duas ataduras, o sutiã, a roupa de goleira e outra blusa”. Por isso, os torcedores adversários começaram a chamá-la de “King Kong, porque nessa época que estava passando o filme King Kong. King Kong, King Kong, cara, eu fiquei puta”. Para reverter ou se assumir como negra, ela diz:

No dia da nossa folga (do campeonato), a gente passeando lá pelo centro de... Curitiba, eu encontrei um macaquinho, a posição dele era assim, ele disse que isso aqui vai ser o King Júnior, o JK, aí comprei, aí eu entrava, eu era goleiro, não? eu entrava com o King Júnior na mão, cara, a galera pirou, aí eu fiquei sendo a Silvia Black, foi do esporte, aí eu falei, cara, isso é um ato político, eu estou revertendo uma situação. Isso quando eu voltei para o Maranhão, vim com o Black, o codinome de Black, que perdurou muitos anos, mas isso começou a me despertar. Isso foi em 78 e a coisa começou em 79. Então, o que me motivou...já tinha elementos, já. Não foi tão novidade assim. (Entrevista oral Silvia Black, 2024).

Logo após seu comentário sobre o uso do macaquinho, eu disse a ela que sua atitude poderia ser interpretada de outra forma, pois se para ela era um protesto, para outros poderia ser uma afirmação da condição do negro ser macaco. Lembrei a ela da atitude do jogador Daniel Alves, quando jogava pelo Barcelona, que comeu uma banana jogada pela torcida, enquanto outro brasileiro, Vinicius Junior, jogador do Real Madrid, teria agido de forma oposta e hoje já temos até torcedor condenado na Espanha por esta atitude racista.

Ela disse que naquele momento não poderia ter respondido de outra forma, pois tinha pouco conhecimento da luta geral do povo negro. No momento em que escrevo esse texto (07/12/2024) sobre Silvia Black sou informado de que ela acabara de participar como palestrante no Seminário da Rede Estadual de Enfretamento à Violência contra a Pessoa com Deficiência. Isso nos diz muito sobre a importância dessa militante para a construção do CCN-MA.

Agora trataremos de outro militante que também tem uma importância gigantesca no processo de consolidação do CCN-MA, pois muito embora não tenha participado dos momentos iniciais da organização, foi uma liderança forte e atuante, o Engenheiro Civil Magno Cruz.

Magno Cruz, nasceu em São Luís em 25 de maio de 1951 e faleceu em 2010. Engenheiro Civil formado pela Universidade Estadual do Maranhão/UEMA, em 1976, era funcionário da Companhia de Água e Esgotos do Maranhão (CAEMA) desde 1980. Foi presidente do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) por dois mandatos consecutivos,

de 1984 a 1988, presidente do Conselho Diretor da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e diretor de formação do Sindicato dos Urbanitários do Maranhão.

O relato de Magno Cruz, foi colhido da Tese de Doutorado de Amilcar Pereira (2010), uma vez que ele, no tempo desta pesquisa, não se encontra mais entre nós. Em seus argumentos, ele demonstra como se deu a sua entrada, em 1983, no CCN-MA. Ele narra que “já conhecia Mundinha Araújo porque um amigo lá do bairro da Madre Deus era primo dela”. E que recebia inúmeros convites de Mundinha Araújo para se filiar ao CCN. Ao destacar que nem estava presente na reunião de fundação do CCN, que ocorreu no Laborarte, ele se considerava um “fundador fictício, porque não fui fundador orgânico que estava lá no início, nas primeiras reuniões”, em que esteve presente “Gilberto Gil e outras figuras de nível nacional”. (PEREIRA, 2010, p. 77)

Magno Cruz, salienta que apesar de ter participado de alguns seminários organizados pelo CCN, ele tinha muita resistência ao engajamento militante do CCN porque não se “considerava negro” e era conhecido na faculdade como “moreno” e, inclusive, acreditava mesmo que era moreno. Para ele, a “questão da identidade é muito complicada”, pois ele refletia: “como ia participar de uma entidade do movimento negro se eu não me considerava negro?”. Ele explica que essa mudança ocorreu “com os seminários e com as palestras [...] e quando “Vieram vários historiadores, o Joel Rufino veio dar cursos etc. A Mundinha deu o encaminhamento que eu acho que foi o melhor possível, porque foi de formação”. (PEREIRA, 2010, p.77)

Aqui eu destaco, no depoimento de Magno Cruz, uma característica marcante deste centro que tem a ver com os objetivos do centro de cultura narrado no início do capítulo - o de ser um centro de estudos e de formação; pois, tal como sublinha Magno Cruz, que apesar de ter participado de alguns seminários organizados pelo CCN, tinha muita resistência ao engajamento militante do CCN, porque não se “considerava negro” e era conhecido na faculdade como “moreno” e, sobretudo, porque inclusive acreditava mesmo que era moreno. Segundo ele, “a questão da identidade é muito complicada”, pois ele refletia: “como ia participar de uma entidade do movimento negro se eu não me considerava negro? Assim nos diz Magno Cruz:

As primeiras reuniões que eu fui no CCN eram reuniões de estudo. Era uma sala, talvez um pouquinho maior do que essa aqui; quando iam mais de 30 pessoas, tinha que ficar gente do lado de fora. E era texto para a gente ler, jornal para a gente ler, para discutir, livros... Eu tinha que levar um livro para casa e, na outra semana, eu devolvia para alguém ler. Então foi formação mesmo, para a gente aprender. Ninguém sabia nada sobre a história do negro. E aí, com esses cursos, esses seminários de que eu fui participando, eu fui percebendo que era negro. (Apud. PEREIRA, 2010, p. 77).

Magno Cruz foi um dos iniciados nos Cursos de Formação do CCN-MA que compreendeu muito bem o seu papel na difusão da história não oficial do povo negro. Era, junto com Mundinha, um dos mais vigiados pelo Serviço Nacional de Informação. Encontrei um documento do SNI, do ano de 1988, que relata um discurso do Magno Cruz quando exercia a presidência do CCN-MA no ano já antes citado. No discurso de Magno Cruz, ele

diz:

O racismo historicamente nasce a partir do momento em que um segmento da sociedade na tentativa de obter ou manter-se no poder, procura dominar outro segmento, elaborando a ideologia para justificar os falsos conceitos de superioridade... o racismo é uma ideologia de dominação criada e mantida pelos que desejam eternizar-se no poder, na sobrevivência do sistema de classe: explorado e explorada... o negro e a mulher, ao ponto da história, são considerados seres inferiores. A classe dominante, tendo nas mãos o poder político e econômico, criou artifício de sutilezas para manutenção desse status quo, corrompeu a ciência que provava biologicamente a inferioridade do negro e estabelecia uma escala de Quociente de Inteligência (QI) entre as várias raças. (BRASIL, 1988. p. 2)

O relato do araponga do SNI, além de comprovar a vigilância constante dos militantes do CCN-MA, comprova como Magno Cruz deixou de ser moreno para se transformar em um dos grandes intelectuais do Movimento Negro Nacional. Ele encabeçava várias frentes de luta no Estado e em nível nacional. Eu participei de várias reuniões em que ele se fazia presente, seja como militante no Sindicato dos Urbanitários ou na Central Única dos Trabalhadores/CUT - seção Maranhão -, na organização do ato contra a comemoração dos quinhentos anos em Porto Seguro, no Sul do Estado da Bahia. Ele também atuava nas atividades culturais do CCN-MA, a exemplo do Bloco Akomabu.



Fig. 7 – Magno Cruz foi Presidente por dois mandatos e candidato a Vereador pelo PT.

Outro militante importante para a história do CCN-MA foi o Economista Antonio Vieira, que hoje mora na Espanha. Realizei uma entrevista oral à distância com ele no mês de janeiro de 2025. Ele nos deu muitas pistas importantes para responder sobre as questões ideológicas, o campo político que mais identifica a organização em destaque, o caráter formativo, os autores africanos e diáspóricos de que tomou conhecimento quando da sua entrada na entidade e, também, a sua impressão sobre o Pan-africanismo, o Movimento Negritude e o Socialismo.



Fig. 8 - Antonio Vieira (de chapéu).

Ele foi o último presidente da entidade, que se organizava na estrutura verticalizada advinda da Lei de Sindicalização de 1931, no século XX, decretada por Getúlio Vargas. Era uma estrutura burocrática, vertical e subordinada ao Estado. A estruturação do CCN-MA não foi diferente, e o seu Estatuto, durante muito tempo, seguiu a orientação verticalizada direcionada pelo Ministério do Trabalho para os sindicatos e associações. A estrutura só passará a ser horizontal a partir de 1995, com a criação de uma direção colegiada com coordenadores, abandonando o presidencialismo.

Na entrevista, ele narra que seu primeiro contato com o CCN-MA ocorreu no ano de 1984, por influência de Mundinha Araújo. Ele participou das primeiras reuniões no final de 1983 e foi efetivado em 1984, sendo tornado vice-presidente na gestão do presidente Magno Cruz. A sua entrada coincidiu com o ano de criação do Bloco Afro Akomabu, o qual foi um importante instrumento de mobilização e captação de novos militantes para o Centro de Cultura Negra do Maranhão. Ele exerceu a Vice- presidência por quatro anos. Dois anos na gestão de Magno Cruz e mais dois na gestão de Lúcia Dutra. No período em que exercia a vice-presidência foi o coordenador do Departamento de Estudos e Pesquisas até ser eleito em 1992 como presidente do CCN da última gestão com característica verticalizada.

Uma das respostas que buscamos no trabalho dissertativo é sobre que autores os fundadores e militantes posteriores tiveram em seus cursos de formação. Tanto Silva Black como Vieira não deixam dúvidas sobre o encontro com autores africanos e diaspóricos e quem era responsável pela indicação de tais autores. Ele diz que o CCN-MA era:

Era uma entidade que estava muito preocupada com a formação. E isto de mobilizar novas pessoas. Então o departamento principal nesta época era um departamento que Mundinha Araújo e levava a parte de outras atividades, mas ela estava muito implicada no departamento de informação e divulgação, né? Então, esse departamento de informação e divulgação, ele reunia material didático, livros, recortes de revistas, jornais, entrevistas. E era o grande departamento que estava construindo o acervo, né? Para que as pessoas tivessem acesso às informações a respeito do que nós chamávamos a história verdadeira do negro no Brasil. Então, tinha uma atividade grande no Centro de Cultura Negra, que era a Semana do Negro no Maranhão, que era organizado no período do mês de maio até o dia 13 de maio por aí, que consistia em fazer vários cursos de formações, muitos deles centrados no processo de desmitificação do que representaram as leis abolicionistas. Então nós analisávamos, desde o ponto de vista crítico, o que representou para a comunidade, para os negros da época, as leis abolicionistas que foram promulgadas, outorgadas durante a colonização. E esse debate ele era feito dentro, no interior da entidade, com os militantes presentes, para que tivessem acesso às novas informações nossas.[...] Era o que nós fazíamos basicamente a nível de formação. A partir disso, existiam outros cursos de formação específicos para questões mais específicas da questão da luta contra o racismo. Discutir o que era racismo, como se manifestava, as atividades feitas, as resistências organizadas. O que ocorreu na história do Brasil ao longo da história do Brasil contra a escravidão e contra o racismo? Então, nós fazíamos seminários sobre a existência dos quilombos, a existência de revoltas e insurreições como a insurreição da Revolta dos Malês ou a Organização da Frente Negra. E tudo isso tínhamos muito contato com as informações compiladas através do MNU/Movimento Negro Unificado, que é o primeiro movimento a surgir no Brasil, no que nós chamamos de novos movimentos sociais no período da abertura política e menor de 78. E o Centro de Cultura Negra e de 79. Quer dizer, tudo ali naquela época da abertura política no Brasil. (ENTREVISTA DE VIEIRA, 2025).

Da análise dos termos de sua memória, se verifica, primeiro o destaque de Mundinha

Araújo como formadora, e segundo que na formação dos militantes, os debates nacionais e internacionais estavam bastantes presentes, ou seja, existia uma conexão muito forte com os temas que eram discutidos no MNB. No entanto, tais debates também chegavam aos temas internacionais.

Quando questionei Vieira se na sua iniciação, no CCN-MA, ele teve contato com autores negros de origem africana ou só brasileiros, ele me afirmou que sem sombra de dúvidas tinha contatos e estudou livros de vários autores, como Amílcar Cabral, Leopoldo Senghor, Frantz Fanon e outros intelectuais do Caribe e África. Também tinham conhecimento de tudo que ocorria nos Estados Unidos da América e do que ocorreu no Haiti. Não eram alheios ao Movimento da Negritude, que ele considera um movimento importantíssimo e que marcou a história do movimento negro mundial e influenciou muito a constituição do CCN-MA. Quando o indaguei sobre qual a ideologia que prevalecia e como era o debate sobre o marxismo entre os militantes e dirigentes do CCN-MA, ele diz:

O movimento de independência na África estava marcado por ideias marxistas e é muito influenciado pelas ideologias marxistas da época, pelos intelectuais negros, marxistas, tanto do Caribe como da própria África. E nós tínhamos sim, a influência disto. Eu lembro que tinha um militante do Centro de Cultura Negra, o João Francisco, que era militante do PDT, e ele sempre, sempre, sempre que chegava nas reuniões, ele levava umas revistas que eram revistas, revista Terceiro Mundo, uma revista editada por Neiva Moreira, que. Que traziam informações sobre o movimento de liberdade, não somente na América como também na África. E essas ideias marxistas, ideias socialistas, elas estavam de alguma maneira ali presente. Portanto. [...] O Centro de Cultura Negra não se identificava como uma entidade de esquerda. De maneira aberta. Ainda que fosse. Entende? Quer dizer, esse discurso de que nós somos socialistas não aparecia de maneira objetiva. Ainda que estivesse, vamos dizer assim, implicitamente colocado dentro dos debates. E a questão, aquela. Lutar contra o racismo. Hoje eu vejo isso muito claro implica necessariamente em lutar contra o sistema de opressão sistema capitalista e isso é algo que nos faz, evidentemente e consequentemente de movimento de esquerda. (ENTREVISTA DE VIEIRA, 2025)

Apesar de deixar claro que o viés de esquerda estivesse presente dentro da entidade, eles entendiam que precisavam ocultar ou não revelar esse caráter esquerda, pois já sabiam da experiência da Frente Negra que foi proibida e reprimida na época de Getúlio Vargas. Porém esse ocultamento não durará por muito tempo, pois Vieira diz que foram se dando conta de que era impossível falar de luta contra o racismo sem falar de luta contra a sociedade capitalista. Deste modo, a entidade se aproximava cada vez mais dos movimentos de esquerda e isso trouxe ou causava muitos problemas internos, pois muitas pessoas afirmavam que defendiam que o movimento negro deveria ser apartidário. Para ele, esses militantes que assim se expressavam confundiam:

O discurso de esquerda com o discurso partidário. Como se discutir desde um ponto de vista de esquerda fosse algo de único e exclusivo privilégio ou da absoluta competência dos partidos de esquerda, coisa que não é assim, nós sabemos. Esse era um debate que até hoje eu penso que perdura no Centro de Cultura Negra. Eu, particularmente, sempre assumi um discurso de esquerda e sempre compreendi o racismo como um movimento que está para garantir um status quo que corresponde a uma sociedade hierárquica. Aqui, valendo se da questão racial, é que constitui se também um pilar da sociedade de classe da sociedade capitalista,

que é a sociedade contra a qual eu politicamente me debato. Então, eu sempre me esforcei dentro do Centro de Cultura Negra, no sentido de trazer o movimento para o campo da esquerda. Quer dizer, a ideologia do movimento negro era meio oculta, meio ofusca. Não estava tão declarada pelos seus dirigentes no início e também no decorrer da sua história. (ENTREVISTA DE VIEIRA, 2025)

Das três entrevistas que realizei (Isidoro, Silvia Black e Vieira), uma pergunta foi comum: na sua percepção, o CCN-MA de hoje está muito distante do inicial? Em todos houve uma resposta comum: com certeza não pode e nem deveria ser a mesma dos cinco primeiros anos, pois a conjuntura muda e as dificuldades que se apresentaram para a entidade no processo de afirmação a levaram a optar por outros caminhos, mesmo sem perder o foco racial. No entanto, Vieira vai além e acrescenta críticas de fundo que fazem parte dos debates nacionais e internacionais do Movimento Negro mundial e nacional e que, segundo ele, também afetaram o CCN-MA. Ele destaca que a primeira fase do CCN-MA era muito formativa e era o carro-chefe da direção naquele momento. No entanto, com o advento do Akomabu, o movimento ganha um protagonismo cultural que o leva a cair num culturalismo.

Ele reconhece que essa guinada vai desembocar num período que ele chamou negritudizado, que significa levar a negritude a um valor individual da identidade negra que, no primeiro momento, é importante para o processo de afirmação do antirracista, mas que, levado ao extremo, transforma o movimento coletivo em um individualismo, mesmo com a cara aparente de coletivo. Para ele, não se deve perder a perspectiva mais ampla e mais universal da luta de classes. Esse debate que ele reproduz era e ainda é muito intenso no mundo e no Brasil: é raça ou é classe. Vieira se expressa:

Eu acho que o movimento negritude, nesse caso, não nos favorece nesse sentido, porque ele leva o movimento, os militantes do movimento negro a um deslumbramento racial, a uma valorização da identidade racial, e isso, considerando que a própria raça, como conceito, como ideia, não existe, é uma ideia, uma invenção, nos faz cair na superficialidade, desde o meu ponto de vista, é o meu ponto de vista sobre isso. Então, hoje, eu penso que o grande desafio do movimento negro, até para definir a sua oposição ideológica, seria romper com o ideal racial, romper, portanto, com o sentimento de negritude, que ainda está muito presente, o negro ver-se negro antes de ver-se cidadão, e reivindicar a cidadania pela cor da sua pele. É como se, para ser cidadão, precisar do reconhecimento de ser negro. Então, ser negro é que diz mais sobre a nossa existência. Eu sou da opinião de que ser negro não deveria, ou não deve dizer nada sobre aquilo que eu sou, porque, de fato, o que eu sou não está definido pela cor da minha pele, se não, dentro de um contexto, de uma sociedade que deseja de que a cor da minha pele, ou a cor negra, seja o fator definidor da existência social, da pessoa que tem o fenótipo negro. Então, seria o racismo, o que determinaria a nossa cidadania, a nossa existência social. E eu critico hoje bastante esse tipo de relação que estabelecemos entre nós, na sociedade, e também do movimento com o Estado, porque tu acaba se reivindicando direitos a parti da cor e não a partir da tua cidadania. Essa cidadania condicionada e vinculada e submetida a um fenótipo, é uma cidadania em que, afinal de contas, no frígir dos ovos, é a própria ideologia racista, como dominante, que vai definir como e quando e onde tu deve estar dentro do jogo de relações sociais da sociedade racializada em que vivemos. (ENTREVISTA DE VIEIRA, 2025)

Outra crítica que ela aponta sobre o CCN-MA está na sua escalada de ongenização. Diz que, ao assumir muitos projetos, o Centro Cultural fica reconhecido como ONG e isto

modifica o *modus operandi*, vamos dizer assim, do Centro de Cultura Negra. Agora seus militantes começam a ter uma outra relação, pois passam a trabalhar na condução de projetos que são estabelecidos por financiadores exteriores ao movimento. E, para Vieira, isso é uma forma de limitar a ação do movimento e contribui negativamente para a formação ou a constituição de uma entidade mais ideologicamente afirmada e definida.

Porém, quando perguntei a respeito da importância do CCN-MA para sua vida individual e profissional, ele não deixa dúvidas:

eu sempre digo que o Centro de Cultura Negra foi para mim uma escola, uma verdadeira universidade, eu tudo que sei continuo aprendendo sobre a questão do racismo, não somente do Brasil, mas no mundo, e agora mesmo aqui na Espanha, tudo isso, a raiz do aprendizado de tudo isso, está no Centro de Cultura Negra, do Maranhão, eu tenho que render graças a iniciativa de criar esse movimento, agradecer aos militantes daquela época e os militantes que ainda estão ali enfrentando as contradições que são inerentes ao processo de construção de um movimento controverso e difícil como este, então eu tenho muito respeito por essa entidade e por tudo que está fazendo, é verdade que eu tenho algumas coisas que não concordo com o movimento, hoje sou um grande crítico aos defensores da ideia de raça, entende? Eu acho que tudo que fazemos condicionado ou levado por esta ideia nos trai, trai de traição mesmo, sabe? Nos inibia a ação militante, nos impede de dar o salto mais consequente para a organização das pessoas de Cor negra no Brasil, cria um movimento marcado pelo mundo, por uma identidade que é inventada e reinventada cotidianamente e que só colabora para nos guetizar ou nos fazer aparecer como movimento específico dentro de uma questão mais ampla. Então, falamos de políticas raciais, falamos de política de igualdade raciais, de igualdade racial. Ora, de que igualdade racial nós estamos falando? Se estamos falando de igualdade racial e ao mesmo tempo reconhecendo que não existe raça, por que reivindicar a igualdade racial? Por que nós reivindicamos a igualdade social? Então, aquilo que eu dizia antes, não podemos condicionar o nosso ser humano, a nossa humanidade, a uma parte constitutiva do nosso corpo, quer dizer, não é a cor da pele que diz quem eu sou, como pessoa, e isso nós temos que lutar para reivindicar o verdadeiro direito de ser reconhecido como cidadão, se independentemente da cor da pele que tu tens, não posso ser reconhecido cidadão de uma maneira diferenciada, porque sou negro, porque sou mulher, porque sou gay, porque sou isto ou aquilo outro, quer dizer assim? Esse protagonismo identitário, ele tem uma função hierarquizante dentro das sociedades de classe e que continua cumprindo, inclusive, agora, com a convivência dos próprios movimentos identitários, porque se vem forçados ou não, conscientes ou inconscientemente, levados a reivindicar aquilo que ele é imposto pela questão da desigualdade, no nosso caso, a desigualdade entre negros e brancos. Então, o tema que exige reflexão, exige debate, existe confrontação, e parece que o movimento negro atual é muito reticente a esta autocrítica, que é necessária a autocrítica e autocrítica da sua prática. Então prefere ir trabalhando com a ideia de raça, reivindicando direitos a partir do seu pertencimento racial, e com isso, perdura-se no tempo, perpetua-se no tempo, a marca a etiqueta de que quem tem a pele negra é negro, e isto diz tudo sobre o ser que tu és. Tu não és mais nada além disso, tu és negro, e a sociedade tem que saber contratar esses seres diferentes, que são diferentes, porque são negros. Eu não concordo com esta tática, e a critico, e eu sei que muitos militantes do movimento negro atual não gostam de que eu critique, ou às vezes calo, porque também se tu crie, se confronta, pode gerar em comodidades, e eu estou distante. Então eu não posso dizer, não posso avaliar sobre o Centro Cultural Negra atual, porque estou afastado, não tenho contatos com os militantes do movimento negro do Centro Cultural, não tenho diálogo com os atuais militando do Centro Cultural Negra. Um pouco que eu sei é que o Centro Cultural continua aí, e a isto eu tenho que render minhas homenagens, porque concordando ou não concordando com o que o Centro Cultural Negra pratica e executa e faz na atualidade, eu tenho que aceitar, e com aceito com muita alegria, de que militantes, homens e mulheres, jovens e pessoas mais adultas estão ali, e a entidade continua. E isto é um grande valor. As contradições nós vamos vencendo com o tempo, e é o que tem. É a história, a história do Centro Cultural Negra da meu ponto de Vista é essa, é importante que a entidade continue, exista, e que vamos atuando e contribuindo

Com o debate e esclarecimentos do último presidente da fase da estrutura verticalizada do CCN-MA, encerro o capítulo sobre alguns nomes que contribuíram para o fortalecimento e engrandecimento desta valorosa organização do movimento negro brasileiro.

4.2 CCN: base política e ideológica

No Brasil, como já apontado anteriormente, a ditadura civil-militar impôs uma atmosfera hostil às liberdades de expressão e a qualquer forma de organização fora do que foi instituído pelo golpe. Este alinhou, por sua vez, em termos econômicos, o país à órbita do capitalismo capitaneado pelos EUA, como um dos resultados do pós-guerra, pois as economias centrais da Europa Ocidental saíram muito precarizadas, perdendo força na sua ação neocolonialista sobre os continentes africano e asiático; fato que abriu caminho para as diversas e diferentes lutas de libertação do jugo colonial europeu.

Assim sendo, o desejo por liberdades era latente na África, nas Américas e na Ásia. Portanto, vale salientar que, naquela conjuntura, essas ideias circulavam por todo os territórios banhados pelas margens dos Oceanos Atlântico, Índico e Pacífico. Então, da análise documental chega-se a conclusão que a base ideológica dos fundadores do Centro de Cultura Negra do Maranhão foram as proposições dos movimentos Negritude e o Pan-Africanismo, ainda que os fundadores do CCN-MA não tenham tido uma fundamentação formal com base nas teses de intelectuais articuladores desses movimentos.

Entre os africanos de raiz, considero o mais destacado o ganês Kwame Nkrumah. Ele foi um dos principais líderes do pan- africanismo, cujas palavras centrais eram “liberdade e integração”. A primeira ação prática de libertação foi aplicada e dirigida por Kwame Nkrumah quando da Libertação da Costa do Ouro, antiga colônia britânica situada no Golfo da Guiné, na África ocidental. Ela tornou-se independente em 1957, e hoje é conhecida como Gana.

O Pan-Africanismo, considerado por muitos como o “pai” da Negritude, foi um movimento articulado como posicionamento político e intelectual do fim do século XIX, que teve como precursores Edward W. Blyden; Booker T. Washington e W.E.B. Du Bois (LOPES, 2004; MUNANGA, 1988; CONSOLAÇÃO, 2007).

Ainda em 1900, entrou em cena Sylvester Williams. Numa conferência, em Londres, ele celebrou os progressos que o movimento havia alcançado, uma vez que trazia em seu conteúdo “ideias que valorizavam a história do negro e sua cultura. Tais ideias foram a fonte que induziu o aparecimento de outras iniciativas como o Harlem Renaissance e a Negritude” (LOPES, 2004; MUNANGA, 1988; CONSOLAÇÃO, 2007).

Não é demais destacar que o Pan-Africanismo tem origem nas línguas anglófonas e o movimento da Negritude, nas do mundo francófono. Este surgiu entre as décadas de

1920/1930, com o objetivo de mobilizar o povo negro contra o racismo. Tem como expoentes daquela época Aimé Césaire (Antilhas), Léopold Sédar Senghor (África), Leon Gontran Damas (Antilhas), estudantes de origem africana. Eles fundaram o jornal *L'Étudiant Noir*. Sua primeira edição ocorre em 1935 e o termo Negritude apareceu, pela primeira vez, num artigo de Césaire. (MUNANGA, 1988, 1996, 1999 e 2004) (SANTOS DA COSTA, 2007, p. 94).

O movimento da Negritude, mesmo tendo sido posterior ao Pan-Africanismo, não foi menos importante quanto a perspectiva e estímulo para a formação da consciência negra. As contribuições dos estudantes foram importantes, pois ao criarem o termo “negritude”, que para eles significava, segundo Munanga, ter a “consciência de ser negro, simples reconhecimento de um fato que implica aceitação – assumir sua negritude, sua história e sua cultura” e vai mais além, é “antes de mais nada uma negação, mais precisamente a afirmação de uma negação”, “é o momento necessário de um movimento histórico: o recurso de assimilar-se, de se perder no outro”. Tal movimento “é histórico, ele é ao mesmo tempo dialético, pois a recusa do outro é a afirmação de si. (MUNANGA, 2016, p. 115).

A dinâmica das ações de protagonistas destes dois movimentos – um de aspecto cultural (Negritude) e outro mais político/libertador (Pan-africanismo) – promoveu o encontro com o marxismo e, por conseguinte, com o socialismo. O professor Márcio Paim (2014, p. 102) nos diz que “um dos primeiros influenciadores das ideias socialistas, antes do contato com as obras de Marx, em geral, e de Lênin, em particular”, foi “Malcolm Ivan Meredith Nurse (1902-1959), que usava o pseudônimo de George Padmore”. No entanto, antes de George Padmore, quem primeiro teve contato institucional com o Partido Bolchevique foi Claude McKay. Ele pode ser considerado o precursor das discussões do movimento negro com as ideias do socialismo científico e as causas raciais debatidas nas américas e no pan-africanismo.

O responsável por essa conexão foi o jornalista estadunidense John Reed, autor do livro “Os Dez Dias de que Abalaram o Mundo”. Ele tornou-se amigo de Lênin e fez a interlocução do jamaicano Claude McKay com o partido bolchevique ainda em 1920. McKay recusou o convite por não sentir-se capaz de representar os negros da América naquele momento. Mas, posteriormente, ele aceitou o convite e viajou até Moscou para apresentar seus argumentos acerca da questão racial nos Estados Unidos (EUA), no IV Congresso do Comintern”. McKay “foi um dos intelectuais negros profundamente tocados pela Revolução de 1917 ocorrida na Rússia. Referia-se à Revolução como o “maior experimento social da história da civilização” (MCKAY, 2007, p. 165) (MATOS, 2018, p.119).

Claude McKay fez a defesa do classismo na luta contra o imperialismo, apesar de reconhecer o papel da raça. No fundo, ele era defensor da “emancipação de todos os trabalhadores do mundo independentemente de raça ou cor, pela Terceira Internacional

Comunista”. Ele “reconheceu, também, a preocupação dos comunistas da Terceira Internacional em relação à emancipação dos trabalhadores enquanto algo real e, com base nessa retórica, realizou a crítica ao racismo nos Estados Unidos”. (MATOS, 2018, p.459)

McKay destacou que o Manifesto da Terceira Internacional Comunista, de 1918, foi conhecida pelos grupos de negros radicais nos EUA e de um escrito de Marx sobre a questão racial ressaltando “que o Manifesto de 1918 da Terceira Internacional chegou aos negros norte-americanos por meio da propaganda de grupos de negros radicais. Ele almejava que “os negros descobrissem que Karl Marx estivera interessado na emancipação dos negros e lutou por isso. Chegou a citar um trecho de um artigo de Marx, escrito à época da Guerra Civil norte-americana”. (MATOS, 2018, p. 462)

Matos salienta que o Partido Bolchevique tinha preocupação com o debate racial e ressalta a importância da adesão desses intelectuais para a Luta Internacional da Classe Trabalhadora Mundial e destaca, ainda, como o tema do debate entre marxismo e a questão racial já era de conhecimento de vários intelectuais da diáspora negra:

O convite feito pela União Soviética e a fala de McKay no IV Congresso do Comintern, em 1922, representa um evento chave para que se compreenda a relação entre os intelectuais radicais negros e o comunismo internacional no primeiro terço do século XX. De um lado, a busca, por parte da União Soviética, em abrigar a agenda da “questão do negro” e da “questão colonial” a partir da década de 1920; e, de outro, o acúmulo de críticas e experiências que negros da diáspora tinham com a exploração capitalista e colonial, com o pensamento marxista, com o racismo e com a luta por autodeterminação. Há que se observar o interesse dos revolucionários bolcheviques tanto em apoiar as causas coloniais e a pauta do internacionalismo negro quanto em receber o apoio destes indivíduos. É significativo observar nas críticas de McKay, que falava em nome da “raça negra” e vinha de uma intensa inserção no radicalismo negro internacionalista, as expectativas em relação aos benefícios que a Revolução Russa poderia trazer, não apenas aos negros da diáspora, mas a todo proletariado mundial. (MATOS, 2018, p. 120).

O debate sobre Raça e Classe vem de longe. Aqui, MATOS (2018, p. 127) apresenta uma disputa de ideais entre McKay e Du Bois sobre qual devia ser a primazia em relação à busca pela emancipação do negro: a classe ou a raça? “Para Claude McKay, Du Bois seria um traidor das classes trabalhadoras por ficar preso apenas ao caráter de raça. Em resposta intitulada *The Negro and Radical Thought*, Du Bois questiona McKay por assumir que as questões de classe tenham primazia sobre as questões raciais. Du Bois segue afirmando que:

Nós possuímos uma causa central – a emancipação do Negro, e a isto todo o resto deve estar subordinado – não porque outras questões não são importantes, mas porque, para nós, a questão social mais importante hoje é o reconhecimento das raças escuras. [...] Concentrando-se agora no maravilhoso conjunto de eventos conhecidos como a Revolução Russa, Mr. McKay está equivocado ao pensar que tenhamos intencionalmente zombado disso. Ao contrário, o tempo deverá provar, como ele acredita, que a Revolução Russa é o maior evento do século XIX e século XX, e seus líderes grandes profetas altruístas. Neste momento, *The Crisis* não reconhece isso como verdade. A Rússia é incrivelmente vasta, e os acontecimentos que lá tiveram lugar nos últimos cinco anos são tão complexos que devem fazer qualquer estudioso refletir. Aguardamos, portanto, com mãos e ouvidos atentos, assistindo alguns resultados esplêndidos da Rússia... e ouvindo outras coisas que nos amedrontam (apud LEWIS, 1995, p. 532). (apud MATOS, 2018, p. 127).

É possível captar com muita clareza, com base no debate entre McKay e Du Bois, que os dois intelectuais consideravam a questão racial como central no debate sobre os trabalhadores no sistema capitalista. No entanto, Claude McKay enfatizava mais os aspectos de classe e Du Bois, a questão racial. Para a nossa argumentação, o que interessa destacar é a existência de uma ligação do movimento negro com as ideias socialistas, mesmo que se constatem divergências no encaminhamento na luta.

No caso da influência do marxismo no movimento da negritude, ela virá por intermédio de Aimé Césaire que, nas palavras de Deivison Mendes Faustino (2020), foi o responsável por transmitir essa corrente de pensamento para outros expoentes deste movimento, tal como Frantz Fanon. Este último

participou da Résistance francesa, contra a ocupação nazista, ao lado de militantes republicanos e comunistas e voltou como veterano de guerra para a Martinica, sua terra natal, em 1945, para atuar como cabo eleitoral de Aimé Césaire, pelo Partido Comunista para o cargo de prefeito (FAUSTINO, 2018). Duas outras vias de contato de Fanon com o marxismo foram o escritor haitiano Jacques Roumain (1907-1944), que escreveu a poesia *Sales Nègres*, e inspirou Fanon a nomear o seu último livro *Les Damnés de la Terre* (1961); e as lideranças panafricanistas que Fanon conviveu e foi fortemente influenciado, como Patrice Lumumba (1925-1961), Kwame Nkrumah (1909- 1972), Abbane Ramdane (1920-1957), Ahmed Ben Bella (1916-2012), entre outros. (MENDES, 2020, p.82)

Como se verificou, o encontro das duas correntes do pensamento negro aqui citadas conviveu como muita propriedade com o marxismo. No entanto, essa convivência não foi pacífica. Durante muito tempo e até hoje existe muita crítica sobre o papel desempenhado por Marx e Engels referente a sua contribuição ao movimento negro no mundo. Algumas críticas e resistências são feitas de maneira genérica apenas pelo fato de os autores serem europeus e, nesse aspecto, para os seus críticos, eles reproduziram o mesmo eurocentrismo de muitos intelectuais daquele continente. McKay e George Padmore romperam com o bolchevismo tempos depois. Os dois discordaram do tratamento dado pela Rússia aos países colonizadores europeus em relação às colônias africanas.

Outros estudiosos fazem críticas mais profundas e ofensivas aos marxistas e a Marx, em particular, por vezes qualificando Marx como racista. O professor Jones Manoel (2020, p. 10) diz que um “exemplo perfeito dessa tendência é o pensador Carlos Moore: um “crítico” do racismo com fortes tendências essencialistas, naturalistas e identitárias, [...] que “odeia o marxismo e combate” Karl Marx com tanto vigor a ponto de qualificá-lo como “o maior racista de todos os tempos”. Na mesma linha de Jones Manoel vai o pesquisador e doutor Rosenverck Estrela, professor da Universidade Federal do Maranhão, quando traz em seus escritos a seguinte afirmação de Carlos Moore:

Marx e Engels eram racistas e suas teorias, pró-imperialistas e pró- colonialistas. Enquanto defensores da supremacia branca e pautados na defesa da raça ariana ou da classe proletARIANA, Marx e Engels não apenas foram condicionados pelo seu tempo histórico, mas conscientemente defendiam a supremacia racial, cultural, moral e intelectual do Ocidente europeu sobre o resto da humanidade. (CARLOS MOORE apud ESTRELA, 2015, p. 108).

Verifica-se, pela letra de Jones Manoel e Rosenverck Estrela, que o marxismo não tem aceitação natural dentro do Movimento Negro Internacional. Encontramos outro crítico de Karl Marx, mas sem as acusações de racismo deferidas por Carlos Moore. Trata-se de Ironides Rodrigues, um militante da negritude e do pan-africanismo e um dos fundadores do Teatro Experimental Negro (TEN). Na década de 1950, ele era crítico do universalismo marxista, segundo Santos da Costa:

Para aqueles comunistas que citam Marx, com a boca cheia, esquecidos que os marxistas não aceitam a luta de Abdias, porque sendo os negros partes imensas do proletariado, dividem, nesta questão, a massa, porque Abdias vê na luta econômica do operário branco, um problema diferente do pleiteado pelos negros, que veem, aí, uma questão de cor da pele também. Nesta divisão em dois grupos, negros e operários brancos, está toda a diferença de nossas lutas, além de outras sutilezas, que não vêm ao caso (RODRIGUES, 1983 apud SANTOS DA COSTA, 2019, p.12).

Verifica-se aqui que o debate de Raça e Classe, que ocorrera no Plano Internacional, reverberou no seio do Movimento Negro Brasileiro, e persiste até hoje. Em que pese à existência de contrários, em relação ao marxismo dentro do movimento negro, o que se encontra na literatura é uma enormidade de adeptos e defensores do marxismo como uma importante teoria no apoio à luta contra o colonialismo e o racismo.

Dito isso, ao longo da pesquisa, vamos nos valer da produção teórica de vários autores africanos, diaspóricos e europeus para nos ajudar na análise da relação entre o Pan-Africanismo, a Negritude e o socialismo científico na orientação política e ideológica dos fundadores do CCN-MA.

Todo esse esforço de investigação de obras e posição política dos diversos intelectuais africanos e diaspóricos é importante para compreender a relação entre o Pan-africanismo, o Marxismo e a Negritude, no contexto das lutas negras do século XX e, assim, por extensão, com o Movimento Negro Maranhense, no aspecto geral e, em particular, no que se refere à formação do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA).

4.3. CCN: Atuação política, pedagógica e cultural.

As atividades políticas, sociais e culturais do CCN-MA, a exemplo dos cursos de formação, a catalogação das comunidades negras no interior do Maranhão e muitos debates com a sociedade local e nacional, foram fundamentais para a consolidação da entidade.

Quando tomei contato com documentos e entrevistas com os fundadores do CCN-MA, fiquei surpreso por saber que até antes da sua fundação, em 1980, não existia nenhuma organização com as características e objetivos semelhantes, mesmo tendo-se constatado várias lutas anteriores dos povos escravizados e, também, nenhuma pesquisa de fôlego sobre a história do povo negro nas academias do Maranhão. No Relatório de Atividades publicado pela sua Direção, em 1984, eles afirmam “que sendo o Maranhão um Estado negro; negro aqui nunca havia sido objeto de estudo por parte dos historiadores ou mesmo cientistas sociais

[...] não havendo, portanto, trabalhos científicos publicados sobre o negro no Maranhão”.

(RELATÓRIO CCN-MA, 1984, p.5)

No referido relatório, a sua direção se propôs informar as suas ações práticas para os seus militantes, sócios contribuintes, simpatizantes e membros da comunidade em geral, pois, nele constam informes sobre suas reuniões iniciais; o que almejavam em perspectiva ampla; a forma como a entidade estava estruturada e funcionaria, bem como, quais as atividades foram desenvolvidas nos primeiros cinco anos de sua existência, entre 1979 e 1984.

A seguir, faremos uma explanação mais concisa das suas atividades política e práticas pedagógicas. Na introdução do relatório, a Direção do CCN-Ma não deixa dúvidas sobre o porquê da sua existência. A atividade política inicial e que permitiu o desenvolvimento de todas as outras, nos primeiros cinco anos até hoje é, notadamente, a criação da entidade a partir de 1979, culminado com sua formalização em março de 1980.

Depois de obter personalidade jurídica e eleger sua primeira diretoria provisória, presidida pelo Médico Luiz Alves Ferreira, foi realizada a Primeira Semana do Negro no Maranhão. E aí já encontramos uma grande pista sobre os rumos ideológicos da entidade. Diferente de entidades iniciais e devido à sua conexão com o MNU, os diretores decidiram pela “desmistificação de 13 de Maio” para “despertar na comunidade o interesse para a situação socioeconômica, política e cultural do negro na sociedade brasileira”. Isso aponta para uma posição ideológica bastante progressista no primeiro momento. Isso fica mais explícito quando nesse mesmo ano, 1980, promoveram a palestra com Estêvão Maya-Maya com o tema - “O Negro Aqui e Agora”, na perspectiva de criar as condições para romperem com o Mito da Democracia Racial.

O público eram os negros que até, então, não se consideravam negros. E a metodologia, para tal fim, foi a realização de cursos de formação, exibição de filmes, debates e atividades culturais oferecidas para as pessoas das comunidades nos diversos bairros de São Luís do Maranhão e, principalmente, em escolas do que hoje conhecemos com Ensino Fundamental. O relatório aponta que houve boa acolhida pelas comunidades, em geral, das atividades desenvolvidas e uma boa participação dos “órgãos oficiais, sindicatos, escolas, etc.”, além de um amplo “apoio da imprensa (rádio, Jornais, televisão) na divulgação de evento e na elaboração de programas e reportagens sobre o Movimento (CCN)” (RELATÓRIO CCN-Ma, 1984, p.11).

Uma ação importante que ocorreu em um ano (1980) de existência do CCN-MA, foi o seu contato com a população negra de fora da Ilha de São Luís, tais como as de comunidade negras de Alcântara, Lima Campos, Saco da Almas (Brejo) e Icatu. Com esta virada para o interior, a entidade participa dos primeiros enfrentamentos com forças reacionárias que permaneceram mesmo com o fim formal da escravidão. Isso ocorreu quando decidiram apoiar os “Lavradores negros da Comunidade Mandacaru dos Pretos (Caxias), que

enfrentavam problemas com grileiros vítimas de todo tipo de pressão para abandonarem as suas terras”. Na entrevista com Silvia Black, ela fez questão de narrar esta primeira ação, a qual, segundo ela, esclarece o equívoco já relatado de que a primeira ação do grupo foi em Frechal:

Então, as primeiras comunidades negras que a gente teve incidência foi em Caxias e Guimarães. E aí, o que nós conseguimos aqui? Nós fomos lá, fotografamos tudo, fizemos um grande relatório. Nessa época, boa parte das mulheres já estavam trabalhando na SEDEC, que era no governo cafeeira. E aí, apresentamos isso para a Márcia Boater, que era a secretária adjunta. E elas assim, olha, meu primo é presidente da SEMAR [...]. Leve isso aqui lá, eu vou ligar e vocês apresentam. Aí [...] mandou instalar a eletrificação lá em Damásio. O prefeito, no dia da inauguração, o prefeito foi lá e aí negada, não, isso aqui é coisa de luta do movimento. Então a luz elétrica de Damásio foi levada pelo Centro de Cultura Negra. Articulação do centro de cultura negra. Aí em 87 já veio a questão de Frechal, que eu estive lá com Cláudio Farias e a Ricarda Gregory, trouxemos toda a situação para o CCN e aí começou a discussão do projeto Vida de Negro a partir de Frechal. (Entrevista com Silva Black, 2024.)

Na fala de Silva Black, estão apontados elementos embrionários de um projeto muito importante do CCN-MA, o Projeto Vida de Negro, que permanece vivo até hoje. Em função desse projeto, a entidade terá uma participação fundamental na formulação de leis agrárias para a Constituição Brasileira de 1988.

Sabe-se que “a luta pela regularização das “terras de preto” “foi uma demanda social encampada pelo movimento negro em todo o país” e contribuiu enormemente para a criação do movimento quilombola no Brasil inteiro. Ele utiliza uma fala de Mundinha Araujo, extraída de uma entrevista, em que ela “que a questão [da regularização das terras de preto] foi uma das prioridades do CCN”. Tem início quando, “a partir de 1988, o CCN vai se voltar mais para a zona rural: em toda a década de 1990 até hoje”. (PEREIRA, 2010, p. 226).

Essa guinada para a zona rural, do interior do Maranhão, se deu por saberem que a maioria da população negra aquilombada deste estado estava concentrada no interior. Conhecer a realidade do povo negro do Maranhão era imperativo para esta nova organização. Por isso, eles realizaram vários seminários, curso de formação e pesquisas ao longo dos cinco primeiros anos de sua existência. Disso falaremos mais à frente, destacando alguns dos palestrantes. Foi na busca por este conhecimento da realidade do povo negro que eles escreveram no relatório citado:

Os negros que aqui chegaram de origens e culturas diversas, participaram ativamente, na sua condição de oprimidos do processo político-econômico e cultural do Maranhão. Difícil é precisar a porcentagem desse ou daquele grupo desembarcado em nossos portos, ou mesmo o total de ne pros introduzidos na região: sabe-se, porém que a população africana no Maranhão aumentou consideravelmente no séc. XVIII, e no início do séc. XIX, 66% da população era negra, sendo o índice registrado neste Estado um dos mais elevados do país. A quantidade de quilombos que aqui existiu, o movimento da Balaiada de caráter evidentemente político, que contou com a participação maciça do negro; a mão-de-obra, nas fazendas de açúcar, algodão e arroz ou nas construções dos sobrados; a peculiar cultura gêge daomeana que aqui se organizou em forma de culto como em nenhuma parte do Brasil, tudo revela a participação do trabalho escravo africano no processo histórico do Maranhão. (RELATÓRIO CCN-MA, 1984, p.12)

Um dos municípios maranhenses que fez um trabalho mais específico foi Alcântara. Em 1981, o CCN começou a denunciar através “da imprensa a implantação da Base Espacial no Município de Alcântara e questiona a situação das comunidades negras (10) ali existentes”. Para isso, realizou “levantamento das comunidades e entra em contato com os lavradores negros desses povoados”. (RELATÓRIO CCN-MA 1984, p. 29)

Para dar conta deste imenso trabalho era preciso formar muitos simpatizantes, pois apesar de em 1981 a entidade já ser reconhecida pela comunidade negra e os movimentos sociais diversos, principalmente, na capital do estado, sentiam a falta de quadros. Aí decidiram formar núcleos pelos bairros da periferia da cidade. A organização de núcleos já vem lá do Partido Russo, dos Bolcheviques, e será adotado pelo Partido dos Trabalhadores no Brasil no momento da sua fundação.

Da análise das atividades pragmáticas do CCN-MA, constatamos que ao longo dos cinco anos relatados a dinâmica segue sem grandes alterações: palestras, idas a escolas dos bairros da periferia, organizações de encontros estaduais e regionais e participação em atividades organizadas pelo MNU. O contato com esta importante organização nacional do movimento negro lhes permitiu trazer importantes intelectuais para suas palestras e cursos de formação. Na realização do seminário sobre "Desigualdades e Discriminações Raciais no Brasil", contaram com a participação de Lélia Gonzalez¹⁹ e Carlos Hasenbalg²⁰.

Na entrevista realizada com Isidoro, ele diz que o debate ocorreu no auditório da Biblioteca Benedito Leite, na Praça Deodoro. Outro intelectual citado várias vezes é Joel Rufino dos Santos²¹. Ele foi responsável pela maioria dos primeiros cursos de formação do CCN-MA. Isso diz muito sobre a ideologia da entidade, pois Joel Rufino foi um militante muito aguerrido e perseguido pela Ditadura Civil Militar brasileira e permaneceu prisioneiro em São Paulo por um bom período.

Outra militante importante que visitará a sede do CCN-MA e fez uma palestra é Angela Davis²², em 1995, ao participar de um encontro de mulheres negras no Maranhão. Isidoro,

¹⁹ Lélia Gonzalez (Belo Horizonte, 1 de fevereiro de 1935 — Rio de Janeiro, 10 de julho de 1994) foi uma intelectual, autora, ativista, professora, filósofa e antropóloga brasileira.[1] É uma referência nos estudos e debates de gênero, raça e classe no Brasil, América Latina e pelo mundo, sendo considerada uma das principais autoras do feminismo negro no país. Ademais, foi pioneira em pesquisas sobre Cultura Negra no Brasil e co-fundadora do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro (IPCN-RJ) e do Movimento Negro Unificado (MNU). (https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%A9lia_Gonzalez)

²⁰ Carlos Hasenbalg (Buenos Aires, 5 de setembro de 1942 — 5 de outubro de 2014) foi um sociólogo argentino. Grande oficial da Ordem Nacional do Mérito Científico, foi um dos grandes nomes das ciências sociais brasileiras contemporâneas, responsável pela consolidação dos estudos sociológicos sobre racismo, desigualdades raciais e política racial no Brasil moderno. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Hasenbalg)

²¹ Joel Rufino dos Santos (Rio de Janeiro, 19 de junho de 1941 – Rio de Janeiro, 4 de setembro de 2015) foi um historiador, professor e escritor brasileiro,[1] tendo sido um dos nomes de referência sobre o estudo da cultura africana no país. Sua família é de origem pernambucana. No futebol era torcedor do Botafogo e no samba da escola de samba Estação Primeira de Mangueira. https://pt.wikipedia.org/wiki/Joel_Rufino_dos_Santos)

²² Angela Yvonne Davis (Birmingham, 26 de janeiro de 1944) é uma professora e filósofa socialista estadunidense que alcançou notoriedade mundial na década de 1970 como integrante do Partido Comunista dos Estados Unidos, do grupo Panteras Negras, por sua militância pelos direitos das mulheres e contra a discriminação social e racial nos Estados Unidos, por ser uma referência entre os marxistas e ser personagem de um dos mais polêmicos e famosos julgamentos

na entrevista que fiz com ele, fala desse encontro aqui em São Luís e, também, na cidade de Alcântara. Angela foi militante de uma importante organização nos EUA, os Panteras Negras. Em conversas com várias pessoas que foram próximas do CCN-MA e presenciaram este encontro, elas me relatam como foi educativo, principalmente, para as mulheres naquele momento.

Para a pesquisa em tela, o importante é perceber que os palestrantes nacionais e internacionais que passaram pelo CCN-MA podem nos levar a pensar que esta organização estava orbitando no campo das ideologias da esquerda. Porém, é no relatório do seu segundo curso de formação é que teremos uma noção mais nítida de qual a ideologia de fato do CCN-MA. Isso será nosso próximo assunto.

4.3.1 Curso de Formação no CCN-MA

Vimos, anteriormente, que Isidoro e Mundinha estavam diante de um problema: queriam realizar o Dia da Consciência Negra, no dia 20 de novembro, mas descobriram que o público que poderia participar não tinha consciência disso. Quando decidiram fazer a primeira reunião, compreendem que entre os oito primeiros participante também não havia acúmulo de conhecimentos sobre o tema da negritude e a questão de fundo, ou seja, o racismo no Brasil. Nada mais acertado do que criar um grupo de estudos para se apropriarem do objeto do problema. No relatório dos primeiros cinco anos, conforme já comentado, encontramos nas falas de Mundinha uma certa angústia com o reduzido número de quadros da recente organização.

Para dar conta da construção de novos quadros, os grupos de estudos seriam insuficientes, então fizeram um programa de formação. Do Relatório da segunda etapa do primeiro Curso de Formação para Dirigentes do Movimento Negro do Maranhão, extraem-se elementos importantes para configurar a formação ideológica do CCN-MA. O curso contou com a participação de vários militantes da capital e do interior do Estado do Maranhão, além de duas palestras. A primeira foi de Dimas Salustiano²³, à época Assessor Jurídico do Projeto Vida de Negro e de Edson Cardoso²⁴, militante do Movimento Negro Unificado.

Chama-nos atenção o fato de que o CCN-MA já havia formado quadros jurídicos captados na UFMA e que já acumulavam conhecimentos sobre a realidade dos povos negros do Estado, a ponto de atuarem na elaboração e encaminhamentos do Projeto Vida de Negro, e, também a participação de militantes em nível nacional em parceria com o MNU. Os

criminais da recente história dos EUA (https://pt.wikipedia.org/wiki/Angela_Davis)

²³ Dimas Salustiano Da Silva é professor de Direito da UFMA. (SIGAA-UFMA)

²⁴ Edson Cardoso nasceu em Salvador, em 1949. Bacharel em Letras (UFBA), mestre em Comunicação (UnB) e doutor em Educação (USP), é coordenador do Irohin -- Centro de Documentação e Memória Afro-Brasileira. Foi editor dos jornais Raça & Classe e Jornal do MNU (Movimento Negro Unificado), e publicou Bruxas, espíritos e outros bichos (1992) e Negro, não (2015), entre outros livros. (<https://www.companhiadasletras.com.br/colaborador/114>)

elaboradores deste Relatório de Formação (RELATÓRIO FORMAÇÃO, 1991) iniciam fazendo uma retrospectiva do que foi a primeira etapa do curso:

Antes de iniciar-se a 2ª etapa, fizemos em plenária uma retrospectiva da 1ª etapa avaliando todo seu processo de desenvolvimento, eis a síntese: O Curso serviu como uma apresentação do movimento negro, integrando as entidades; Facilitar a organização do 11º Encontro Estadual de Entidades do Movimento Negro do Maranhão; Desinibiu os participantes que ainda eram acanhados, deu grande incentivos as entidades para que se reorganizassem; Preparou mais as pessoas, dando informações e conhecimentos sobre nossos objetivos e nossa realidade; Apresentou uma metodologia inovada; Fez com que os participantes saíssem cheios de energia positiva para repassar as outras pessoas; Mostrou-nos que movimento negro é dinâmico e que seu caminhar deve ser por nós conduzido; Apontou-nos que o movimento negro no Brasil tem uma luta mais geral, mais ampla, por isso deve-se incentivar os militantes a se inserir nos demais Movimentos Sociais. (RELATÓRIO FORMAÇÃO, 1991, p. 02)

Verifica-se, então, em primeiro lugar que os participantes (26) já faziam parte de outras organizações, que não eram necessariamente do movimento negro. A segunda observação importante é o que o método utilizado no curso (dinâmica de grupo, apresentação teatrais e grupos de discussão em situações simuladas) possibilitou aos militantes expressarem suas visões ideológicas e qual seria o lado que o Movimento Negro devia seguir: direita ou esquerda?

Duas dinâmicas adotadas no curso nos dizem que existia uma preocupação da direção do CCN-MA em demarcar esse debate. Os termos do relatório indicam que havia uma “dinâmica de tempestade cerebral”. Assim, “cada participante rapidamente tinha que dizer o nome de um político com qual se identificava”. O monitor então apresenta nomes de vários políticos nacionais e locais “de acordo com a postura de cada um dos políticos”. Como resultado, esses nomes foram agrupados em três blocos ideológicos (Reformista, Conservador e Revolucionário). Os participantes então, apresentaram comentários “sobre o papel que cada bloco ideológico exercia na nossa sociedade e suas consequências, abriu-se um debate a respeito do posicionamento do MN”. Os monitores do concurso explicam a conclusão que chegaram: “Ficou então evidenciado que as entidades têm pouca discussão acumulada neste campo” e que apesar de no discurso elas identificam “mais com o bloco revolucionário, embora, equivocadamente da prática, admita, alianças com o bloco conservador”. (RELATÓRIO FORMAÇÃO, 1991, p. 9).

Na segunda dinâmica, os monitores dividiram aleatoriamente os três grupos em dois subgrupos: (Direita e Esquerda Revolucionária), e apresentaram a letra e a música "Barracos", de Gilberto Gil, solicitando aos subgrupos que apresentassem “em plenária seus entendimentos da mensagem da mesma, considerando o posicionamento ideológico” de cada subgrupo.

O subgrupo de Direita fez conexão da letra com o discurso de Fernando Collor, em que ele “prometendo salvar da pátria” para “resolver os problemas dos descamisados”, mas depois, “por baixo dos panos”, fez conchavos e alianças com empresários e políticos”. O

mesmo subgrupo apresentou uma crítica à letra de Gil por afirmar que "nos barracos ninguém mais tem ilusão", mas a mesma letra vende duas ilusões: uma que coloca em oposição sistema e autoridade e outra que afirma "mesmo uma pequena parte já seria a solução". Entendem que a visão de Gil expressa “uma visão meramente reformista, propondo mudanças superficiais e não uma transformação profunda, radical”. Tal crítica será também colocada por Edson Carneiro em sua palestra no mesmo curso. (RELATÓRIO FORMAÇÃO, 1991, p. 9).

Ainda na mesma dinâmica, o bloco da Esquerda Revolucionária não só corrobora com a análise do grupo de Direita na crítica da letra, mas vão além e apresentam “uma outra versão da música Barracos, intitulada "CASAS":

“As casas desta cidade / Feitas com as nossas mãos / O poder da comunidade / De tomar a decisão/ Que todos tenham sua casa / Sua terra e seu pão/ Se formos organizados / Jantaremos o tubarão Ô ô ô povo desperta Ô ô ô / A hora é esta / A comunidade luta Contra toda exploração / Sem nenhuma encenação / Os lucros são repartidos Ô ô ô / sem nenhuma encenação Os negros estão se unindo / Pra ter o poder nas mãos / A mulher também protesta / Contra a discriminação / E aqui nesta cidade / Quem tem vez é o povão / Ô ô ô... Povo desperta Ô ô ô... a hora é esta”. (RELATÓRIO FORMAÇÃO, 1991, p.11).

Das duas dinâmicas apresentadas, é possível perceber que a direção, ao propô-las, já tinha um bom acúmulo sobre o debate ideológico de esquerda e direita e que os participantes tinham também um expressivo grau de conhecimento da realidade política brasileira. No mesmo curso, os dois palestrantes apresentam temas que contribuíram ainda mais para ampliar este conhecimento. Aqui serão apresentadas algumas falas importantes dos palestrantes citados.

O maranhense Dimas Salustiano debateu sobre o conceito dos quilombos e da necessidade de negação da história oficial sobre o povo negro, um diálogo que já era visto pela letra de Abdias Nascimento, mas que Dimas atualizou à luz do contato prático com as comunidades quilombolas do Estado do Maranhão nas atividades do Projeto Vida de Negro. Ele inicia dizendo que “a gente não pode compreender a nossa atualidade sem que se tenha em mente uma compreensão da história que gera o quilombo” e que a tarefa das lideranças do movimento negro e dos palestrantes “é de colocar a experiência dos quilombos no seu devido lugar na história”. Exemplificou que tinha-se que negar o heroísmo de Duque de Caxias e afirmar esse papel como de Negro Cosme, e que se devia que a tratar a Balaiada não como episódios ou “como acontecimentos soltos, independentes, e de uma forma negativa, como se fossem banditismo”. (RELATÓRIO FORMAÇÃO, 1991, p. 03). Ele concordava que o MN já havia avançado bastante no sentido de criticar a historiografia oficial, mas era hora de trazer para si a mística de Zumbi dos Palmares, do Negro Cosme no Maranhão.

[...] Porque o Duque de Caxias quando veio reprimir a Balaiada, inclusive anistiando apenas os brancos, informa nos seus relatórios a existência de 3 mil quilombolas sob o comando de Negro Cosme e que lá tinha uma escola comunitária onde todos participavam, que fazia o povo aprender a ler e escrever. Nesse quilombo (Lagoa Amarela) tinha também uma produção que dava para

alimentar toda população e ainda vender excedente. Mas essa experiência é tida como marginal herói da História é o de Caxias, que trata a fio de espada os negros que não Duque recebem anistia e são enforcados, são verdadeiramente chacinados. Só que a impressão de esmagar a rebelião perde consistência quando a gente observa a proliferação de grandes quantidades de quilombos existentes, por exemplo, em Tutoia, na região em torno de Caxias, todo Itapecuru até o baixo Parnaíba, e muito mais para a Baixada Ocidental maranhense pegando Viana, Guimarães, Cururupu até Turiaçu, em todas essas áreas nós vamos encontrar ocorrências quilombos. E não só aqui no Maranhão, é no Brasil inteiro. (RELATÓRIO FORMAÇÃO, 1991 p. 03).

A análise do palestrante Dimas mostrou que o CCN-MA já havia acumulado muita informação sobre a situação do negro no Maranhão. Ao apresentá-las num curso de formação estava indo em direção à resposta que Mundinha Araújo e Isidoro se propuseram a responder quando fundaram o grupo de estudos. Outra questão a ser destacada foi o conhecimento a respeito da existência de um grande número de quilombos no Maranhão. Esse conhecimento acumulado sobre a realidade do povo negro do Estado foi fundamental para o protagonismo da entidade na formulação da Constituição de 1988, que já mencionamos anteriormente.

Dimas também explicou o que seriam os quilombos, que naquele momento era um conceito de resistência, mas que “nem sempre esses bastiões, esses locais de liberdade foram chamados desta forma. A documentação do século XVI traz a expressão “mocambos”, utilizada pelos colonizadores locais e pelos próprios negros. Diz que tal “expressão, ainda usual na zona rural para se referir àquela coisa que é do sentimento dela, do coração, bem reservado sentimentalmente, ‘meu mocambo’ e que tal denominação ‘mocambo’ vem do quimbundo *mucambu*, que servia para designar palhoças, pequenos locais de habitação”.

Aqui ele não romantiza sobre a origem desse quilombo no continente africano. Para ele, existiam quilombos na África já no século XVII na região de Angola, em função “das lutas tribais, das brigas existentes entre várias etnias africanas, originários mais posteriormente da dinastia de Angola, que aprisionava outros negros e comercializava com os portugueses”. Esses prisioneiros, antes que fossem vendidos, “ficavam em grandes gaiolas tipo cadeia, esperando que os portugueses viessem para levá-los nos navios negreiros”. Para Dimas, essa virada negativada do conceito de quilombo “é muito mais uma denominação primeiramente do opressor, do colonizador, do que do negro”. (RELATÓRIO FORMAÇÃO, 1991, p. 05).

Antes de apresentar elementos relevantes de Edson Carneiro, penso ser importante apresentar uma atualização quanto ao termo quilombos, feita pela direção do CCN-MA, que se expressava naquele momento pela voz de Dimas. Segundo ele, às vezes achamos “que só podemos chamar quilombo se a comunidade estiver naquele local e possuir alguns traços característicos, algumas casas levantadas obedecendo um certo círculo, uma visão que quilombo podia ser comparado como uma pirâmide”. Diz que “Quilombos eram organizações de escravos que fugiam dos senhores do engenho” e que “com certeza o Exército hoje iria combater os quilombos, porque eles eram vistos como inimigo interno”

(RELATÓRIO FORMAÇÃO, 1991, p. 07).

Vimos, pela fala de Dimas, que o CCN-Ma estava muito avançado sobre os principais temas do MNB diferente do primeiro encontro de Mundinha e Isidoro em 1989. Para além de debates mais amiúdes sobre as pautas do MNB, o palestrante Edson Lopes Cardoso vai tratar dos temas mais amplos que já eram de interesse dos militantes desde a fundação do MNU. Como já tratamos isso muito bem no capítulo sobre as origens do MNB, vamos destacar dois momentos da fala de Edson que mostram a conexão do CCN- Ma com temas nacionais e internacionais que envolviam o Movimento Negro.

O primeiro tema que Edson Lopes Cardoso (RELATÓRIO FORMAÇÃO, 1991, p. 11) tratou tem a ver com a questão da consciência racial que faltava na população negra de São Luís do Maranhão naquele momento, assunto que Mundinha já abordara na conversa primeira com Isidoro. Sobre isso já expusemos na parte introdutória quando conectamos consciência e ideologia. Aqui iremos reproduzir a citação completa sobre o pensamento de Biko:

Logo, consciência negra compreende passado, presente e futuro. Eu tenho consciência negra porque eu apreendo presente real do povo negro, porque eu sou capaz de ver o passado livre do olhar do branco, e que eu sou capaz de projetar um futuro, ter um projeto que me leve a superar essas coisas. Aí eu tenho consciência negra. Então consciência negra, nesta definição é um compromisso militante, consciência negra não é assumir determinadas manifestações culturais, não é só dançar reggae, ouvir reggae. Isso não é ter consciência negra, é apenas uma dimensão da consciência negra. Vocês vão ver muita gente resumir sua consciência negra a esses tipos de manifestações que é a cultura negra, então é uma coisa muito ampla que envolve todas as dimensões possíveis, que envolve a relação do ser com o tempo (passado, presente e futuro). (RELATÓRIO FORMAÇÃO, 1991 p.11).

Edson Cardoso estava mostrando aos cursistas que consciência negra não está restrita a manifestações culturais, mas a um compromisso militante e, principalmente, à construção de um programa que propiciasse um futuro diferente do que a burguesia branca europeia deixou implantado no Brasil e no mundo. Coerente com o conceito de Steve Biko, Edson vai tratar de um outro tema muito caro às organizações do movimento negro, a participação política nos partidos de esquerda que aceitam a negrada, mas desde que dissolva seu programa no programa geral deste partidos.

Ele se referia diretamente ao Partido dos Trabalhadores, que fora fundado em 1980 (mesmo ano do CCN-Ma), mas que no ano do curso (1991) já havia galgado muito espaço nos parlamentos e poderes executivos espalhados pelo Brasil. Edson diz aos cursistas para não alimentarem “ilusões quando as esquerdas sugerem: não elaborem projeto político, isso é tarefa do partido e o PT está elaborando um projeto político amplo, buscando dialogar com todos os membros da sociedade brasileira”.

Para o palestrante, devia ser o contrário: “nós é que queremos convidar vocês das esquerdas para o nosso projeto, pois a gente tem interesse em dialogar com os segmentos progressistas da população”, porém deve ser do nosso ponto de vista, “nós já esperamos demais por vocês”. (RELATÓRIO FORMAÇÃO, 1991, p.11). Na sequência da crítica ao

tratamento dado pelos partidos da esquerda, ele faz uma crítica severa a Fidel Castro e como o Partido Comunista tratou os militantes negros no pós revolução.

A Experiência de Cuba é muito ilustrativa para nós. Cuba e Brasil coincidentemente são os dois últimos países a abolir a escravidão, naquela mesma faixa do final do século XIX. Passam-se 30 anos, o que acontece com o Brasil e Cuba? Os negros, tanto lá como aqui, evidentemente tendo entendido o que era a abolição da escravidão e a marginalidade onde ficam submetidos na chamada "nova sociedade; mais uma vez os negros resolvem se organizar; lá em Cuba essa organização vai se chamar Partido Negro, no Brasil ela vai se chamar Frente Negra, mais ou menos no mesmo período, as mesmas realidades. Em Cuba, o Partido Negro foi dissolvido à bala, a Frente Negra no Brasil vai ser dissolvida de outra forma. (RELATÓRIO FORMAÇÃO, 1991, p. 18).

Aqui vimos com clareza que os temas debatidos pelos palestrantes do curso estavam em conexão com os debates de Raça e Classe que ainda hoje são um divisor de águas no MNB e também nos debates sobre a participação política do negro militante e com que programa. Este temas foram debatidos no passado pelo afro-americano Du Bois e o Jamaicano Claude McKay – que rompe com o partido Bolchevique, assim como já fizera George Padmore²² –, por Kwame Nkrumah nos congressos pan-africanistas e nos embates do MNU no final dos anos 70 do século XX. Assim, além de detectarmos fortes conexões históricas do CCN-MA com o movimento negro dentro e fora do Brasil, verificamos também uma forte influência da ideologia de esquerda sobre sua direção e seus militantes em formação.

Já é possível perceber, à luz do entendimento expresso em capítulos anteriores, que o CCN-Ma não existiria sem a escravidão Atlântica. Essa escravidão, que foi um retrocesso civilizatório, atingiu de forma acentuada o Estado do Maranhão a partir do século XVII. Tanto que até hoje existe uma maioria de povos diaspóricos africanos na composição da população do Maranhão, estado em que se verifica o maior número de quilombos do Brasil.

Essa quantidade expressiva de descendentes de africanos no Brasil será fundamental na formação cultural, econômica e política da sociedade brasileira. O fato desta mesma sociedade privilegiar economicamente um determinado setor da sociedade, geralmente de maioria branca e com descendência europeia, obrigou os povos negros a lutarem desde o início para sua libertação e, depois da libertação formal, a busca pela reparação de direitos negados. Isso vai fazer surgirem diversas organizações de povos pretos no Brasil, repetindo o que já era realidade em outros países das américas e principalmente pela influência dos movimentos da negritude, do pan-africanismo e do socialismo. Uma vanguarda de militantes negros em dado momento da história vai sofrer influência desses movimentos e isso será fundamental para o nascimento do CCN-MA.

Verificou-se, por fim, que pelos cursos de formação e grupos de estudos desenvolvidos ao longo do tempo, suas ações práticas, educacionais e pedagógicas, essa entidade sempre foi guiada pela ideologia da esquerda e isso a tornou parte constituinte do campo mais progressista da sociedade. Se tomarmos como base o conceito de ideologia atrelado à

consciência, podemos afirmar que a grande maioria dos dirigentes e militantes do CCN-MA estão no segundo nível da classificação: consciência em si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos em um quadra histórica em que as ideias fascistas incentivam indivíduos e entidades da ultradireita a promoverem ataques aos direitos mais básicos dos seres humanos. Grande parte desses ataques têm características raciais. Neste contexto, um trabalho acadêmico que ajude compreender o papel das entidades do Movimento Negro tem muita importância. Elas existem no mundo e no Brasil em grandes quantidades. Este trabalho se propôs a investigar a historicidade do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA), criado no dia 03 de março de 1980, na cidade São Luís, capital do Estado Maranhão, nos seus primeiros cinco anos de existência, entre 1979 e 1984. Da análise documental com base no Materialismo Histórico, concluímos que esta entidade desenvolveu ações políticas e pedagógicas muito relevantes para a organização e luta do povo negro do Estado do Maranhão, e o Brasil, em interface com outras organizações, contribuiu para a manutenção da democracia brasileira e a luta pelos Direitos Humanos.

A outra importância do trabalho consiste no fato de ser o seu autor um discente oriundo do Curso de Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiros da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o que justifica o acerto dos movimentos sociais na luta pela promulgação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, as quais tiveram como finalidade incluir o ensino da cultura e da história dos povos africanos, afro-brasileiros e dos povos originários no currículo oficial da rede de ensino pública e privada em todos os estados brasileiros.

Para atingir o objetivo geral de compreender os fundamentos geradores da emergência do CCN-Ma, no contexto maranhense e, em termos específicos, discutir em qual medida as proposições dos Movimentos Pan-Africano, o Negritude e o Marxismo contribuíram para a formação do Movimento Negro Maranhense, analisamos uma vasta documentação produzida por esta entidade e outras instituições públicas, bem como a memória de alguns de seus primeiros militantes.

Para atingir os objetivos propostos, buscou-se apoio teórico no método do Materialismo Histórico. Com esta ferramenta e seus conceitos correlatos como Ideologia, Consciência, Alienação, Classes Sociais, Movimento Social e Movimento Negro, Cultura e Cultura Negra, foi possível identificar as bases ideológicas e qualificar a lógica das ações dos seus fundadores e primeiros dirigentes.

O CCN-MA integra o Movimento Negro Brasileiro/MNB, mas, também, é uma parte importante do Movimento Social no sentido amplo. Devido ao fato do MNB ser muito amplo, compreendemos que não podemos ler este movimento no singular, pois as suas demandas são variadas e carregadas de valores culturais diversos. O investimento na

valorização cultural das diversas linguagens produzidas pelo povo negro maranhense foi basilar para a manutenção, o fortalecimento e a captação de novos militantes para a entidade em tela. Em 1984 eles criaram o Bloco Akomabu – que significa “a Cultura não pode Morrer” – para esses dois fins mencionados.

Uma parte importante da pesquisa foi o encontro com alguns militantes que fundaram a entidade ou que fizeram parte depois. Com três deles (Isidoro Cruz, Silvia Black e Antonio Vieira) o diálogo ocorreu pela via da entrevista oral. Com os demais, deu-se por meio da leitura de documentos da entidade, artigos, dissertações e teses encontradas.

Três capítulos integram a pesquisa mencionada. No primeiro capítulo, intitulado “Movimento Negro Contemporâneo”, realizamos uma exposição do percurso histórico do Movimento Negro no Mundo e no Brasil. No segundo capítulo, intitulado “CCN: contexto histórico e articulação institucional”, procedemos a uma breve radiografia histórica sobre o Estado do Maranhão, considerando os aspectos econômicos, políticos e culturais, contexto em que emergiu o CCN-MA. No terceiro capítulo, intitulado CCN: protagonistas, bases ideológicas e ações pedagógicas, apresentamos alguns protagonistas participantes dos momentos iniciais da fundação e outros que chegaram depois, mas que tem a mesma importância para esta entidade do MNB.

Em todos os capítulos estão presentes proposições de intelectuais africanos e diáspóricos identificados na análise das falas dos militantes, bem como em documentos da entidade. Da análise das fontes estudadas, compreendeu-se que o CCN-MA é uma organização que faz parte da gama de movimentos sociais do Brasil e que Isidoro Cruz e Mundinha Araujo acertaram ao se proporem a criar esta entidade. Por isso, eles devem ser reconhecidos por todos os lutadores e lutadoras do Brasil e do Maranhão. Isso não significa diminuir os que aderiram depois e, também, os que ainda hoje mantêm viva a organização.

As atividades desenvolvidas pelo CCN-MA, tais como os cursos de formação; os grupos de estudos; as ações práticas, educacionais e pedagógicas; o Projeto Vida de Negro e o seu contato direto com as comunidades quilombolas do interior do estado nos permitem afirmar que o CCN-MA, em sua gênese, foi guiado por proposições formuladas no campo da esquerda, ainda que na sequência do tempo tenha se distanciado de alguns dos seus objetivos iniciais. O fato de seus militantes e dirigentes terem rompido com a consciência mais elementar (senso comum) e atingirem um nível avançado, a consciência em si, nos permite ter esperança de que, quando houver um levante revolucionário, esta entidade terá capacidade intelectual para se posicionar do lado certo da história.

Por fim, sublinha-se que com este trabalho de pesquisa amadureceu-se o compromisso político acerca da necessidade do conhecimento das condições materiais de vida da população negra maranhense, em sua multiplicidade, para retomarmos os termos da agenda inicial do CCN. Assim sendo, esperamos que trabalho possa contribuir para que os atuais e futuros militantes, bem como professores de história e educadores populares, desenvolvam

suas sensibilidades em relação às condições materiais e simbólicas da população negra maranhense e reforcem a luta política que vem desenvolvendo o Movimento Negro Brasileiro, em seu desdobramento local, isto é, o Centro de Cultura Negra do Maranhão.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaína e Marieta de Moraes Ferreira (Coord). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 304p.
- ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra: uma análise da Colonização da Pré- Amazônia Maranhense**. São Luís, UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). **Relatório Brasília sobre CCN-MA**, 05 de julho de 1988.
- CCN-MA. **Relatório de 1984**. Sede da Entidade na Cidade de São Luís/Ma
- CCN-MA. **Relatório de Formação 1991**. Sede da Entidade na Cidade de São Luís/Ma
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. In: **Crítica y emancipación**. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales. Buenos Aires, jun. 2008, Ano 1, n. 1.
- CHAVES, Luiz Carlos Noletto. **Movimento Negro do Maranhão (MNM): pan- africanismo, negritude, marxismo e formação intelectual (1979-1990)**. São Luís (MA), 2022.
- CHAVES, Luiz Carlos Noletto. **Luta de classes em África na visão de Kwame Nkrumah**. Monografia. São Luís (MA): Universidade Federal do Maranhão, 2020.
- CHIAVELLI NETO, Antônio. Resenha da obra “What is global history”, de Sebastian Conrad. Princeton: Princeton University Press, 2016. Edição brasileira utilizada neste trabalho:
- CONRAD, Sebastian. **O que é história global?** Tradução de Teresa Furtado e Bernardo Cruz. Lisboa: Edições 70, 2019.
- CORDEIRO DOS SANTOS, André. **Linguagem e construção de sentido: o dialogismo como característica base da interação verbal**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2015.
- COSTA, Wagner Cabral da. **O Maranhão será Terra em Transe? História, Política e Ficção num Documentário de Glauber Rocha** Proj. História, São Paulo, (29) tomo 2, p. 447-475, dez. 2004.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento da Negritude: uma breve reconstrução histórica. Mediações. **Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 10, n.1, p. 25-40, jan.-jun. 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/africa/article/view/74041/77683>. Acesso em: 9 de janeiro de 2024.
- DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos**, Universidade Federal de Sergipe, 2008.
- ESTRELA, Rosenverck Santos. **Hip-hop e educação popular em São Luís do Maranhão: uma análise da organização Quilombo Urbano**. (Dissertação) São Luís: UFMA, 2007.

ESPOLADOR, Thais Cristina; BORGES, Fabrícia Dias da Cunha de Moraes Fernandes. **Centro cultural: evolução e importância no Brasil**. Presidente Prudente, SP: Universidade do Oeste Paulista – Unoeste. Curso de Arquitetura e Urbanismo, 2018.

FILHO, Jomar Fernandes Pereira. **Formação Econômica do Maranhão: superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento**, 2015.

FAVORETO, Aparecida; SILVA, Aline Camila da; SOUZA, Andressa Débora de Oliveira; SANTOS, Carolaine Souza; DA MOTTA, Rafael Aparecido. **O Movimento Social Negro: sua origem e reconfiguração na história brasileira**. AKRÓPOLIS - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR, [S. l.], v. 30, n. 1, 2022. DOI: 10.25110/akropolis.v30i1.8829.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola São Paulo: 1997.

LEITE, Silvia Cristina. **Entrevista Oral**, 2024.

MAGALHÃES, Celso. **Versos**. São Luís: Tip. Belamiro de Matos, 1870.

MANOEL, Jones; FAZZIO, Gabriel Landi. **Revolução africana: uma antologia do pensamento marxista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 3. ed. São Paulo: Sundermann, 2017. 70 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã I; [Introdução de Jacob Gorender; tradução de Luis Claudio de Castro e Costa]**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Clássicos).

MOTA, Antonia da Silva; CUNHA, Máisa Faleiros da. No âmago da africanização: pessoas negras e de cor nos mapas populacionais do Maranhão colonial (1798-1821), **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v.34, n.3, set./dez. 2017, p.465-484.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 5. ed. Teresina: EDUESPI, 2023.

NETO, Roberval Amaral. **Conflitos fundiários no Maranhão: Lei Sarney de Terras, resistência camponesa e a luta de Manoel da Conceição nos anos 1960 e 1970**. 2024. NETO, Isidoro Cruz. **Entrevista Oral**, 2023.

NKRUMAH, Kwame. **Luta de classes**. (Tradução de Maria Nazaré Campos). Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1970.

OLIVEIRA, Jackson Gomes de. **Escravidão e resistência africana e afro- brasileira na capitania do Maranhão**. (1720-1822). Monografia. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2021.

PAIM, Márcio. Pan-africanismo: tendências políticas, Nkrumah e a crítica do livro “Na Casa de Meu Pai”. **Sankofa**. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. São Paulo, Ano VII, n. XIII, julho/2014.

PEREIRA, Josenildo. A Rebeldia do trabalho em tempos de escravidão: nuances da

experiência do Maranhão. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**. Vol. 8, n. 2, 2021.

RIVAIR MACEDO, JOSÉ (Org.) **O pensamento africano no século XX**. Rio de Janeiro: Outras Expressões, 2016.

SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História global: um empreendimento intelectual em curso. **Revista Tempo**, Universidade Federal Fluminense, 2017.

SOUSA, Igor Thiago Silva de. Um esboço sobre a emergência do Movimento Negro no Maranhão: rupturas e continuidades nas lutas étnico-raciais. **Simbiótica**. Revista Eletrônica, Universidade Federal do Espírito Santo. Vol. 6, n. 2, pp. 264-288, 2019. VIEIRA, Antonio. **Entrevista Oral**, 2025.